

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**O que vem depois das águas:
Entre arquivos da exceção e da libertação das terras no Submédio São
Francisco**

Sabrina Maria Luz Bezerra

São Carlos
2025

SABRINA MARIA LUZ BEZERRA

**O que vem depois das águas:
Entre arquivos da exceção e libertação da terra no Submédio São Francisco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela (orientador - UFSCar)

Prof. Dr. Adalton Jose Marques (coorientador - Univasf)

Dr^a. Fernanda Lucchesi – Incra/PB

Dr^a. Sara Munhoz – Unicamp

Suplentes:

Prof^a.Dr^a. Natacha Leal (Univasf)

Dr^a. Vanessa Perin (UFSCar)

São Carlos

2025

Bezerra, Sabrina Maria Gonçalves Luz Barros

O que vem depois das águas: entre arquivos da exceção e libertação da terra no Submédio São Francisco / Sabrina Maria Gonçalves Luz Barros Bezerra -- 2025. 218f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Jorge Luiz Mattar Villela

Banca Examinadora: Fernanda Lucchesi, Sara Regina Munhoz

Bibliografia

1. Antropologia de arquivos. 2. Comissão Pastoral da Terra e Sudene. 3. Efeitos da barragem e da irrigação. I. Bezerra, Sabrina Maria Gonçalves Luz Barros. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Relatório de Defesa de Dissertação

Candidata: Sabrina Maria Gonçalves Luz Barros Bezerra

Aos 04/04/2025, às 15:00, realizou-se na Universidade Federal de São Carlos, nas formas e termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, a defesa de dissertação de mestrado sob o título: O que vem depois das águas: Entre arquivos da exceção e da libertação das terras no Submédio São Francisco, apresentada pela candidata Sabrina Maria Gonçalves Luz Barros Bezerra. Ao final dos trabalhos, a banca examinadora reuniu-se em sessão reservada para o julgamento, tendo os membros chegado ao seguinte resultado:

Participantes da Banca

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Prof. Dr. Adalton Jose Marques
Profa. Dra. Fernanda Lucchesi
Profa. Dra. Sara Regina Munhoz Tiberti

Função	Instituição	Resultado	Resultado Final
Presidente	UFSCar	<u>Aprovado</u>	<u>Aprovado</u>
Titular	UNIVASF	<u>Aprovado</u>	
Titular	INCRA	<u>Aprovado</u>	
Titular	UNICAMP	<u>Aprovado</u>	

Parecer da Comissão Julgadora*:

A banca destaca a relevância e a atualidade do tema apresentadas por meio análise original do material arquivístico mobilizado e o rigor metodológico da pesquisa. A banca recomenda a continuidade da pesquisa e sua publicação.

Encerrada a sessão reservada, o presidente informou ao público presente o resultado. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e, para constar, eu, Jorge Luiz Mattar Villela, representante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, lavrei o presente relatório, assinado por mim e pelos membros da banca examinadora.

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela

Representante do PPG: Jorge Luiz Mattar Villela

Prof. Dr. Adalton Jose Marques

Profa. Dra. Fernanda Lucchesi

Profa. Dra. Sara Regina Munhoz Tiberti

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Adalton Jose Marques e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela

(X) Não houve alteração no título () Houve alteração no título. O novo título passa a ser:

Observações:

a) Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

b) Para gozar dos direitos do título de Mestre ou Doutor em Antropologia Social, o candidato ainda precisa ter sua dissertação ou tese homologada pelo Conselho de Pós-Graduação da UFSCar.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação me custou noites, alguns fios brancos e reflexos involuntários nas mãos. Tive tempo para fazê-la com calma, mas o que não tive foi maturidade para perceber que escrever o texto da dissertação é ainda mais importante do que abrir documentos e fichar textos. Por isso, agradeço primeiramente ao Prof. Jorge e ao Prof. Adalton pela paciência, disposição constante e pelos cuidados. Sobretudo ao Prof. Adalton, sempre generoso em suas palavras e que, nesta reta final, prestou enorme ajuda para que eu pudesse concluir.

Devo também um agradecimento especial ao Prof. Jorge, mais uma vez, por me ter conduzido e preparado para candidatar meu projeto de pesquisa à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Por extensão, esta dissertação não poderia ter sido realizada sem o financiamento do processo nº 2023/02051-3, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Assim como da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do PPGAS-UFSCar, durante os meses iniciais do mestrado. Agradeço à banca, Dra. Sara Munhoz e Dra. Fernanda Lucchesi, por terem aceitado fazer parte deste trabalho, com seus valiosos comentários e críticas.

Agradeço à equipe da Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro e Salvador. Também agradeço ao Prof. Francisco Assis, do Acervo Dom José Rodrigues, e à equipe do Acervo Celso Furtado, especialmente ao Filipe Isidro.

Aos professores do PPGAS, pelas aulas e intensas discussões, em especial, mais uma vez, ao Prof. Jorge, pelas aulas sobre Foucault, cujas anotações continuarei a revisar. Agradeço também pelas aulas de Pedro Lolli, Clarice Cohn, Igor Machado e Luiz Toledo. Agradecimento especial ao secretário Eduardo Corrêa, pela precisão do trabalho e pela disponibilidade. E às minhas amigas Thaís, Mônica e Ariana.

Aos pesquisadores e colegas do Métis - Projeto Temático Artes e Semânticas da Criação e da Memória, processo nº 2020/07886-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Ao Hybris: que felicidade poder fazer parte dessa equipe. Com eles, além de experiência, ganhei também uma amiga, Gabriela. Agradeço ao Cercos e à sua equipe, meus

primeiros companheiros de trabalho e de luta. Seguimos juntos nessa caminhada de fazer da antropologia instrumento crítico!

São Carlos também trouxe amor: Caren, minha vizinha, minha irmã. Sempre recordarei nossas tardes juntas, seu acolhimento e sua generosidade. Que saudades! Agradeço também ao David por me incluir nos encontros da equipe de engenharia de materiais. Foram alguns dos dias mais divertidos em São Carlos.

Agradeço à Dra. Camila Nunes pela leitura de parte desta dissertação, e à Paula Carolina, minha grande amiga, pelo cuidado e disposição.

Passo agora para agradecer, embora em meu coração sejam as primeiras pessoas a quem devo tudo, aos meus pais, Helena e Sivoney. É o seu amor, mãe, que me levanta todos os dias da cama. Ao meu pai, devo parte de quem sou. Não teria concluído sem a ajuda da minha irmã, Silvia, que me inspira a seguir apesar dos desafios. E ao meu noivo, Luis Gustavo, por querer ser minha família, pelo amor que será minha nova casa.

Para Helena, Sivoney, Silvia e Luis

RESUMO

Esta dissertação resulta de uma pesquisa conduzida entre arquivos cuja abertura ocorreu em função de um mesmo problema: as condições e os efeitos da valorização das terras da Caatinga e sua relação com a água no Vale do Submédio São Francisco (SMFS). A investigação levou-me aos documentos de três entidades, nesta ordem: i) a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); ii) o Acervo Dom José Rodrigues, antiga biblioteca da Diocese de Juazeiro-BA, projetada pelo Bispo Dom José Rodrigues (1975-2003); e iii) o Arquivo da Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro (CPT). Compreendida como formas distintas de constituição e visibilidade de formulações, a heterogeneidade documental e arquivística aqui presente reflete forças que emergiram e atuaram para transformar ou resistir às mudanças impostas pelos projetos de desenvolvimento no Submédio. Construiu-se, assim, um tecido documental capaz de aprofundar a relação entre as Políticas Públicas de Irrigação dos anos 1980 e a construção da Barragem de Sobradinho-BA, durante a década de 1970 — seja pelos enunciados de planejamento, seja pelos discursos de reação e resistência. Esse tecido documental constitui a própria essência desta pesquisa. Isto é, uma documentação construída sob uma relação de forças. De um lado, a Sudene representa esforços para transformar a caatinga do São Francisco em um exemplo de modernidade e desenvolvimento, buscando transformar a exceção do desenvolvimento em regra; de outro, a CPT e a Diocese de Juazeiro aglutinam esforços voltados à libertação dos seres humanos e de suas terras. Assim, esses arquivos podem ser entendidos, respectivamente, como arquivos da exceção e arquivo da libertação — estratégias teórico-metodológicas que permitem examinar autores, testemunhos, vazios e outros elementos, alguns eclipsados, relacionados ao problema da água e da terra no São Francisco.

Palavras-chave: Arquivo, Diocese de Juazeiro, Comissão Pastoral da Terra, Sudene, Irrigação.

ABSTRACT

This dissertation is the result of research conducted among archives that were opened due to the same problem: the conditions and effects of the appreciation of Caatinga lands and their relationship with water in the Submédio São Francisco Valley (SMFS). The investigation led me to the documents of three entities, in this order: i) the Superintendence for the Development of the Northeast (Sudene); ii) the Dom José Rodrigues Collection, the former library of the Diocese of Juazeiro-BA, designed by Bishop Dom José Rodrigues (1975-2003); and iii) the Archive of the Pastoral Land Commission of Juazeiro (CPT). Understood as distinct forms of constitution and visibility of formulations, the documentary and archival heterogeneity present here reflects forces that emerged and acted to transform or resist the changes imposed by development projects in the Submédio. Thus, a documentary fabric was constructed capable of deepening the relationship between the Public Irrigation Policies of the 1980s and the construction of the Sobradinho Dam in Bahia during the 1970s — whether through planning statements or through discourses of reaction and resistance. This documentary fabric constitutes the very essence of this research. That is, a documentation constructed under a relationship of forces. On the one hand, Sudene represents efforts to transform the São Francisco caatinga into an example of modernity and development, seeking to transform the exception of development into the rule; on the other, the CPT and the Diocese of Juazeiro bring together efforts aimed at the liberation of human beings and their lands. Thus, these archives can be understood, respectively, as archives of exception and archives of liberation — theoretical-methodological strategies that allow us to examine authors, testimonies, gaps and other elements, some of which have been eclipsed, related to the problem of water and land in the São Francisco.

Keywords: Archive, diocese of Juazeiro, Pastoral Land Commission, Sudene, Irrigation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ana - Agência Nacional de Água e Saneamento Básico

Bird - Banco Mundial

Bnb - Banco do Nordeste Brasileiro

Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Codevasf - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

Chesf - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Dnocs - Departamento Nacional de Obras Contra às Secas

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

Finor - Fundo de Investimento do Nordeste

Fmi - Fundo Monetário Internacional

Fundaj - Fundação Joaquim Nabuco

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PPI - Perímetro Público Irrigado

Proine - Programa de Irrigação do Nordeste

Seplantec - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia

Seplan - Secretaria de Planejamento

Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SMSF - Submédio do São Francisco

Uneb - Universidade Estadual da Bahia

Univasf - Universidade Federal do Vale do São Francisco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa indicativo da localização dos Projetos de Irrigação.....	29
Figura 2: Segundo mapa indicativo da localização dos Projetos de Irrigação.....	29
Figura 3: Recortes de matérias de jornais.....	50
Figura 4: Antiga sede da Sudene.....	62
Figura 5: Fachada da antiga biblioteca.....	63
Figura 6: Fachada da nova sede da Sudene.....	64
Figura 7: Quadro de Celso Furtado ao lado da fotografia do antigo prédio da Sudene.....	65
Figura 8: Celso Furtado ao lado de Juscelino Kubitschek e João Goulart, 1959.....	75
Figura 9: Mapa da exceção dos sertões pernambucanos.....	104
Figura 10: Parte do Acervo D. José Rodrigues.....	112
Figura 11: Antiga biblioteca da diocese de Juazeiro.....	113
Figura 12: Estante da sala secundária, CPT-Juazeiro.....	117
Figura 13: Paulo Freire no Centro de Formação da Diocese, em Carnaíba do Sertão, 1983.....	126
Figura 14: Ilustração retirada do boletim Ilhas da Resistência.....	133
Figura 15: Segunda ilustração retirada do boletim Ilhas da Resistência.....	140

CARTOGRAMAS

Cartograma 1: Variação de Densidade do Efetivo Pecuário, 1974.....	95
Cartograma 2: Variação de Desenvolvimento da Produção Agrícola e Extrativa Vegetal, 1974.....	97

ÍNDICE

Introdução.....	15
A relação de força entre arquivos.....	15
Caminho da pesquisa.....	16
O estatuto dos arquivos e suas singularidades.....	20
Divisão da dissertação.....	22
Capítulo I - Barrar e Irrigar.....	25
1.1. Colocação do problema.....	26
1.2 Breves exemplos das bibliografias.....	30
1.3 As razões da separação e alguns motivos para a união.....	32
1.4 Ajuste da questão energética via arquivos.....	34
1.5 Análise da bibliografia: a caatinga como acesso à bibliografia.....	39
1.6 Ajuste bibliográfico via arquivos.....	45
1.7 Notas teórico-metodológicas sobre o mosaico.....	49
1.8 O mosaico.....	53
Interlúdio I - O acaso ou a economia do arquivo.....	60
Dia da visita à nova Sudene.....	60
O acervo e biblioteca Celso Furtado.....	62
Capítulo II - Arquivo da exceção.....	66
2.1 O subdesenvolvimento [...] elemento único de identidade do conjunto dos espaços nordestinos.....	67
2.1.1. Subdesenvolvimento brasileiro.....	72
2.1.2. O subdesenvolvimento e a Sudene.....	74
2.2 A exceção: o lugar da irrigação.....	78
2.2.1. Os livros-documentos.....	78
2.3 O lugar do autor no arquivo.....	80
2.4 O discurso da regionalização.....	83
2.4.1. As divisões regionais.....	85
2.4.2. Plantation.....	89
2.4.3. Hinterland.....	91
2.4.4. Vazios.....	92
2.5. As áreas de exceções.....	100
2.5.1. Breve parada nas exceções da Paraíba.....	101
2.5.2. As exceções dos sertões pernambucanos.....	104
2.5.3. Força de exceção.....	106
Interlúdio II - A passagem.....	111
Primeira parada.....	111

Segunda parada.....	115
Capítulo III - Arquivo da libertação.....	118
3.1 Como um povo faminto pode ser Igreja?.....	119
3.1.1 A “opção pelos pobres” na diocese: metodologia e produção da biblioteca.....	121
3.2. Uma das frentes da libertação: A problemática dos Projetos de Irrigação.....	128
3.3 Os boletins informativos.....	133
3.3.1 A solução é mesmo a irrigação.....	135
3.3.2 Besta-fera desceu no rio.....	139
3.4. As comunidades e trabalhadores rurais.....	143
3.4.1 Os animais entre cercas.....	146
3.4.2 As pessoas entre cercas.....	147
Considerações finais.....	150
Referências bibliográficas.....	152
Documentos.....	161
Anexos.....	164

Introdução

A relação de força entre arquivos

Esta pesquisa é resultado das análises entre arquivos ou, como abordarei, de uma relação de força entre arquivos. O jogo de palavras tenta sintetizar o exame que faço de documentos retirados de distintos arquivos, cujas aberturas ocorreram sob um mesmo problema, a saber: as condições e os efeitos da valorização das terras da caatinga e sua relação com a água no Submédio São Francisco (SMFS). Essa questão levou-me aos documentos de três entidades, na seguinte ordem: i) a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); ii) o Acervo Dom José Rodrigues, antiga biblioteca da diocese de Juazeiro, projetada pelo Bispo Dom José Rodrigues (1975-2003); e iii) o Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Compreendida como formas distintas de constituição e de visibilidade de formulações, a heterogeneidade documental e arquivística presente aqui corresponde ao recorte possível — embora não exclusivo — de instituições, mas, sobretudo, de forças que emergiram e atuaram para transformar ou resistir à transformação imposta pelo avanço da fronteira agrícola no Submédio.

Dentre o conjunto das políticas desenvolvimentistas, o destaque dado aqui será às Políticas Públicas de Irrigação dos anos 1980 e sua intrínseca relação com a construção da barragem de Sobradinho-BA durante a década de 1970. O recorte da pesquisa segue os arquivos, embora a temporalidade apresentada acima me seja cara para as suas análises. Quanto aos objetos, estes são menos as instituições responsáveis pelas formulações do que as próprias formulações destacadas e examinadas durante os capítulos.

Em síntese, a base desta pesquisa são documentos abertos para analisar o problema da água e da terra, cuja ênfase tracei a partir das Políticas de Irrigação. Dessa abertura resultou uma relação de força entre arquivos, em que, entre suas diferenças, a mais importante é a forma como eles oferecem perspectivas, muitas vezes contrárias, para o exame da problemática, embora também possam convergir em certos aspectos. A isso dediquei meu esforço de análise: levar o leitor, assim como fui levada, aos ajustes exigidos pelos arquivos a respeito da relação entre a irrigação e a barragem, tanto no momento em que os arquivos se encontram em um mosaico, um tecido documental mais amplo, quanto no momento em que assumem posições análogas às de

um campo de batalha. Ou seja, do lado da Sudene, uma força de exceção para tornar a caatinga do São Francisco exemplo de modernidade e desenvolvimento, e que, para isso, constitui uma *área de exceção*. E, do lado da CPT e da diocese, uma força de libertação de humanos e de suas terras sacrificados pelo desenvolvimento¹. Isto é, esforços para transformar e resistir à transformação do Submédio São Francisco.

Exceção e a libertação são termos centrais cuja análise guiará, a cada abertura e passagem pelos arquivos, para uma relação entre outros jogos de palavras, como *integração-isolamento/encurralamento*; terra-água; região-zonas de sacrifício; mas também borda-caatinga².

Caminho da pesquisa

Esta pesquisa teve início em 2022, com a minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de São Carlos. Mas também é possível dizer que ela começou em meados de 2019, no decorrer da constituição do Grupo de Estudos sobre Cercamentos, Controles e Mercados (Cercos), sob orientação do Prof. Adalton Marques, da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

As atividades iniciais do Cercos foram voltadas para a discussão de dois pontos: i) o desenvolvimento do Submédio São Francisco durante o século XX; e ii) as políticas carcerárias e de controle social no século XIX. Meu interesse se reservou ao primeiro ponto. Essa delimitação do Submédio São Francisco (SMSF) não é feita sem razão. A região é cortada pelo rio São Francisco, divisa natural entre Pernambuco e Bahia, e compreende uma área total de 155.637

¹ Como recurso de escrita, utilizei Pastoral ou Pastoral da Terra para me referir à Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro, assim como diocese para identificar a entidade eclesial da mesma localidade. Do mesmo modo, barragem e irrigação são termos correspondentes à barragem de Sobradinho e os Projetos de Irrigação dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, e arquivos da diocese refere-se ao Acervo Dom José Rodrigues e da Comissão Pastoral da Terra.

² O uso do *itálico* obedece às seguintes regras: 1) destacar termo ou noção nativa dos documentos; 2) como estratégia para salientar um termo proposto para uma discussão teórica e/ ou metodológica; e 3) para destacar os títulos dos documentos mobilizados. Para a utilização das aspas, os casos são: 1) citações de referências bibliográficas e dos documentos; e 2) termos da literatura especializada nos temas de barragens e obras de desenvolvimento; antropologia do campesinato, do desenvolvimento e de arquivos; entre outras abordagens e trabalhos chamados a dialogar e compor esta dissertação. Há, no entanto, dois casos específicos que optei pela não utilização do *itálico*. As palavras *região* e *desenvolvimento*, como se verá, são termos que serão problematizados e discutidos, mas para não prejudicar a estética do texto, optei por subtrair a utilização do recurso em decorrência da frequência em que aparecem no texto. O mesmo equivale para *exceção* e *libertação* quando acompanhado de *arquivo*, eles são produtos desta dissertação.

km². Entre os 84 municípios, Petrolina-PE e Juazeiro-BA se destacam por serem dois dos principais polos de produção de fruticultura irrigada no Nordeste, correspondendo a 100 mil ha de área irrigada, segundo dados do Atlas Irrigação, de 2020, da Agência Nacional de Água (Ana). São também duas das cidades que mais crescem no sertão nordestino, de acordo com o Censo de 2022, com populações de 386.791 e 237.821, respectivamente. O crescimento urbano de Petrolina e Juazeiro se deu, sobretudo, pelo impulso das transformações da década de 70 na região, com populações, respectivamente, de 61.252 e 61.648 na década de 1980, passando para 104.297 e 118.175³. Este processo seguiu a tendência geral de urbanização do Nordeste, que, em 1970, apresentava uma população de aproximadamente 28 milhões de pessoas, o que representou um aumento de 34,1% para 41,8% em comparação com a década de 1960 (Lins, 1990: 16).

Posto isso, durante os encontros do grupo de estudos, tivemos contato com referências sobre a Sudene e sua política de planejamento econômico e social para o Nordeste. Esses encontros resultaram em minha monografia, defendida no final de 2021, cuja análise abordou pontos de continuidade e descontinuidade entre os Planos Diretores da Superintendência (Bezerra, 2021). Além disso, o interesse do grupo pela política de planejamento econômico gerou ao Cercos um presente: a doação de materiais pela Sudene. Foram 120 volumes, entre eles livros, cartilhas, planos diretores e outras publicações editadas pela instituição. Parte do material ficou na Univasf de Juazeiro, e a outra foi destinada ao campus de São Raimundo Nonato, sob responsabilidade da Prof. Natacha Leal. A lista de todos os materiais está disponível no anexo I.

Somente em 2022 pude mexer no material armazenado em Juazeiro. Revirando os livros — quase toda a natureza da doação — estava convencida de que, com eles, eu poderia construir uma pesquisa de mestrado a partir do ponto em que havia parado na monografia. Isto é, a relação entre terra e água no semiárido do SMSF, cujo recorte tracei para o caso específico da implantação do Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho em Petrolina, nos anos 1980, um dos maiores do lado pernambucano, com 18.667 hectares de área irrigada. Esta foi minha entrada no mestrado e nos livros doados: descobrir a natureza da doação pela lente de um problema. Recordo-me das conversas com meu orientador, Prof. Villela, que havia me sugerido que a doação se trata de um nano-arquivo: uma flexão de um problema primordial para o Nordeste e seus semiáridos em 120 volumes. Havia, no entanto, uma questão que foi sugerindo um limite preocupante para o recorte da pesquisa, no decorrer do exame das doações.

³ Dados do IBGE, disponível em <https://sidra.ibge.gov.br>.

Dos 120 volumes, alguns duplicados, somente os livros das coletâneas *Estudos Regionais e Hidrológicos* — livros de geografia e de hidrologia, respectivamente — restaram da seleção realizada a partir do meu problema de pesquisa. Boa parte destoava das minhas preocupações iniciais. Para se ter uma ideia, há livros sobre cultura de caranguejo no Nordeste, sobre práticas de artesanato, entre outras temáticas. Não há nenhum padrão na forma como os livros foram separados e doados, conforme apresentarei no Interlúdio I desta dissertação; seus volumes são tão distintos entre si, tanto em forma quanto em tema. E, mesmo entre os restantes, apenas alguns volumes foram realmente utilizados no trabalho final, seja porque o Cercos havia recebido poucos exemplares das coletâneas, seja porque o tempo e meu esforço esbarraram contra a minha vontade de ler e utilizar todos eles aqui, ou ainda porque, mesmo assim, exigiam muito esforço para relacioná-los à temática, dado o caráter geral com que abordam o meu tema⁴. Em um certo momento, em conversa com meu coorientador, Prof. Marques, compartilhei este limite que se apoderava da pesquisa. Já estava nítido que eu buscava manter o problema, mas não mais a exclusividade da doação como objeto da pesquisa. Seu apoio para a mudança que estava a caminho foi essencial para a continuidade da pesquisa.

Esse apoio me levou ao Acervo Dom José Rodrigues, localizado na biblioteca da Universidade Estadual da Bahia (Uneb), também em Juazeiro. Fui até lá com a mesma chave de entrada. Lá encontrei o conflito que parecia não existir nos documentos doados, ou melhor, que estes últimos evitavam ao máximo (Cf.: Cap II)⁵. Daí, não parei mais de perseguir os problemas causados pelos Projetos de Irrigação, conforme anunciados pelas comunidades e pelos grupos religiosos que se opuseram na luta em favor dos despossuídos, dos marginalizados, ou, conforme a Teologia da Libertação - base teológica das ações dos agentes e do clérigo da diocese de Juazeiro - pela “opção pelos pobres”. Sujeitos que emergem junto aos problemas que surgem depois da entrada dramática na caatinga das águas e de suas cercas. Como uma sucessão de eventos dos quais me deixei levar, passei do Acervo para o Arquivo da Pastoral da Terra em Juazeiro. Foi um salto curto, se compararmos ao primeiro, no sentido de que a relação entre os

⁴ No Capítulo II, parte dedicada ao exame dos livros, espero que a extensão da discussão presente nele supere o fato de eu tratar, basicamente, de dois volumes. O corte drástico que realizei também foi resultado da reorientação da pesquisa após os comentários da banca de qualificação, aos quais agradeço à Dr^a Fernanda Lucchesi e à Dr^a Sara Munhoz.

⁵ Este termo, como será exposto no Capítulo II tem a ver com o contexto dos desequilíbrios presente na Zona da Mata pernambucana, isto é, pelos conflitos fundiários. As *áreas de exceções* serão apresentadas como espaços privilegiados para o avanço do desenvolvimento ou sua intensificação pois, entre outros motivos, apresentam baixo ou ausência de conflito.

dois é intrínseca. Ambos foram constituídos para servir de frente à resistência de famílias inteiras deslocadas pela construção da barragem de Sobradinho, bem como daquelas afetadas pelos Projetos de Irrigação e pela grilagem, conforme veremos no Capítulo III. O primeiro foi criado em 1975, com a chegada de Dom José à diocese de Juazeiro, para substituir Dom Tomás Murphy, afastado por motivos de saúde. Já o arquivo da CPT data da criação da Pastoral em Juazeiro, em 1976, sendo esta a primeira do criada no estado da Bahia.

Contudo, ao encontrar a documentação da CPT, foi a vez, finalmente, de o problema sofrer transformação. Os seus documentos descreviam conflitos de terra causados por inúmeros e distintos problemas. Fui cada vez mais levada por eles, a ponto de tornar improvável a ênfase no Projeto Nilo Coelho, diante dos registros nos quais a terra e a água aparecem como elementos centrais. O limite tornava-se, portanto, até onde vão o registro e a descrição dos conflitos em torno da água e da terra pelas políticas de irrigação de forma geral. Passando, em sentido virtual, pela barragem inaugurada em 1979; pelo Projeto Nilo Coelho, cujo primeiro ano de operação data de 1983, localizado em Petrolina-PE e em parte de Casa Nova-BA; e pelos Projetos Maniçoba e Curaçá, de 1982, em Juazeiro. E, de forma pontual, pelos Projetos Mandacaru, em Juazeiro, e Bebedouro, em Petrolina (que são Projetos que cito ao longo da dissertação).

Por fim, durante o trajeto desta pesquisa, visitei em ocasiões diferentes a Biblioteca e o Acervo Celso Furtado, em Recife-PE, e o Arquivo da Comissão Pastoral da Terra, em Salvador-BA. Nessas visitas, pude consultar mais documentos, partindo igualmente das mesmas questões. Eles também somam-se aos outros documentos, sem distinção, pois, desde o início desta pesquisa, privilegiei mais as formulações e discursos do que as instituições que deles derivam.⁶ Embora todos possam ser reunidos em, pelo menos, dois enunciados — o enunciado do Subdesenvolvimento e o da Teologia da Libertação —, ambos ocuparam um espaço significativo no debate público, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1980. Dedico as primeiras seções dos Capítulos II e III à apresentação desses enunciados. Contudo, o que vale adiantar neste momento é que esses enunciados possuem uma importância metodológica para a minha experiência de campo nos arquivos. A próxima seção será dedicada a essa análise.

⁶ Não poderia deixar de salientar a inspiração teórico-metodológica de Foucault (2022) aqui, da qual tomarei nota na próxima seção. Contudo, esta passagem faz referência direta ao texto de Deleuze (2005), para quem o empreendimento arqueológico de Foucault o tornava "um novo arquivista preocupado com os enunciados" (: 15).

O estatuto dos arquivos e suas singularidades

Acredito que à parte desses enunciados, qualquer análise dos documentos e de seus arquivos seria frágil. Seria desconsiderar que o estatuto de todo e qualquer arquivo parte de um quadro maior dos ditos e de seus interditos. Em outras palavras:

“[...] o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas” (Foucault, [1969] 2022: 158)

Ao meu ver, essa definição de arquivo reflete o mesmo fundamento do enunciado. As coisas não são cumulativas; ou seja, abaixo dele não há nada, “nenhuma pletora” (Foucault, [1969, 2022, p. 146]). No entanto, existem regras e estratégias enunciativas que permitem justaposições e emergências dentro do discurso e para sua própria formação. Dessa forma, assim como o enunciado “não é uma unidade” (p. 105), o arquivo também não é “uma massa amorfa” (p. 158). Considero que, para Foucault, ambos possuem como estatuto a função que desempenham, ficando reservado ao pesquisador o papel de descrever essa função (p. 105). Esta foi a minha inspiração, apesar de não ter realizado uma arqueologia. É também um traço da orientação que recebi pelo trabalho inaugural de Villela (2023) com arquivos no âmbito da antropologia também inspirado em Foucault, embora seja apenas um traço em razão das minhas competências. Mas insisto mesmo assim que tal formulação do filósofo trouxe ganhos analíticos à antropologia que faço aqui. Como por exemplo, ao invés de percorrer exaustivamente todos os seus conteúdos e descrevê-los como objetos, concentrei-me em descrever a forma como minha abertura constituiu para eles funções possíveis.

O que obtive com isso foi, precisamente, a constituição de dois arquivos: do lado das doações, um arquivo da exceção; do lado da Diocese e da CPT, um arquivo da libertação. O primeiro decorre de uma opção teórica e metodológica que enfatiza o esforço presente nos livros analisados para localizar áreas que se destacam por diferentes motivos. A intenção dos documentos, com isso, é constituir uma *área de exceção*: uma região na qual as políticas de planejamento deveriam investir. Dessa forma, ao enfatizar esse esforço, o que descrevo é um arquivo cuja função é regionalizar o desenvolvimento, ou seja, diagnosticar e prospectar as

forças necessárias para constituir uma zona moderna e livre de conflitos, ou, pelo menos, esse era o objetivo expresso nos volumes examinados. Além disso, no caso dessas áreas se localizarem nos chamados sertões, o ideal é que sejam exceções também em relação a eles. A irrigação terá, como demonstrarei, papel decisivo para constituir exceções desenvolvimentistas em meio aos sertões.

Quanto ao arquivo da libertação, seu esforço é elucidado por meio da análise dos documentos relacionados ao problema dos efeitos da irrigação no Submédio. Eles possibilitam falar na constituição de uma força contrária à força da exceção, ao desejo de anular o conflito e os sertões. Esta força nada mais é do que a da libertação contra o *encurralamento* e os cercamentos que irrompem na caatinga. Cujas funções são críticas, combativas e permitem dar voz aos sujeitos que não têm espaço no arquivo da exceção. Como veremos, ela é o próprio conflito que a exceção deseja suprimir. Ambos, os arquivos, no entanto, imprimem aqui considerações essenciais para que se possa compreender, de modo geral, os enunciados que remetem: a Teologia da Libertação e o Subdesenvolvimento.

Em paralelo, dediquei meus esforços durante os anos da pesquisa pela confecção de um tecido documental mais amplo que pudesse também contribuir para a compreensão da complexa relação entre barragem e irrigação. Tecido este que não se esgota pela soma dos materiais citados na seção Documentos, mas contém intrinsecamente inúmeros outros abertos por trabalhos que vieram antes deste, conforme argumento e apresento no Capítulo I.

Além disso, também gostaria de expressar o quanto os arquivos são heterogêneos. Do lado da doação da Sudene, eu trabalhei quase exclusivamente com livros. Foi preciso para isso um esforço de transformação em documento, afastando-o de um lugar bibliográfico. Optei para isso dispor de uma análise contida em cada um dos temas propostos nos livros: *regionalização*, *plantation*, *hinterland* e *vazios populacionais e econômicos*. Além de uma análise guiada pelos volumes acerca da sua própria constituição. Quanto aos arquivos da Diocese e da CPT, examinei um número maior de documentos, bem como uma variedade maior de tipos documentais. No entanto, muitos deles sequer pareciam documentos propriamente ditos. Refiro-me a isso porque não excluí notas soltas, sondagens de pesquisas que não estavam organizadas em forma de relatório estruturado, e cartas sem qualquer referência aos autores, exceto os nomes dos remetentes. Tudo isso me pareceu, na verdade, distintas materialidades de um mesmo conjunto

de formulações: há uma injustiça nas terras do São Francisco, resultante da presença das águas e das cercas na caatinga⁷.

Divisão da dissertação

Esta dissertação é dividida em três capítulos e dois interlúdios.

O Capítulo I assume uma tarefa fundamental e inicial para o desenrolar da dissertação. Com ele, pretendo associar arquivos e bibliografias relacionados à barragem de Sobradinho e à irrigação do Submédio. Farei isso porque considero que os arquivos exigem ajustes por parte das bibliografias, na medida em que, como apresentado no primeiro Capítulo, a literatura sobre a barragem trata a irrigação como um mero efeito de Sobradinho, sem levar em conta os problemas enfrentados além da borda do lago. No caso da literatura sobre irrigação, o recorte é ainda mais limitado. Pouco se fala sobre a barragem, além de tratá-la como uma infraestrutura essencial para os Projetos de Irrigação. O Capítulo, portanto, serve como uma revisão bibliográfica, mas realizada pela ótica dos documentos, ou seja, por meio do necessário ajuste para considerar barragem e irrigação como um único projeto de desenvolvimento. Faço isso também em diálogo com a teoria da confiscação de Villela (2020) e com a “questão energética” de Sigaud (1989). Outra estratégia para esse ajuste bibliográfico é a constituição de um mosaico, uma espécie de cronologia, embora não se trate de um simples acúmulo de fatos em uma sequência linear de início, meio e fim. Há brechas para poderem ser preenchidas posteriormente, assim como há elementos que, segundo o objetivo, podem ser eclipsados. Neste Capítulo, vale destacar, menciono não o arquivo da exceção e da libertação, mas as respectivas entidades. Fiz isso para construir ao longo dos demais capítulos o argumento em torno da escolha metodológica e teórica de passar de arquivos da Sudene, da Diocese e da CPT para a da exceção e a da libertação.

O Capítulo II descreve o arquivo da exceção, seus limites, documentos, autores e regiões. O leitor deve compreender que a forma como organizei este capítulo o conduzirá ao encontro da força da exceção, uma prospecção voltada para a irrupção nos sertões para a constituição de espaços livres de conflitos. Nele, também tive a oportunidade de refletir sobre a possibilidade de as interpretações que propõem ciclos econômicos e a literatura antropológica do campesinato servirem como documentos, no sentido de que não representam o Nordeste e seus

⁷ O termo 'injustiça' não foi empregado por acaso. Faz parte do léxico da Teologia da Libertação, sobretudo, para se referir ao envolvimento dos setores da Igreja Católica na militância contra as forças autoritárias do Estado Ditatorial.

lôcus etnográficos, mas documentam regiões emergentes para o desenvolvimento. Ou seja, espaços apropriados pelos investimentos e pelos empreendimentos do desenvolvimentismo.

No Capítulo III, apresento e descrevo o arquivo da libertação, seguindo o mesmo princípio organizacional do segundo: guiar o leitor pelo argumento e pela justificação do motivo pelo qual escolhi tratar deste arquivo como o da libertação. Nele, o leitor também encontrará temas centrais para esta dissertação, como as reações contra o cercamento da caatinga pelos Projetos de Irrigação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e da Parnaíba (Codevasf), e as mortes de animais causadas pelos canais. Este Capítulo cumpre também a tarefa de complementar o fio argumentativo que apresento no Capítulo I: o projeto barrar e irrigar. A irrigação e a barragem foram acontecimentos dispostos no tempo e no espaço além dos limites da borda do lago e da caatinga.

Quanto aos interlúdios, tratam-se de cenas etnográficas ou de um conjunto delas que servem para caracterizar de maneira mais aprofundada os arquivos da Sudene, da CPT e do Acervo Dom José. Demonstram também, com outros detalhes que não foram mencionados nesta Introdução, o caminho da pesquisa, como as visitas ao arquivo da CPT, o encontro com a biblioteca e o acervo Celso Furtado na Sudene de Recife, além de questões que se mostraram imperativas para esta pesquisa, mas que não pude trabalhar detidamente.

Importa também destacar que este trabalho pode ser lido de diferentes formas, mas todas em consonância com a antropologia: a prática de criar analogias entre aspectos aparentemente opostos. Pois bem, seguindo essa premissa, trata-se de uma investigação em arquivos e com documentos que funcionam como forças/esforços políticos necessários para a transformação do Submédio São Francisco. Contudo, também se trata de uma pesquisa sobre a condição de exceção e a luta pela libertação nessas terras. O intrigante jogo de palavras — exceção e libertação — não é mera descrição do que seus respectivos documentos abordam, mas a viabilidade dessa análise. Trata-se de um traçado de analogias entre a exceção das terras do sertão do São Francisco e o caráter político dessa condição de exceção, que se manifesta no acirramento dos conflitos por terra e água decorrentes dos empreendimentos desenvolvimentistas. Essa analogia, que percorre e analisa os arquivos, é, portanto, o meu argumento principal. A exceção se encontra na descrição dos geógrafos da Sudene e, sobretudo, torna-se minha ferramenta analítica para a descrição dos documentos dos arquivos da diocese, permitida pelos relatos e reações contra os efeitos do desenvolvimento nessas mesmas terras, ou

sua libertação. Tudo isso só foi possível graças à fina película que envolve as questões metodológicas e políticas que acompanharam essa pesquisa: a saber, os arquivos, seus limites, as palavras que neles contém e, novamente, os seus limites.

Capítulo I - Barrar e Irrigar

A barragem de Sobradinho é um marco para a irrigação do rio São Francisco. No entanto, não se deve negligenciar que a proposta de solução da irrigação do semiárido foi um dos fatores determinantes para a própria construção da barragem. Este capítulo aborda justamente esse tema: o projeto barrar e irrigar.

*

Neste capítulo, tenho a intenção de conduzir o leitor à relação entre a barragem de Sobradinho-BA e os planejamentos governamentais para a irrigação como forma de aproximá-las política, espacial e temporalmente. Em todas as partes, limitei a discussão a um ajuste bibliográfico requerido pelos arquivos de implantação e de combate. Como se verá, na maior parte dos estudos antropológicos das irrigações dessa região foram compreendidas sob um enquadramento que desativava conexões mais profundas com a barragem e com as terras das margens do rio e da beira do lago. Talvez, por isso, a irrigação do Submédio ficou reservada como matéria e objeto de pesquisas nos campos de sociologia, economia e geografia, predominantemente. A mesma desconexão ou fragilidade com que se analisa a barragem e a irrigação foi feita pela bibliografia da primeira. Vale destacar que ambas as literaturas figuram-se em importantes apoios para esta dissertação, citadas ao longo do texto, mas, conforme veremos, apresentam-se entre elas com pouca intimidade. Por essa razão, em alguns momentos, as bibliografias aqui mobilizadas até parecem falar das mesmas coisas, mas acabam por reduzir somente aos seus respectivos objetos.

Para isso, na primeira parte deste capítulo, seção 1.1, introduzo o problema da separação, além de apresentar o caso da barragem e da irrigação. Na segunda seção, 1.2, faço breves comentários a respeito da literatura da barragem e da irrigação. Na seção 1.3, reflito em torno das possíveis razões da separação entre os projetos e faço indicações baseadas nas discussões sobre fronteira agrária para a sua união. Já na 1.4, recorro aos arquivos para pensar a “questão energética” que domina a literatura da barragem (Sigaud, 1986, 1992; Daou, 1994), inspirada no conceito de confiscação de Villela (2020). Na seção seguinte, 1.5, faço uma breve revisão bibliográfica a partir do problema da espacialidade, dos lócus etnográficos das pesquisas convocadas. Meu ponto será expor como a literatura da barragem negligenciou as

transformações e os conflitos gerados nas terras para além do lago de Sobradinho⁸. Essa seção prepara o terreno para a próxima, 1.6, que trata, finalmente, do ajuste bibliográfico requerido pelos arquivos. Já as duas últimas seções, referem-se ao mosaico, uma junção de peças da literatura e dos documentos que são convocados a compor uma imagem. Isto é, acrescentar contornos à relação entre a barragem e a irrigação. A seção 1.7, aborda as questões metodológicas e teóricas do mosaico, para, na seção 1.8, apresentar o mosaico propriamente dito.

O objetivo deste capítulo é aproximar os arquivos no ponto de contato de suas formulações: as políticas de desenvolvimento. Para, dessa forma, nos próximos capítulos, separá-los novamente em frentes de defesa e de apoio regional para suas implantações (Capítulo II), e de combate diante dos seus efeitos (Capítulo III). Ao longo deste capítulo, a descrição dos documentos que utilizarei para evidenciar a forma como estabeleço a relação entre a dupla literatura será feita em traços breves, à título de introdução e, principalmente, para não os neutralizar como se fossem meros instrumentos. Faço isso por considerar, por ora, dispensável uma descrição mais densa da documentação com que lidei.

1.1. Colocação do problema

Há 52 anos, a barragem de Sobradinho foi inaugurada nas terras do São Francisco. Parecem suceder nesse longo período evidências do empreendimento no aumento demográfico das cidades de Petrolina e Juazeiro nas décadas de 70-80⁹. Era Ditadura. Helicópteros sobrevoaram a área que seria alagada; em um deles, estava Ernesto Geisel acompanhado do General Gustavo Morais Rego Reis, em dezembro de 1973, antes de tomar posse da presidência. A construção foi iniciada no mesmo ano, quase concomitante com a repressão no campo. Esse período de 1971-1972, referente aos canaviais, “com a intervenção em vários sindicatos, era difícil, em algumas partes de Pernambuco, encontrar um trabalhador que não estivesse ou que não houvesse estado recentemente às voltas com uma questão na Justiça”, segundo Palmeira

⁸ A questão da espacialidade ficará mais nítida nas seções subsequentes. Mas adianto que se trata de uma forma de segmentação e organização de pessoas e animais nas terras do São Francisco. A borda do lago, segundo a literatura, refere-se à antiga área de vazante do rio, privilegiada pelos ribeirinhos devido à fertilidade das terras e ao acesso à água. Já as terras da caatinga referem-se às chamadas áreas secas, menos férteis que a vazante e destinadas ao criatório de animais.

⁹ Na década de 1970, a população de Juazeiro e Petrolina eram respectivamente de 104.297 e de 61.252 habitantes. Já na década de 80, passaram para 118.175 e 61.648.

(2009: 172), no contexto da Zona da Mata. No semiárido do São Francisco, no entanto, foi a Chesf que apareceu.

As ciências sociais, em geral, e a antropologia, em particular, para privilegiar o campo no qual me insiro, descreveram com precisão as formas autênticas de resistência da população deslocada, o processo de retirada das pessoas no momento da subida das águas, os reassentamentos e os impasses entre a população e as autoridades do Estado e da Chesf.

Já nos foi apresentado por Sigaud (1986) e Siqueira (1992) o processo “violento” e “autoritário” que marcou a construção da barragem de Sobradinho durante o Regime Ditatorial Civil-Militar na década de 1970. As águas da represa inundaram quatro sedes municipais (Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso), além de áreas rurais de Juazeiro e Xique-Xique. Implantada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) para a produção de energia elétrica, para regularização da vazão do rio e para possibilitar a agricultura irrigada, contabiliza-se pelo menos 72.000 pessoas deslocadas, apesar de a Chesf, no início da construção, ter estipulado o número de 60.000 atingidos pelo empreendimento, segundo Duqué (1982: 1054). O que resta, então, para se dizer da barragem e da resistência da população deslocada passados esses anos?

Os arquivos exigem que se fale da barragem no contexto da irrigação, com a intenção de iluminar como as águas da barragem e as terras irrigadas estão mais interligadas do que podemos imaginar. É preciso, portanto, afirmar que, para começar a tratar do que me interessa – as águas e as terras irrigadas –, é fundamental colocá-las ao lado da represa.

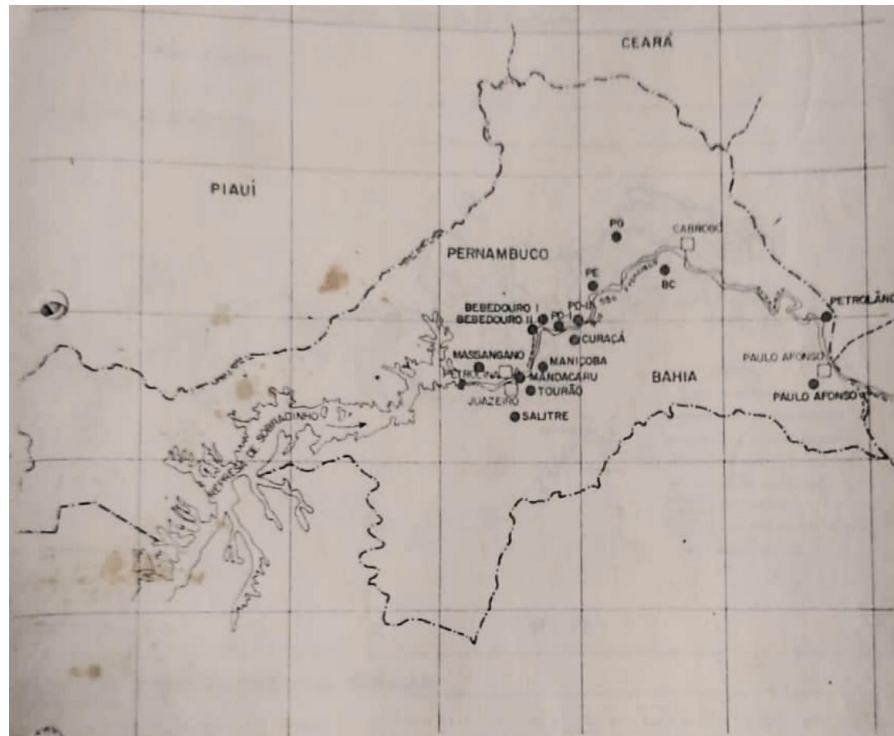
Digo isso porque o modo como entrei nos arquivos não me permitiu estudar somente a irrigação. É verdade que, a princípio, eu tinha uma tarefa simples no início do meu trabalho: seguir a partir da represa, suspendê-la para levar adiante o que aparentava ter vindo depois (a irrigação). Mas, durante a pesquisa, houveram momentos em que me vi envolta nela, abrindo pastas e caixas do acervo Dom José Rodrigues e do arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) referentes à barragem. Esse arquivo, que pela sua natureza - em comparação ao da Sudene - consiste no locus privilegiado de formulações e reações acerca de Sobradinho, conforme apresentei na Introdução. Mesmo abrindo, no entanto, pastas específicas separadas pelo tema da irrigação ou concernentes aos documentos acerca da atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), responsável pela implantação e manutenção da irrigação, deparava-me com os relatos da barragem no início da década de 1980, no calor dos

eventos. Do lado da diocese, os documentos da irrigação e os da barragem pareciam juntos e, às vezes, em um único documento. Por outro lado, os documentos da Sudene colocavam lado a lado a irrigação e as barragens, no plural, dentro de um mesmo conjunto de políticas de transformação do alegado subdesenvolvimento, conforme veremos mais detidamente no Capítulo II.

Dessa forma, as pistas que pude visualizar e trabalhar levaram-me a expandir a concepção da barragem para a própria espacialidade da qual pouco ou nada foi discutido na literatura sobre a represa. Refiro-me à parte das terras da caatinga mais distantes da margem do rio que se transformou em lago, onde se localiza grande parte das áreas destinadas à agricultura irrigada, definidas pelo Estado por meio da Codevasf. São os chamados Perímetros Públicos Irrigados (PPIs) dos polos Petrolina e Juazeiro. Essa é a espacialidade que se deve considerar para pensar o projeto barrar-irrigar, conforme exigido pelos documentos, que privilegiam esse ponto de vista.

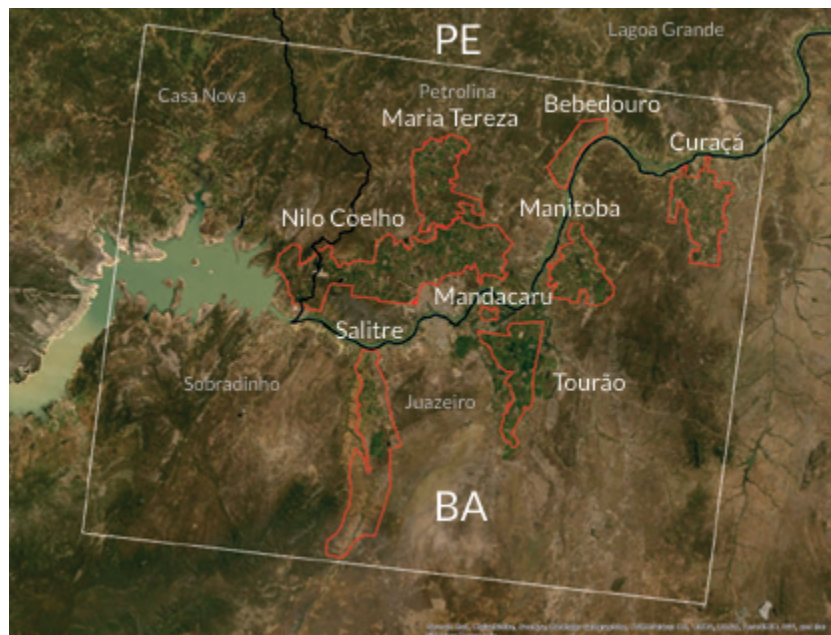
Atualmente, o polo Petrolina e Juazeiro ocupa uma área de 53 mil km², circunscrita nos municípios de Petrolina, Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria da Boa Vista, na parte pernambucana; Juazeiro, Sobradinho, Curaçá, Sento Sé, Remanso e Casa Nova do lado baiano. Nas duas principais cidades, estão localizados os Projetos Bebedouro I (1968), Bebedouro II (1973), Mandacaru (1971), Tourão (1979), Curaçá (1980), Maniçoba (1980), Nilo Coelho (1983), Salitre (2010) e o mais recente Projeto Pontal (2020), dividido em área norte e sul, conforme alguns deles ilustrados nos mapas da Figura 1 e da Figura 2.

Figura 1: Mapa indicativo da localização dos Projetos de Irrigação



Fonte: Codevasf, 1985 (Acervo Dom José Rodrigues)

Figura 2: Segundo mapa indicativo da localização dos Projetos de Irrigação



Fonte: ANA, 2020

Por meio do modelo de cogestão, os Projetos são administrados pelas 3ª Superintendência Regional (SR) da Codevasf, sede em Petrolina, e 6ª SR, em Juazeiro. Além da Codevasf, ações locais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), instalada na cidade pernambucana, fazem do polo um atrativo para a instalação e exploração do agronegócio. O aspecto comercial dos Projetos do Vale do São Francisco se deu em razão das exportações de frutas (manga e uva) para o abastecimento do “mercado global” (Cavalcanti, 1997), como os países da União Europeia e os Estados Unidos. Além da produção de cana irrigada pela Agrovale - Agro Indústrias do Vale do São Francisco S.A, que atualmente está instalada em dois Perímetros Pública de Irrigação: o Projeto Salitre e o Projeto Tourão.

Acerca dessa composição que colocou o Submédio São Francisco na rota das exportações, uma parte significativa dos trabalhos sobre irrigação e seus produtos apresentados ao longo deste capítulo e da dissertação faz o movimento de negligenciar, analiticamente, a barragem ou de partir dela, sem qualquer consideração ao fato de que a barragem e a irrigação ocorreram quase que concomitantemente. De antemão, citarei três.

1.2 Breves exemplos das bibliografias

A abordagem econômica de Vilela (1991) dos PPIs Bebedouro e Senador Nilo Coelho nos respectivos processos de formação e emancipação dos projetos, cita a represa apenas quanto ao seu papel para regularizar a vazão do rio para a irrigação e também como efeito das políticas para a modernização do campo (: 93). A barragem é somente analisada como uma “infraestrutura auxiliar” para o Projeto. Segundo o autor, para a implantação do Projeto Nilo Coelho:

Os estudos evoluíram entre 1977/1979, a CODEVASF contratou os serviços da Geotécnica para elaboração de um projeto, cujo resultado foi o aumento da área para 15.000 ha, o reforço da conclusão sobre a adoção da irrigação por gravidade e a mudança da captação da água para a barragem de Sobradinho em vez do leito do rio. O projeto não levou em conta as áreas potencialmente irrigáveis acima do canal principal. As obras foram executadas pela Chesf, que deu início à construção da tomada d'água no lago e da galeria de condução sob o dique da barragem. A continuidade das obras principais de drenagem e infraestrutura auxiliar ocorreu em 1979, financiadas pelo BID. (Ibidem)

Um breve parêntese é necessário antes de avançarmos nos exemplos bibliográficos. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financiou o Projeto Nilo Coelho da sua

construção à sua expansão. Em 1989, o BID liberou créditos para a ampliação de 4.938 ha, como também boa parte dos Projetos de Irrigação da época, ao lado do Banco Mundial e do banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW). Segundo nos conta Viana Junior (2020), o investimento no setor agrícola durante as décadas de 1960-1970, sobretudo para a implementação da irrigação no sistema produtivo do campo, foi um dos responsáveis pela entrada maciça do capital internacional no país, e a relação com a dívida externa. Quanto ao financiamento, o caso específico da Nilo Coelho fornece o exemplo do alto custo desses projetos. Ainda de acordo com Vilela, as alterações realizadas pelos técnicos na mudança do sistema de irrigação aumentaram o financiamento de “US\$ 96,7 milhões para US\$ 123 milhões e ampliaram o prazo do seu término de junho de 1984 para dezembro de 1986” (1991: 94).

No campo das ciências sociais, Cavalcanti (1996; 1997), uma das primeiras a privilegiar nos seus estudos os PPIs, ao enfatizar as relações entre “mercados globais” e a organização do trabalho na fruticultura irrigada, cita como efeito das expulsões de terras geradas pela barragem a absorção de pequenos agricultores expropriados nas fazendas de irrigação, como trabalhadores rurais (1997).

Por outro lado, nos trabalhos recentes da antropologia, a irrigação do Submédio tem sido destaque nas pesquisas de Scott (2014) acerca das formas como as populações do Vale do São Francisco estão inseridas na cadeia produtiva da agricultura irrigada. Os perímetros irrigados aparecem nos seus trabalhos como uma extensão da então vocação energética do rio para o desenvolvimento (Scott, 2014), marcando uma continuidade. No entanto, não há trabalhos na antropologia que se detenham não só na relação entre a barragem e as irrigações na chave de um mesmo projeto de desenvolvimento, sem traduzir esta relação como causa e efeito.

Já do lado da barragem, a irrigação aparece de dois modos: como “imperativo”, termo empregado por Lygia Sigaud (1986) e replicado por suas alunas (Daou, 1994; Martins Costa, 2013), e como efeito do empreendimento, da valorização das terras e dos incentivos estatais na região (cf. seção 1.2). Embora boa parte da formação dos PPIs se tenha dado concomitante à hidrelétrica (sua construção e o reassentamento), como foi o caso da implantação do Projeto Nilo Coelho durante a década de 1970, ambas as literaturas parecem descoladas uma da outra, de modo que muito pouco se pode extrair sem o esforço de cruzá-las. Uma exceção é a dissertação em ciências sociais de Ruben Siqueira (1992), agente da CPT Bahia, exímio estudo acerca da

resistência dos camponeses de Sobradinho¹⁰. Nele é possível constatar a atuação da Codevasf na administração das frentes de trabalho que absorveram parte do contingente de camponeses deslocados pela Chesf durante a seca de 1979 que perdurou até meados de 1984.

1.3 As razões da separação e alguns motivos para a união

Considero haver duas razões para a separação entre a barragem e os Projetos de Irrigação. A primeira reside no fato de que a barragem foi concebida historicamente como uma infraestrutura pioneira, e, portanto, desempenha uma função meramente auxiliar em relação aos Projetos de Irrigação. Quase como uma alternativa, a segunda entende que estes são apenas efeitos subsequentes da barragem. Essas duas perspectivas, no entanto, encontradas nas bibliografias citadas anteriormente, desconsideram um aspecto fundamental para a implementação de ambos os projetos no Submédio.

O fator, amplamente reconhecido (Sigaud, 1986; Siqueira, 1992, et al), embora pouco analisado, refere-se ao caráter regulador da barragem de Sobradinho, um dos principais condicionantes para sua construção. Esse caráter regulador visava não apenas controlar a vazão do rio, conforme as exigências da irrigação, mas também regulava contra as enchentes periódicas do Rio São Francisco. Em suma, a barragem, diferente dos açudes, serviria não apenas para armazenar como também controlar o fluxo da água, ou melhor, torná-la controlável do ponto de vista da irrigação e do ponto de vista do setor elétrico do Complexo de Paulo Afonso.

Esse controle, do ponto de vista da irrigação, teve um novo capítulo com a Lei nº 6.662, de 1979, chamada Lei de Irrigação, que conferia pleno controle à Codevasf e ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) sobre os fluxos de água — de rios, açudes ou barragens — para fins de irrigação pública. Isso significa que toda e qualquer iniciativa pública para a implementação dos projetos estaria submetida ao controle dessas instituições no que se refere ao uso da água e de suas infraestruturas. Estendendo, portanto, — assim como a Chesf controlava a água diretamente do rio São Francisco — a autoridade da Codevasf sobre as terras destinadas à irrigação pública, bem como sobre o uso e manejo da água nelas. Por manejo,

¹⁰ Agente é o termo que designa religiosos e leigos envolvidos nas pastorais, sendo de uso recorrente na literatura (Cf. Menezes Neto, 2007; Esteves, 2019; Rolemborg, 2020). No caso da CPT de Juazeiro, alguns nomes envolvidos durante os anos de 1980 são: Marina Rocha, Roberto Malvezzi (Gogó), Guilherme Mayer, Dietter Willehim Bruker, os paroquianos Padre Bernardo, de Remanso, e Padre Amâncio Sena Viana, de Campo Alegre de Lourdes, entre outros.

refiro-me ao poder de decidir o sistema e a técnica de irrigação, o tipo de cultura a ser cultivada, além de questões mais amplas, como a forma de organização dos colonos para sua representação dentro dos perímetros. Esses aspectos foram analisados por Vilela (1991) e Feitosa (2012), este último um trabalho mais atual dos perímetros.

Assim, o problema dessa separação é não permitir ver a partir do projeto barrar-irrigar aquilo que na literatura do campesinato refere-se ao alegado avanço da fronteira agrícola. Convoco, para isso, etnografias como as de Otávio Velho ([1987] 2009) acerca da construção da rodovia Transamazônica pelo governo de Emílio Médici, que ajudam a pensar a multiplicação de infraestruturas e empreendimentos em áreas que já foram alvos de grandes projetos:

As novas ocorrências, onde se somam a Transamazônica - que efetivamente transforma a região em porta de entrada para a Amazônia continental - a P A-70, o aparecimento de firmas do Sul e órgão governamentais, a exploração hoje certa de ferro na serra dos Carajás, a próxima instalação de uma unidade do Exército em Marabá e a presença do campus avançado da Universidade de São Paulo (Projeto Rondon), fazem com que antigos projetos em torno dos quais há longos anos se especulava na região ganhem maior viabilidade. (2009: 142)

Em outras palavras, em ambos os casos, tratava-se da transformação das regiões reservadas à evidência histórica da instalação de obras, infraestruturas, projetos e serviços. Outrossim, um dos sinais de que essas coisas devem ser lidas juntas é que tal como aconteceu na Amazônia aqui também o problema era resolver um certo isolamento da região característico do problema do subdesenvolvimento. O principal efeito da rodovia deriva, portanto, o “processo de quebra do isolamento da região”, continua Velho ([1987] 2009: 143-144).

Os limites territoriais do planejamento econômico, impulsionado durante a Ditadura na Amazônia e nos semiáridos nordestinos - percorrendo biomas como caatinga, cerrado e amazônia, sobretudo - têm seus paralelos traçados também quando nos confrontamos com outros campos. Como exemplo, o artigo do sociólogo Francisco de Oliveira (1994) acerca da “reconquista da amazônia” elenca algumas similaridades e diferenças entre esta e a investida desenvolvimentista no Nordeste. Tanto em um caso como no outro, na verdade, esta “quebra de isolamento” (Velho, [1987] 2009: 143-144) pode ser entendida mais como uma “invasão” e “ocupação” de terras (Oliveira, 1994: 08), sob o molde militar e autoritário. A área circunscrita

ao reservatório de Sobradinho, vale destacar, era considerada área de segurança nacional, policiada e controlada durante a construção da barragem.

Há muitas maneiras, portanto, nas quais eu apoio a justificação dessa aproximação entre barragem e irrigação. Mas o problema aqui examinado da separação realizada pela dupla literatura que tratou de Sobradinho e dos PPIs será iluminado e orientado apenas pelos documentos, razão mesmo dessa problematização. Dessa forma, a conexão a partir da expansão da fronteira agrícola tomada de empréstimo a Velho ([1987] 2009) não poderia também deixar de sofrer o ajuste requerido pela suas aberturas. Isso fica evidente quando retomamos, do lado da literatura de Sobradinho, o investimento no termo “questão energética” utilizado por Sigaud (1986) para descrever a natureza da represa. Mesmo tendo sido, inicialmente, projetada para regular apenas as enchentes do rio e para intensificar o aproveitamento elétrico da Usina de Paulo Afonso, o termo “questão energética” foi utilizado para nomear a “imprevidência” da barragem sobre a avaliação dos impactos sociais (Sigaud, 1989; 1992).

No entanto, se como eu defendo, os documentos não separam irrigação e barragem, o termo também servirá não apenas para o exame da barragem, mas também da irrigação.

1.4 Ajuste da questão energética via arquivos

Para isso, antecipo dois enunciados, um de cada lado dos arquivos, para propor uma dupla ampliação e aproximação: da “fronteira agrícola” e da “questão energética”; e a barragem e a irrigação. O primeiro vem dos materiais doados pela Sudene.

O apoio e financiamento de pesquisas em Geografia e em Economia pela Sudene fez com que importantes nomes tivessem pelo menos sido chamados a trabalhar por meio de convênios nos departamentos especiais da instituição, quando não foram superintendentes, como o economista baiano Rômulo Almeida¹¹. O geógrafo Mário Lacerda de Melo, que terá destaque no próximo capítulo, foi um desses autores. Em sua pesquisa acerca da *regionalização*, de 1978, Lacerda Melo diagnostica os “sertões nordestinos” como áreas obstáculos para a “integração espacial”, sobretudo por representarem “vazios” (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife,

¹¹ Apesar de não levar a discussão como matéria desta dissertação, para termos apenas uma ideia, a maturação da Geografia, por exemplo, produzida e voltada para o Nordeste, teve forte apoio financeiro e institucional da Sudene. Nomes como o de Manuel Correia de Andrade compuseram o quadro de funcionários da instituição durante o convênio com a Fundação Joaquim Nabuco em 1970-80. No próximo Capítulo apresentarei outros nomes, mas o leitor pode conferir o estudo de caso acerca do desenvolvimento da Geografia no estado de Pernambuco no trabalho de Medeiros (2021).

1978: 77), alegados “vazios” que, como se verá no capítulo dois, são duplos, ou melhor, sobrepostos: “econômico” e “populacional” (: 77). A prospecção do geógrafo para o planejamento econômico regional coloca as obras de infraestrutura para o campo e para a geração de energia em um conjunto de projetos de “racionalização dos sistemas de uso da terra e da organização agrária através de empreendimentos que vão desde a disseminação das práticas de regadio até a melhoria da estrutura de comercialização” (:188).

Esse trecho fornece a ordem da transformação requerida para e pelo desenvolvimento. Sob o signo de “racionalização”, as regiões foram sendo constituídas nesse discurso geográfico por meio do imperativo de outras - “modernas” - formas de produzir e se relacionar com a terra, desde o manejo até o estatuto legal-social do novo sujeito no campo: o irrigante e o colono. Este último termo, colono, faz referência ao dispositivo social-legal dos Projetos de Irrigação Pública: a colonização - política voltada para a exploração agrícola acompanhada pelo estímulo à ocupação “racional” de áreas consideradas *vazios demográficos*. Amparada pelos dispositivos jurídicos e econômicos da Ditadura, coextensivo ao Estatuto da Terra (1964), a colonização representava, como se sabe, a famigerada reforma agrária dos governos militares.

Se nos deslocarmos para fora do arquivo do desenvolvimento por um breve momento, encontramos trabalhos acerca desse novo sujeito como aqueles elaborados na perspectiva sociológica de Gomes (2005; 2009), inspirados na abordagem de Garcia Jr. (1983), sobre os processos de “conversão” no espaço rural. Embora esteja inclinada a estabelecer diálogo com essa literatura - e o faça em vários momentos dessa dissertação - a reação contraposta pelos arquivos da diocese me direcionam para um outro caminho analítico. Sobretudo porque a ocupação dos perímetros irrigados na década de 80, como se sabe, foi estabelecida majoritariamente pelos fluxos migratórios entre regiões e entre estados. Assim como foi elucidado por Palmeira (1989) sobre a “modernização agrícola”¹².

Ainda utilizando os materiais da doação, convoco uma das publicações editadas também pela Sudene. Na *Série Hidrologia*, o volume trinta, intitulado *Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento*, assinado por François Molle, nos apresenta, sob caráter evolutivo, alguns discursos pronunciados por uma variedade de técnicos e políticos

¹² “Os colonos vieram de fora”, assim é o título da matéria feita no Jornal O Globo, de 1982. A matéria destaca que a ocupação dos Projeto por pessoas vindas de outras regiões. Além disso, em entrevista, Antônio Araújo, representante da Codevasf, perguntado sobre esse aspecto, diz: “evidentemente que o ideal seria fazer o projeto com o homem da região. Mas para isso eles precisavam ter educação, força. E isto eles não tem”. Disponível no Acervo Dom José Rodrigues, pasta Irrigação.

entusiastas das técnicas e sistemas de uso da água para a irrigação. Em um deles, o engenheiro Rodolfo Sena de Caldas, para quem o modelo de “civilização do canal” era “superior” ao da “civilização do gado” (*Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento*, Recife, 1994: 138). Dito de outro modo, ao recuperar o ideal de civilização de Caldas, Molle sugere que as características ideais representadas pelo primeiro modelo - “fixação” e “segurança” para os agricultores, “solidariedade” e “espírito de submissão” ao plano civilizatório - eram a chave para o sucesso das políticas de irrigação que só poderia ser garantida pela ação de um “poder central”:

As grandes civilizações da água, a China, o Egito, foram, de fato, edificadas a partir de um poder central extremamente forte e coercitivo. Em uma escala menor, o estabelecimento de um grande sistema de distribuição de água, por parte de um poder central, *requer uma autoridade suficientemente forte para assegurar o controle e a administração do empreendimento*. Não sendo este o caso, a responsabilidade do fracasso observado recai, geralmente, sobre a entidade técnica encarregada da implantação e/ou manejo. (*Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento*, Recife, 1994: 138, grifo em itálico feito por mim)

Molle apoia a ideia de um poder autoritário o suficiente para tornar possível a “civilização do canal” de que falou Caldas. Ou seja, um modelo civilizatório que só seria possível pela transformação do espírito “hostil” dos homens cuja atividade era resumida na pecuária e na agricultura de vazante (*Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento*, Recife, 1994: 138-139) em espíritos submissos e irrigantes. Retornaremos ao tema no Capítulo II.

De todo modo, quando sobreposmos esse primeiro com o segundo enunciado extraído da documentação da diocese e da CPT, veremos como foi formulada a mudança no uso da terra com auxílio do Estado Ditatorial.

É prática comum da Comissão Pastoral da Terra, em suas diversas representações nos estados, utilizar meios de comunicação e informação no apoio das atividades ecumênicas e educativas populares, conforme apresentado no Capítulo III. A CPT nacional preparou em 1979 um boletim informativo especial, intitulado *Ilhas da Resistência*, dedicado essencialmente para os acontecimentos em torno do Vale do São Francisco, na iminência da construção da barragem

de Itaparica (PE/BA), e no calor dos eventos de Sobradinho¹³. A passagem que destaco é a forma como foi apresentada a Chesf no documento.

No Rio São Francisco, nestes anos 70, um nome se transformou quase em terror. Para milhares de lavradores, ele passou a significar a perda de suas terras, a perda de suas culturas, a expulsão do lugar onde sempre viveram, a destruição de comunidades formadas ao longo de muitos anos. [...] este nome é Chesf, que quer dizer Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Com ela, uma forma de vida, um modo de vida do povo passou a ser destruído por inteiro. Os lavradores perderam não somente os seus bens materiais, mas também *uma forma de viver no mundo que já está dentro de cada um deles*. (*Ilhas da Resistência*, Juazeiro, 1979: 11, grifo em itálico feito por mim)

Extraída da seção concernente ao empreendimento da Chesf, essa passagem convoca uma imagem conhecida nos estudos e na vivência do campesinato, a *besta-fera* (Velho, [1987] 2009; Silva Filho, 1992). Reservei outro espaço para essa discussão no capítulo III. Por ora, o que desejo destacar é, no entanto, a forma como foi posto o problema da destruição para as comunidades. O que se destroi é anunciado como alguma coisa da relação entre o mundo e o sujeito, intrínseco do que seja o “mundo” e “eu”. Não é novidade tal imagem no interior da literatura concernente aos projetos hidrelétricos (Silva, 2016; Cruz, 2017; Ramos, 2020; et al) ou aos desastres (Marcurio, 2022). Mas se seguirmos mais adiante com a imagem, perceberemos que ela assume contornos mais nítidos a cada abertura de documento diocesano e pastoral.

Seria cômico, se não fosse trágico, que o encontro das formulações retiradas de diferentes arquivos seja realizado justamente na força autoritária que, de um lado, é reclamada e, do outro, é denunciada. Surpreende-me ainda mais o fato de que, para os arquivos, não apenas barragem e irrigação estão evidentemente conectadas, mas também fazem parte de um mesmo projeto contra sujeitos tidos como atrasados, incivilizados ou sem a instrução adequada para o ideal de racionalização das bases produtivas (Cf. nota 11).

Ao tirar por um momento a vista dos boletins informativos editados pelos agentes pastorais, é possível ver as várias formas pelas quais estes atuavam. Um exemplo disso são as

¹³ O caso de Itaparica, no entanto, apresenta uma especificidade na relação com a irrigação. Em razão do fracasso da Chesf em mitigar os efeitos do deslocamento gerado pela construção da barragem de Sobradinho, para a nova barragem foi posto em operação o primeiro reassentamento “free-standing” - reassentamento autônomo - sob as exigências do Banco Mundial. Os projetos de irrigação foram usados por esse modelo de reassentamento involuntário como parte do programa para o estabelecimento da população afetada nas áreas irrigadas sob ação conjunta da Codevasf e da Chesf.

sondagens em forma de questionário aplicadas e elaboradas pelos agentes pastorais e diocesanos para a primeira reunião do ano de 1981 com trabalhadores rurais dos municípios inundados, representam um dos principais documentos aos quais tive acesso, em que é possível identificar o emaranhado dos acontecimentos que perturbaram a população do São Francisco.

Nessas sondagens, ao lado das denúncias dos descasos da Chesf quanto aos efeitos das enchentes do rio São Francisco nos anos de 1979 e 80, e das queixas da população à espera do reassentamento, é possível encontrar também nos depoimentos de um dos representantes da comunidade de Correnteza, em Sobradinho, a situação dos trabalhadores das fazendas irrigadas: “o serviço de irrigação exige demasiadamente das pessoas e quando chega no domingo estão cansados” (*Sondagem da CPT em Sobradinho*, Juazeiro, 1981). O comentário reflete a maioria das queixas da comunidade presentes na sondagem, posto em outro comentário, extraído das pesquisas feitas pelos agentes, sem referência de sua autoria: “nós não temos terras nem possibilidade de adquirir motor para plantar por meio da irrigação” (*Ibidem*). Quando não se faziam críticas aos prejuízos da enchente que, segundo os questionários, seriam de responsabilidade da Chesf, os problemas relatados descreviam a nova realidade enfrentada pelos trabalhadores dos projetos de irrigação, na máxima posta na sondagem como: “povo roubado na terra, nos salários” (*Ibidem*).

Esse último exemplo de depoimento extraídos das sondagens, talvez por ter sido feita em 1981 pelos agentes, expressa a forma como nas reações a aproximação do “roubo” da terra pelos projeto da Chesf e da Codevasf e do “roubo” do salário pelas fazendas irrigadas expõe uma cumplicidade operada por esses dispositivos para transformar, violentamente, a relação com a terra¹⁴. Vale destacar que uma dessas empresas foi a Agroindústrias do Vale do São Francisco S/A (Agrovale), produtora de cana de açúcar, instalada no final da década de 1970 no Perímetro Irrigado Tourão, em Juazeiro, ocupando quase toda a sua extensão.

Esse breve encontro dos documentos dos arquivos aqui é para evidenciar a forma como, de um lado, foi prospectada a “modernização” agrícola e, do outro, tal processo pode ser traduzido no esgotamento físico, mental e material dos corpos de sujeitos expulsos das terras, impedidos da vida antes dos projetos e submetidos à nova dinâmica produtiva com a terra

¹⁴ Não por acaso a literatura recente da irrigação ilumina o problema do desenvolvimento do/no semiárido pelo subemprego e o assalariamento das comunidades rurais do Submédio dentro dos PPIs. Para isso, conferir os trabalhos de Almeida Silva (2022) e Mota Silva (2016), bem como do seu orientador Souto (2019).

introduzida pelo manejo da técnica de irrigação, imagem recorrente das reações da população. Ambos os processos foram submetidos à análise nos capítulos dois e três respectivamente. No entanto, ao antecipar os enunciados, pretendi com isso evidenciar o fundo comum da alegada política de modernização do campo cujo efeito prático foi anteriormente anunciado através do exemplo acerca da expansão da fronteira agrícola em Velho ([1987] 2009). Assim como ocorreu com o rio e as terras da São Francisco, um dos principais efeitos dos projetos denunciados pelos documentos comuns da barragem e da irrigação foi a captura pelos empreendimentos da sua gente, um tipo de “confiscação energética” (Villela, 2020).

Esse conceito, definido por Villela (2020) e inspirado no ultra-materialismo de Nietzsche e Foucault, faz diferenciação quanto aos processos de expropriação e exploração. Segundo o autor, a confiscação é “decompor e recompor uma composição, rearticular as suas partes impedindo por diversos meios (legais, regulamentares, perceptivos, morais, familiares, arquitetônicos) que elas perseverem a composição anterior” (: 282). Assim, o investimento no termo de Villela é baseado nessas falas e escritos que apontam um signo comum da irrigação e da barragem, ou mesmo na sua complementaridade e simultaneidade. As novas técnicas agrícolas necessitam, segundo a projeção geográfica e as reações dos trabalhadores, não apenas de instrumentos de regulação da vazão do rio, mas que estes possam ser e ter ao lado dispositivos de captura de toda energia, inter e intraespecífica (Ibidem), para a transformação do semiárido e da caatinga do São Francisco em “matéria comercializável” (Ibidem). Confiscar energeticamente até à exaustão. Até o “roubo” da “terra” e do “salário” se tornarem equivalentes e o anverso do mesmo processo. Ou até terra e corpo terem sido alvos constantes de decomposição e recomposição, e mesmo apresentados como sacrifícios feitos em nome do desenvolvimento.

1.5 Análise da bibliografia: a caatinga como acesso à bibliografia

Feita a justificação do ajuste bibliográfico pelos arquivos e pelo enquadramento com outras literaturas, passo para a maneira como é possível analisar as bibliografias. Um dos pontos que, curiosamente, me causou incômodo foi a espacialidade tratada na bibliografia da barragem e da irrigação. Há uma dicotomia já bastante trabalhada nas etnografias, inclusive, que ressalta a beira do lago e do rio e negligencia a existência da caatinga. Ao mesmo tempo em que o recorte espacial na literatura da irrigação é ainda mais abrupto. Quando aparece o recorte espacial, este é

mais como um tipo de paisagem, plano de fundo já transformado pelas infraestruturas energéticas. O que pretendo sublinhar nesta seção é que, novamente, a documentação, muito mais precisa, tanto de implantação como a de combate, mostra que essa apartação não pode acontecer por aqueles que, diacronicamente, examinam os seus efeitos.

Mas conduzirei por partes. Vejam-se o panorama da bibliografia a partir da ênfase na espacialidade, como metodologia de análise da literatura.

Para a literatura multidisciplinar da irrigação no Vale do São Francisco (Vilela, 1991; Silva, 2016; Viana Jr, 2020; Silva, 2022), os PPIs contemporâneos e que se seguiram a Sobradinho estão intimamente ligados à injeção de investimentos diretos e indiretos na expansão de infra-estruturas e na “modernização” agrícola dessas terras do semiárido. Esse processo ganha outro sentido com a descrição de Sigaud (1991) do modo como os camponeses em Sobradinho foram lançados compulsoriamente em novas técnicas agrícolas. Descapitalizadas, as pessoas tiveram que recorrer a empréstimos e técnicas de irrigação para atender às necessidades nas terras distribuídas pela Chesf (Ibidem).

A literatura caracterizou a população afetada como pequenos comerciantes e trabalhadores que combinavam agricultura de sequeiro e de vazante, pesca e criação (Duqué, 1982: 1054-1055)¹⁵. Dessa forma, tanto pelo referencial acadêmico como pela própria proposição da época, optou-se pela categoria camponês, e sua resistência, conseqüentemente, compreendida dentro do escopo das lutas camponesas pela tradição antropológica dos estudos do campesinato nas décadas de 60, 70 e 80. Seguirei com o termo ao lado de ribeirinhos, mantendo-me fiel à descrição do referencial bibliográfico.

Essa observação a respeito dos estudos do campesinato não é feita apenas para contextualizar-nos no tempo ou no espaço se recordamos alguns dos lócus etnográficos nas “plantations” da Zona da Mata pernambucana (Palmeira, 2009; Sigaud; 1979; Heredia, 1979; et al). Mas para entendermos a singularidade dos eventos que foram descritos pelas pesquisas de

¹⁵ Agricultura de sequeiro: atividade agrícola realizada nas terras secas, ou seja, longe de rios ou de mananciais. No contexto do São Francisco, ficavam restritos à caatinga em época de chuva, normalmente no verão, isto é, no tempo da chuva, assim chamado pelos ribeirinhos.

Agricultura de vazante: realizada nas várzeas de rios, utilizando-se deste para a fertilidade das terras. No caso aqui analisado, ocorrem com a chegada da estiagem, aproveitando ao máximo as terras próximas ao rio São Francisco.

Criação: nome referente às atividades de cuidado com o bode e a cabra nos semiáridos nordestinos. Especialmente neste contexto segue a premissa de criação livre, soltos nas terras.

Martins Costa (2013), Daou (1994) e Lygia Sigaud (1986), sendo esta última orientadora dos trabalhos anteriores.

Segundo Martins Costa (2013), a experiência “insólita” da barragem, de desentendimentos entre a retirada por parte dos atingidos e a imposição de deslocamento pelos técnicos, marcou os efeitos da construção. No momento da subida das águas, as pessoas ainda estavam sem saber para onde ir. Sem tempo para resgatarem os bens materiais e os animais, as águas inundaram rapidamente a área do reservatório. Martins Costa (2013) e Siqueira (1992) talvez tenham melhor examinado a “opção pela borda”, como ficou conhecida a movimentação em torno da permanência nas terras à beira do lago, resistindo à opção do Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (PECSR), proposta pela Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia (Ancarba) e pela Hidroservice. Ambas as empresas foram responsáveis por apresentar recomendações para a transferência da população rural e urbana à Chesf e ao Estado (Martins Costa, 2013).

Perto do município de Carinhanha, Serra do Ramalho fica a 849 km de distância de Juazeiro e do rio. Tornou-se município em 1999 quando foi emancipado de Bom Jesus da Lapa. Para lá foram apenas 25% das 4.000 famílias previstas pelo projeto (Martins Costa, 2013), o restante recusava a vida longe do rio, dos antigos vizinhos e dos seus familiares, com quem criavam relações de solidariedade fundamentais na resistência frente aos efeitos da barragem, como nos conta Siqueira (1992) e também Daou (1994). Houve famílias que retornaram à beira do lago tanto em razão de suas águas, como também pelas condições precárias nas quais estavam submetidos lá¹⁶.

Divididos em agrovilas, as famílias conviviam com desconhecidos advindos de outras regiões do Nordeste, sem contato com os parentes que permaneceram na região de Sobradinho ou que migraram para outros estados do país. Viram-se de repente cercados e abandonados à própria sorte pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsável pela administração do Projeto, em 1982. Tão logo pareceu ser impossível reconstruir a vida em Serra do Ramalho devido a distância que os separam do rio, para quem o “retorno” era o seu “consolo”, segundo a análise historiográfica de Estrela (2004). Fruto do seu trabalho sobre a

¹⁶ Para ter uma noção da alocação da população atingida, o leitor poderá conferir no quadro I, “Destino das famílias atingidas pelo reservatório de Sobradinho e reassentadas pela Chesf”, de Sigaud (1986: 32).

experiência em Serra do Ramalho pelos “beradeiros”, termo autônimo pelos moradores das beiras do São Francisco.

A “opção pela borda” era uma tentativa de tornar a situação menos dramática possível para aqueles que ficaram. Segundo Sigaud (1992), os lotes em torno do lago distribuídos pela Chesf não apresentavam a mesma fertilidade dos lameiros, terras fertilizadas naturalmente pelas inundações do rio. No entanto, a situação era ainda mais grave para aqueles alocados longe do lago sem acesso à água, continua a autora (Ibidem). Manter-se ao longo da represa era, de certa forma, resistir a outra expulsão, a saber, o impedimento da relação vital com o rio. Dessa maneira, um dos problemas que emergiram nos trabalhos acerca da barragem colocados pelas populações ribeirinhas do São Francisco foi a relação entre terra e água transformada pelo represamento¹⁷. Segundo essa mesma literatura (Sigaud, 1986; Siqueira, 1992, Daou, 1994), a dinâmica e os regimes classificatórios das águas e terras ribeirinhas constituíam-se com a movimentação do próprio rio, suas cheias e recuos, e suas correntezas. Da margem à caatinga e da caatinga às margens, assim era a vida dessa população.

Tanto Siqueira como os trabalhos de Sigaud e de suas alunas (Daou, 1994; Martins Costa, 2013) descrevem esse modo de vida ao lado e com as águas do rio marcado por tempos e espaços distintos. O tempo da cheia referente às enchentes periódicas do São Francisco, é o do deslocamento à caatinga, de preferência para um lugar alto, embora esta alocação tivesse caráter temporário. Priorizavam, os sertanejos, naquele período, a agricultura de sequeiro e a pesca, atividades que não eram afetadas pelo avanço do rio nas margens. Após a cheia, as águas retornavam ao nível original e permitiam o retorno também dos ribeirinhos ao espaço da vazante. Com a fertilidade das terras proporcionando o cultivo da agricultura nas várzeas, a dinâmica era assim levada pelas pessoas, e pelas águas, bem mais descritas nos capítulos dois dos respectivos livros de Martins Costa (2013) e de Siqueira (1992).

A combinação entre solos pouco férteis e água barrada, isto é, impossibilitada de se mover como antes, tornou “imperiosa” a opção pela irrigação, para continuar com os termos de Sigaud (1986), mas também analisada em Siqueira (1992), Martins Costa (2013) e Daou (1994). A última, na sua pesquisa acerca dos efeitos sentidos pela comunidade de Brejo de Dentro, Sento

¹⁷ Conforme havia anunciado, irei retornar a esse ponto em dois momentos: 1) no segundo Capítulo, pelo enunciado da *regionalização* e a relação entre terra e água que constituem áreas de *exceção*; e 2) no terceiro ao comparar esta relação com aquela enunciada pelas comunidades e sujeitos que se viram em meio aos canais e as cercas da irrigação da Codevasf.

Sé, escreve: “A retomada do processo produtivo pelos camponeses de Sobradinho implicou numa modernização compulsória em relação ao sistema de produção vigente no passado. Mesmo nos lotes situados junto à borda do lago a única agricultura viável é a de chuvas, sempre irregulares nesta região, o que faz da irrigação um imperativo” (Daou, 1994: 36).

O termo agricultura de chuva designa aquela realizada mais no interior da caatinga, geralmente em terrenos mais altos, lugares mais protegidos do alcance das águas das enchentes. Quando no “tempo do rio”, antes da barragem, “a beira e a caatinga e as atividades correlatas a estes dois espaços ocupavam posições opostas e complementares nesta cartografia social” (Daou, 1994: 30).

Em outro contexto etnográfico, a representação do que é caatinga, segundo esse esquema, aparece em negativo, um espaço longe do São Francisco envolta apenas de terra e nada mais, “sem beira”, segundo a etnografia de Nóbrega Oliveira (2019) com os moradores da Ilha do Massangano-PE, também afetados pela transformação do fluxo e da vazão do rio após a construção da hidrelétrica. Em razão da função de regulação das enchentes, os moradores da ilha viram-se diante do risco do assoreamento do rio já não mais em movimento. Para eles, a caatinga é um mundo outro daquele das margens, da vazante, reservado aos bichos e aos mortos, local dos cemitérios (: 71). Dessa forma, a água do rio, sobretudo em movimento, constitui a referência para a terra e, portanto, do mundo dos vivos em oposição ao da caatinga (Ibidem). Mais que elementos em relação, o que esses discursos bibliográficos e nativos indicam é que ambos são substâncias um do outro.

Há outras excelentes pesquisas acerca da relação entre terra e água no São Francisco, como a já citada tese de Nóbrega (2019) junto aos moradores da Ilha do Massangano, na divisa entre Pernambuco e Bahia. A tese de Ramos (2020) ao lado do povo Tuxá no enfrentamento dos “dualismos” operados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco que barram o acesso ao território inundado pela hidrelétrica de Itaparica. Em outro contexto etnográfico, o trabalho de Pereira (2017), um dos mais distantes da margem, acerca da vida dos vaqueiros, em especial no capítulo dois da dissertação ao examinar os efeitos da seca de 2012 e das cercas da terra no manejo do gado.

Arriscando simplificar os modos de vida ribeirinhos, pois o material que examino não ilumina um antes dos projetos (cf. seção 1.3 e 1.4), caatinga e margem, ou até mesmo ilha, suscitam uma à outra, mas não encontram equivalência entre si. Nessa literatura que abarca de

Sigaud (1986) a Nóbrega (2019), a caatinga é um lugar outro com relação à margem, no qual se é possível ir, mas com cuidado (Nóbrega, 2019) e de preferência temporariamente (Sigaud, 1986, Siqueira, 1992; Daou, 1994). Em paralelo, essas diferenciações são postas na movimentação ou na presunção de movimento para os ribeirinhos concomitante ao movimento do rio, constituindo entre esses espaços e “mundos” (Oliveira, 2019) distintas relações não só com o rio, mas também com as plantas e culturas, os animais de criação, o tempo etc. Essa centralidade do São Francisco na orientação e na constituição de modos de vida está presente em pesquisas não só voltadas aos camponeses e ribeirinhos. Depois de inaugurada a hidrelétrica em 1978, e desordenar a vida nessa parte do São Francisco, a Chesf preparava-se para realizar mais um empreendimento que deslocaria 45.000 pessoas.

A barragem de Itaparica (Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga), entre Pernambuco e Bahia, foi construída na década de 1980. A submersão para a formação do reservatório em 1988 afetou sobretudo o povo Tuxá pela inundação da Ilha da Viúva¹⁸. Para os Tuxá, foi o Opará que foi violentado e tomado de assalto pelo Estado e pela Chesf. Felipe Tuxá (Cruz, 2017), indígena e antropólogo, conta a ordem do acontecimento:

Se a vida das pessoas era no rio, nas canoas e entre as ilhas, a barragem alterou fortemente essa forma de se relacionar com o São Francisco. O rio mudou, peixes desapareceram, além da própria inundação que deixou no seu fundo uma série de matérias a serem decompostas – o que alterou o sabor dos peixes. A água parou de correr livre e o rio também silenciou. (Cruz, 2017: 20)

Reservadas as diferenças, assim como os ribeirinhos do São Francisco, os efeitos sentidos não são indiferentes à mudança das águas do rio. O São Francisco e o Opará são caracterizados, nos diferentes contextos etnográficos, pelo movimento. Semelhante a isso é a etnografia com povos tradicionais, como os quilombos do Médio do Vale do Ribeira, Eldorado (SP), para quem os movimentos “marcam as relações e experiências cotidianas vivenciadas pelas pessoas” (Santos, 2021). No entanto, como havia dito, os documentos não falam de um antes dos empreendimentos. O que ocorre parece ser justamente o seu oposto. Na verdade, as políticas de barramento, como se pode perceber em outros contextos etnográficos, interrompem a vida de “correr livre”, conforme Santos (2021).

¹⁸ O empreendimento alagou as cidades de Glória, Abaré, Rodelas e Chorrochó, na Bahia, e Itacuruba, Floresta, Petrolândia e Belém do São Francisco, Pernambuco.

Se as terras ao longo do lago, as águas do rio e, de certa forma, a vida estavam controladas pela Chesf (Nóbrega, 2019: 9), a entrada da água na caatinga, por sua vez, levada por extensos e profundos canais de irrigação, é também anunciada nos arquivos da diocese pelos efeitos diretos dos empreendimentos da Codevasf sobre pessoas e animais na caatinga. E também o que vale a dizer, mesmo o reassentamento da população deslocada para mais distante da beira foi barrado pelo controle da Codevasf sobre as terras que seriam desapropriadas para a implantação dos PPIs.

Além disso, não é preciso muito para dizer que a ausência de pessoas na caatinga nos enunciados do arquivo da Sudene é o contraste da polifonia da diocese, e vice-versa. A condição posta pela relação de força entre eles, no nível enunciativo, bastará para proporcionar ao longo da dissertação a tensão entre a noção de *vazio demográfico* (Capítulo II) e comunidades inteiras chamadas a reagir contra as cercas (Capítulo III)¹⁹. Em outra palavra, da análise dos enunciados, o “encontro” entre a disposição (expansão) da água no alegado *vazio* da caatinga do São Francisco e uma ecologia, para além da margem do rio, afetada e transformada pela irrigação²⁰.

1.6 Ajuste bibliográfico via arquivos

Voltemos nossa atenção ao motivo mesmo dessa problematização dos espaços, a documentação. Primeira parada, privilegiando a ordenação da seção anterior, o arquivo da Sudene, mais especificamente as produções geográficas financiadas e editadas por ela.

Em um outro volume assinado pelo geógrafo, Melo (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988), classifica a caatinga como “vegetação”. Os chamados “traços fisiográficos” são classificados com base na capacidade de operarem como “drenadora”, função necessária para o cultivo em solos inundados ou irrigados.

Os traços da hidrografia intermitente formam uma rede vastamente esgalhada, drenadora de água para o São Francisco. Vales muito rasos e interflúvios suaves emprestam à maior parte das terras uma uniformidade a que o ericado da vegetação de caatinga comunica, frequentemente, uma feição de áspera monotonia. (:29)

¹⁹ Noção usual no discurso desenvolvimentista, lembremos que o *vazio* para o caso do Nordeste é ainda mais problemático por eclipsar a presença de povos indígenas na região (Cruz, 2017). Retornarei ao debate no Capítulo II.

²⁰ A utilização das aspas nesse caso é para indicar que o termo encontro deve ser entendido no sentido emprestado pela palavra sua etimologia, do latim *incontrare*, no sentido de contra algo ou alguém.

Além disso, a caatinga é apresentada nessa passagem sem grau ou escala de diferenciação, tampouco é possível dizer que as terras ribeirinhas do São Francisco não correspondem, segundo esse esquema, à caatinga, restrita à vegetação. Isto é, não existe nem beira ou margem, tudo é visto negativamente. A excepcionalidade, por sua vez, entre outros motivos que serão apresentados posteriormente, compreendem justamente o efeito da irrigação do rio para essa “áspera monotonia”. Vejamos como foram classificadas as “terras ribeirinhas” que, por sua vez, não é sinônimo de beira de rio, mas sim:

Terras ribeirinhas do sertão pernambucano do São Francisco [...] assumem o caráter de *áreas de exceção* sobretudo na medida em que oferecem condições naturais para lavouras irrigadas e em que essas condições são aproveitadas. (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife: 103, grifo em itálico feito por mim).

Conforme exposto no Capítulo II, com todo o esforço para não tratá-la como um “dado”, a caatinga é somente considerada excepcional pela sua relação com o rio São Francisco, que dele se pode irrigar as terras que, como apresentarei, não tem valor sem água. Ou melhor, a terra do São Francisco em estado de excepcionalidade com o avanço energético empreendido, com maior intensidade, durante a Ditadura e o opaco período de redemocratização. Se a caatinga, para tal discurso, é ela mesma um todo indiferenciado, homogêneo, a sua *exceção* é, politicamente, uma necessidade técnica e infraestrutural em nome de um dinamismo produtivo e econômico, como foi avaliado por Velho acerca do capitalismo autoritário (2009: 167).

Do outro lado, nos arquivos de combate, temos o boletim da diocese, *Caminhar Juntos*, criado em 1976, que objetivava informar as atividades dos paroquianos, sobretudo aquelas ao lado das comunidades deslocadas, às quais retornarei ainda neste capítulo. Era comum na produção do boletim reservar um espaço para os relatos das comunidades, muitas vezes retiradas de cartas endereçadas para Dom José ou para as pastorais, além de depoimentos compartilhados em reuniões de sindicatos e assembleias diocesanas no início dos anos de 1980, convocadas principalmente para a discussão e articulação das questões mais urgentes²¹. Entre esses relatos, saliento aqui duas passagens da edição de 1981 que se destacam por apresentarem reações quanto aos efeitos da irrigação e da barragem concomitantemente. “Com a implantação dos

²¹ As cartas e atas das assembleias e reuniões constituem parte do material trabalhado no Capítulo III.

projetos ficamos *encurralados* em pequenas fatias de terra que sobraram. Isolados sem condições de sobreviver²². Não temos mais terra na caatinga para a pastagem” (*Caminhar Juntos*, Juazeiro, 1981: 01, grifo em itálico feito por mim). “Perdemos casas, plantios, animais e principalmente nossas terras uma vez que onde a água andou parece que os terrenos não consertam mais [...]” (Ibidem). O primeiro relato é referente aos Projetos Maniçoba (1983) e Curaçá (1983) em fase de implantação em Juazeiro. O segundo relembra o aumento do nível das águas pelas enchentes de 1979, e os prejuízos ocasionados pelo avanço da água barrada que não tem mais capacidade de fertilizar as terras como antes. Ambos denunciam as perdas, subtração de terras, e não a expulsão em si.

Os projetos da Codevasf avançavam sobretudo em direção à caatinga. Esta, na literatura, seria o espaço compartilhado com os animais de criação e o gado, mais distante do rio, como veremos. Os canais de irrigação, profundos e sem proteção, apresentavam risco aos animais criados soltos, típicos do manejo em comunidades de Fundo de Pasto, analisados no Capítulo III²³. Viver perto deles, ou pior, entre eles, afetava diretamente a base de sustentação de várias famílias. Embora os trechos destacados no parágrafo anterior não relatem a expulsão das terras, podemos considerar que se trata, no entanto, de tensão e, de modo mais dramático, a inclinação à retirada das terras.

Vejamos como a literatura separou esse modelo de expulsão. Na borda do lago, em Daou (1994), é relatada as vendas de lotes na beira do lago, um dos mais caros, para aquisição de motores de irrigação para agricultura (: 37), tendo em vista que mesmo nas terras próximas da represa era praticamente inviável retornar a agricultura de vazante. Na caatinga, em Vilela (1991), a pressão nas terras da caatinga com a especulação fundiária provocava concentração de terra tanto dentro dos perímetros quanto fora, na caatinga valorizada (: 115). Processo relativamente parecido foi relatado por Palmeira (2009) nos canaviais da zona da mata pernambucana. O autor explica a estratégia do proprietário de “[...] ‘cortar o sítio’, isto é, pedir de volta ao morador parte da terra que lhe havia sido concedida para ‘cobrir com cana’. A tentativa aí é de, tornando inviável a pequena agricultura do morador, forçá-lo a procurar outro ‘engenho’” (:181). Apesar dos contextos distintos da Zona da Mata e do semiárido do São

²² Voltarei a esse tema no Capítulo III.

²³ Com a expansão cada vez mais intensa dos Projetos de Irrigação para áreas mais distantes do rio, a proximidade dos animais torna comum casos de morte por afogamento, não somente na caatinga, como também no cerrado. Ver <https://oeco.org.br/reportagens/lobos-guara-e-outros-animais-morrem-afogados-em-canais-de-irrigacao/>

Francisco, defendo que este trabalho, assim como outros da Zona da Mata, é necessário para pensar retrospectivamente o dinamismo com que operam as estratégias de expansão do desenvolvimento.

Se retornarmos as palavras da literatura da hidrelétrica, elas nos emprestam a imagem para a especificidade do fenômeno da expulsão ocorrido no Submédio São Francisco. Duqué (1982) ao fazer a comparação com as expulsões ocasionadas pela expansão dos latifúndios destinados à produção agroindustrial, fenômeno comum nos semiáridos nordestinos sobretudo em decorrência das transformações dos sistemas de produção canavieiros da zona da mata nas décadas de 60-80 (Sigaud, 1979; Garcia Jr, 1983; 1989), apresenta a seguinte imagem:

A criação do reservatório iria, portanto, criar para essas famílias exatamente o mesmo problema que se aí se tivesse instalado uma agroindústria, *ocupando as melhores terras e expulsando os pequenos produtores para os limites inóspitos do projeto*. A comparação evoca bem o que aconteceu realmente. Só que não foi uma agroindústria que se instalou, mas uma infra-estrutura diretamente ao serviço do capital industrial, em particular, do pólo petroquímica de Camaçari. Tratava-se, portanto, da remoção de pequenos produtores da área agrícola mais favorável da região, remoção exigida pelos interesses do capital industrial (Duqué, 1982: 1055; grifo em itálico feito por mim).

A comparação é imagética. A aproximação entre os efeitos da instalação de agroindústrias e da mega infraestrutura de Sobradinho fornece a mesma base para pensarmos o caso dos Projetos de Irrigação. Como vimos no relato acerca dos Projetos Curaçá e Maniçoba, as primeiras palavras foram exatamente a expulsão para as terras que “sobraram” e para as “fatias” entre os PPis. Parte significativa do Capítulo III será destinada à análise dessas reações que anunciam comunidades, trabalhadores, animais, e mesmo os mortos, *encurralados* entre as *cercas* dos projetos da Codevasf.

Mas percebemos o problema do recorte que separa barragem e irrigação. Por terem sido a borda do lago e as margens do rio lócus por excelência da resistência das comunidades deslocadas, tanto em relação à direção das suas lutas como também de onde partiram, os espaços para além desse limite ficaram restritos à sua relação com as águas na literatura da represa. Embora estivesse acontecendo um processo de expulsão na caatinga, com características, salvo à escala do problema da barragem, parecidas com o da beira, conforme vimos com os boletins e em Duqué (1982), pouco ou nenhuma atenção foi dada à existência de conflitos para além da

beira pela literatura da barragem. Bem como nenhuma referência foi dada por Vilela (1991) quanto à expulsão e o deslocamento produzidos pela barragem se conectam com os problemas gerados pela Codevasf. Sem sindicatos ou movimentos sociais já estabelecidos, a população procurava meios para resistir a imposições da Chesf de realocar as pessoas para longe do rio, ao lado também de outras frentes de resistência que ocorriam nos espaços da caatinga contra as imposições da Codevasf.

Não pretendo com isso obliterar as diferenças entre os processos. Os deslocamentos da barragem foram violentos, tanto quantitativamente como a maneira na qual a Chesf e o Estado lidaram com a população no momento da subida das águas para a formação do reservatório. Em contrapartida, não se sabe exatamente quantas pessoas e comunidades foram desapropriadas para a instalação dos PPIs da Codevasf, nem sobre as políticas indenizatórias.

Se a espacialidade iluminada pelos arquivos não comporta um distanciamento, o mesmo também pode-se dizer acerca da temporalidade dos acontecimentos. Apesar de ser possível aferir a simultaneidade das reações quanto ao empreendimento da Chesf e da Codevasf, é preciso ir um pouco mais além nos arquivos e no ajuste da literatura para enquadrar a contemporaneidade da barragem e da irrigação.

1.7 Notas teórico-metodológicas sobre o mosaico

A partir de agora o meu esforço será traçar um mosaico que tem sido elaborado por muitas mãos que identificaram e ainda identificam nos acontecimentos de 1970-80 valor descritivo e político singulares (Sigaud, 1986; Siqueira, 1992; Vilela, 1991; Marques, 2022a, 2022b).

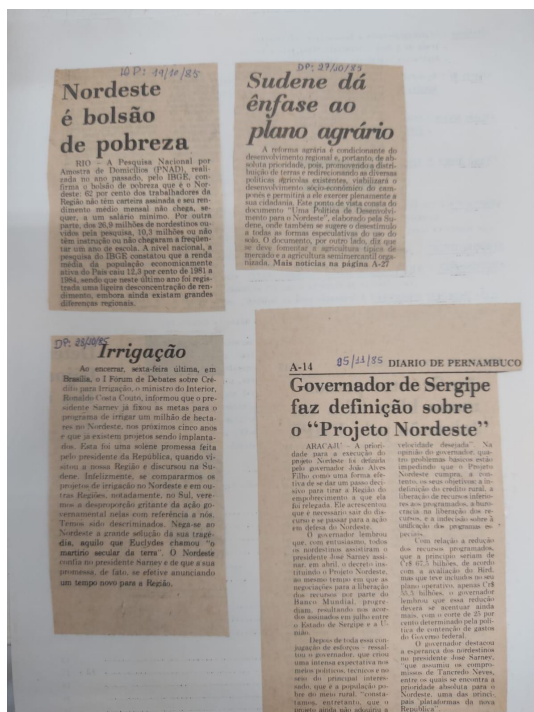
Inspirada nesses trabalhos dos quais precisei muitas vezes me apoiar, ele, o mosaico, surge aqui a partir de uma necessidade e de uma estratégia de organização do material etnográfico, cumprindo duas funções. A primeira delas é contribuir com a junção de peças - documentais e da literatura - em torno da irrigação e da barragem. Como vimos, elas foram postas separadamente para com isso acrescentar contornos específicos de uma perigosa relação, inédita para a época, entre grandes projetos hidroelétricos, e técnicas e infraestruturas de irrigação, pensando no caso das terras do São Francisco.

Somado a isso, utilizo o recurso do mosaico também para a orientação temporal de alguns dos elementos que serão examinados ao longo da pesquisa (implantação dos Projetos de

Irrigação nos anos 1980, Projeto Nordeste e o Proine). Contendo, em parte, o desenho da dissertação em forma de mosaico das águas represadas e irrigadas das quais fazem terras de exceção, de um lado, e para a libertação, do outro, analisadas no segundo e terceiro Capítulo respectivamente, conforme havia sinalizado.

Vale destacar que a inspiração pelo nome mosaico se deu pela imagem dos recortes de jornais presentes no interior das caixas e pastas do Acervo Dom José Rodrigues. Veremos no Capítulo III como a reunião e a organização de jornais e revistas faziam parte das práticas do bispo para a montagem e a alimentação da biblioteca da diocese. O que cabe agora fazer é oferecer uma pequena amostra de como esses recortes apareciam em minhas buscas, conforme ilustrado na Figura 3:

Figura 3: Recortes de matérias de jornais



Fonte: Acervo Dom José Rodrigues, 2023

Clifford (1998) mostra como o objeto de pesquisa influencia na prática antropológica, sobretudo na apresentação e na estética da pesquisa. O caso do que chamei de mosaico reflete isso. Embora a ideia de mosaico a partir desse modelo não esteja vinculada a artigos de jornais, nem mesmo a um único tipo de peça, a estética de compor em uma folha a reunião de recortes

diferentes, e algumas cujo tema não são os mesmos em cada recorte, me pareceu uma interessante prática documental, e, de modo ainda mais interessante, uma prática antropológica.

Mas antes de avançar, é preciso destinar algumas páginas às condições nas quais o mosaico foi elaborado pelas imposições dos arquivos. Sem dúvida, a primeira e, talvez, a mais difícil das tarefas é justificar os começos ou mesmo destacar os eventos para este ou qualquer outro esforço cronológico. Ao invés de utilizar os eventos do final de 1970 ou da primeira metade da década de 1980, ou seja, seguir o limite da maior parte da documentação que me propus examinar, eu optei por expandir brevemente a extensão temporal com a finalidade de tornar os seus escritos mais evidentes no interior de um amplo quadro de transformações ocorridas no alegado meio rural, já muito enfatizado nas seções anteriores.

Nem mesmo nos trabalhos de cada lado do problema, Duqué (1982), Sigaud (1986) e Vilela (1991), os primeiros dos seus respectivos temas, começaram as suas cronologias partindo da hidrelétrica ou dos Projetos Nilo Coelho e Bebedouro. Nos dois casos foram apresentados, a título de contextualização, a instalação de problemas e instituições fundamentais para os empreendimentos, retomados ainda neste Capítulo. A razão disso parece-nos óbvia se lembrarmos dos interesses das ciências sociais em torno dos fenômenos da “proletarização”, “expropriação rural”, “modernização” e da “urbanização” ocorridos no país a partir da década de 1940 até a passagem dos anos de 1970-80. Dentro da antropologia, um dos mais brilhantes textos de Palmeira (1989) acerca da “questão agrária” desembaralha esses conceitos utilizando-se dos seus próprios trabalhos e da etnografia de Sigaud (1979) acerca das mudanças do sistema canavieiro na produção de uma força de trabalho cada vez mais segmentada (Palmeira, 1989: 92)²⁴. Essa mudança, segundo o autor, serve para iluminar a distinção entre os fenômenos, sem relacioná-los em termos de causa e efeito sugeridos pelo sentido: modernização > expropriação > proletarização (Ibidem).

Por todos esses aspectos citados, qualquer esforço de tomar os acontecimentos como objeto será incompleto e por mais modesto que seja, estará suscetível a fazê-lo a passos largos.

²⁴ O que se convencionou chamar de antropologia do campesinato no Brasil é um conjunto vasto de trabalhos que têm em comum o fato de estarem distribuídos, geográfica e etnograficamente, no interior dos temas e das sociedades “rurais”. Os estudos surgiram sobretudo pelos interesses em discutir a forma de organização de comunidades e trabalhadores, bem como as suas mudanças em decorrência das transformações das bases produtivas do país. Uma parte das pesquisas voltou teve como lócus os sertões nordestinos com destaque para aqueles orientados por Moacir Palmeira (Sigaud, 1979; Heredia, 1979). Esses e outros trabalhos serão discutidos à luz da abertura do arquivo da exceção, no Capítulo II.

Então como elaborar um mosaico da implantação e dos efeitos da barragem e da irrigação como uma antropóloga e não historiadora, isto é, sem pretensão de descrever período ou uma totalidade histórica? Talvez a resposta para isso seja o tratamento dado para o recurso, estabelecendo relação entre local/nacional/regional, em perspectiva parcial e, para manter as boas práticas antropológicas, anti-evolucionista.

Algumas das minhas inspirações partiram dos textos teórico-metodológicos de Foucault. Começando, por exemplo, quando o autor se livra das “origens” para uma perspectiva diacrônica que não tenha início, mas que trate, ao invés disso, de aparecimento ou emergência dos ditos e das coisas (Foucault, [1971] 2014: 267). Embora não haja espaço aqui para a discussão e nem mesmo seja uma pesquisa dessa natureza, as considerações genealógicas foucaultianas nos ensinam a rejeitar “origens” no sentido de, com isso, equivocadamente, querer “[...] tentar recolher o que era antes, aquilo mesmo de uma imagem exatamente adequada a si; tomar como acidentais todas as peripécias que puderam ocorrer, todas as artimanhas, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para finalmente desvelar uma identidade primeira” (Ibidem: 262). O cuidado que se deve ter com os trabalhos diacrônicos, continua o Foucault (1971), é exatamente repudiar imprimir neles um “sentido histórico” de “formas sucessivas de uma intenção primordial” ou a “aparência de um resultado” (: 273). Foucault, tomado pelo efeito das leituras dos livros de Nietzsche, cujo destaque é dado para “A Genealogia da Moral” (1887), sugere a suspeita quanto a um evolucionismo humanista, uma perspectiva da história como camadas de continuidades que se acumulariam e sustentariam nosso chão (Foucault, [1971] 2014). Desse modo, parece ser mais proveitoso para o efeito antropológico não tornar este esforço uma cronologia cuja junção de elementos e eventos são encaixados perfeitos, sucessivos e combinando-se invariavelmente, mas sim um mosaico que sinalize que algumas das peças inesperadamente emergem e estranhamente se encaixam. Como, por exemplo, os projetos de desenvolvimento de 1970-1978 dos governos militares e o próprio Estado de Exceção, este mesmo que se convencionou a considerar em parte da literatura como ponto de enfraquecimento e causa do insucesso da Sudene (Veras, 1993; Lima, 2009; Colombo, 2013). No entanto, do ponto de vista da irrigação, foi o responsável pelo impulso dos Projetos Públicos de Irrigação para a substituição da forma de uso da terra representada pela alegada agricultura de subsistência.

Estabelecido o tom desse mosaico, passo para a tarefa de justificar a breve saída de pelo menos dois dos arquivos, o da diocese e da CPT, embora esteja, no entanto, guiado por eles, ou melhor, pelo mesmo motivo das suas aberturas: as suspeitas do solo que o desenvolvimentismo se sustenta.

Com relação a essa primeira tarefa, outra foi necessária à escrita do mosaico: rastrear o que já foi dito e o que não foi. Dessa forma, ao longo da exposição desta seção, ficará claro que alguns dos eventos mencionados não foram amplamente trabalhados na literatura da barragem e da irrigação, outros foram suprimidos por não fazerem parte do objetivo desta pesquisa retomá-los, e, por último, aqueles dos quais reforço. Tratei de salientar no texto esses episódios para que o leitor possa verificar as três ocorrências: i) de ausências (na literatura); ii) de supressões (neste texto); e iii) de repetições. Em todas elas, também faço indicações dos respectivos trabalhos para os quais o leitor será direcionado caso deseje acompanhar a discussão nos textos de origem. Além disso, sobretudo para as ausências, há notas e citações diretas dos documentos mobilizados nesse esforço cronológico.

Por último, devo dizer que os trabalhos de Sigaud (1986), Siqueira (1991) e do verbete de Marques (2022b) para o projeto Memorial das lutas sociais do Vale do Submédio São Francisco (Univasf) - este último resultado da síntese da cronologia dos dois primeiros - já apresentam as datas dos acontecimentos em torno da construção da barragem de Sobradinho. A partir deles é possível ter uma fina amostra de como foi o processo de deslocamento e realocamento da população. Sendo assim, me abstenho da obrigação de mencionar os eventos que seguiram à construção da barragem, restringindo apenas aqueles imprescindíveis para um leitor não familiarizado com o tema como também para os objetivos deste Capítulo de aproximação entre a barragem e a irrigação. Feito essas observações, vamos aos elementos do mosaico.

1.8 O mosaico

Parece-me justo seguir, neste primeiro momento, o ponto de partida apresentada em Sigaud (1986), com a Lei nº541 de 1948 que constituiu a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) sob a premissa de ser um órgão executor do artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sigaud, p. 1986, 12) da Constituição Federal de 1946. O artigo ao qual se refere está presente na constituição de 1946, promulgada pelo presidente da república

Eurico Gaspar Dutra, que dispõe acerca da obrigação do Governo Federal de estabelecer e executar, dentro do prazo de 20 anos, um planejamento para aproveitar as “possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias” (Brasil, 1946). A criação da CVSF é uma camada do subsolo saliente. Digo isso porque a Comissão atuou alinhada, durante o governo Dutra, ao Plano Salte²⁵ (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) que, embora tenha passado com a falta de financiamento, foi responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, primeiro empreendimento da Chesf, inaugurada em 1955²⁶. Com o Decreto 26.476, de 17 de março de 1949, a Comissão ganhou seu próprio regimento no qual ficava definido a elaboração do planejamento para o “aproveitamento hidro-elétrico, o desenvolvimento da irrigação e da açudagem” entre outros (Brasil, 1949). Intitulado de Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco, este somente foi aprovado pela Lei nº 2.599, de 13 de setembro de 1955 (Sigaud, 1986, 12).

Além da implantação de Paulo Afonso, a CVSF também foi fundamental para a irrigação. Depois da aprovação da Lei anterior, a marcação dos eventos em Sigaud (1986) - em Siqueira (1992), inicia-se em 1971 - salta a virada da década de 1950-60 e esta última passa sem menção. Com razão, diga-se de passagem, devido à ênfase na emergência da barragem. Contudo, como objetivo é relacionar esta última com a primeira, há nessa passagem entre décadas e nos anos 60 alguns relevos dessa camada do subsolo para a pesquisa.

Em 1959 pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro, instituiu-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste com a finalidade de coordenar e executar programas e projetos relativos ao desenvolvimento da região. Mas a história da Sudene começou alguns meses antes, no início da chamada Operação Nordeste, nome dado pelos militares que atuavam em conjunto

²⁵ Parte dos esforços econômicos dos Governos de Dutra e o segundo de Getúlio Vargas (1951-54) como tentativas de correção da inflação pós Segunda Guerra como iniciativas voltadas ao incipiente papel do Estado na produção e distribuição de energia elétrica.

²⁶ Sabe-se que o primeiro destes empreendimentos, apesar de não ter sido uma iniciativa estatal, para o uso elétrico do rio, foi a implementação da usina hidrelétrica Angiquinho, no lado alagoano do São Francisco, de 1913, pelo empresário Delmiro Gouveia. Mais de 40 anos se passaram para que fosse inaugurada a primeira usina do complexo de Paulo Afonso para o abastecimento de parte do Nordeste, em 1955. Em sequência teve Três Marias, estado de Minas Gerais, em 1961; Sobradinho, Bahia, de 1979; Xingó do Complexo Paulo Afonso, em Alagoas e Sergipe, de 1987; e Itaparica, Pernambuco e Bahia, de 1988.

com o Kubitschek na resolução da seca de 1958. Durante a efervescência de um país rumo a sua redenção, para utilizar as palavras de Furtado ao caracterizar a época (2014: 226).

No mesmo ano de 1959 foi divulgado o documento intitulado *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, também conhecido como relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em que Furtado atuou como responsável. O documento apresenta o que viriam a ser depois as principais frentes de atuação da Sudene, definido como “uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste, no quadro do desenvolvimento econômico nacional, e um conjunto de recomendações concretas que, levadas à prática, poderão modificar os dados desse problema e encaminhar uma solução definitiva do mesmo” (*Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, Recife, 1959: 7). O seu plano de ação foi dividido em quatro frentes de atuação: i) investimentos na industrialização nordestina; ii) transformação da agricultura das chamadas “zonas úmidas” para a produção de alimentos; iii) elevar a produtividade das atividades econômica do semiárido e torná-las resistentes aos períodos de seca; e iv) a expansão da fronteira agrícola para as terras do Maranhão como forma de integrar esta região à economia do Nordeste, além de usá-las para absorver a população do semiárido após as transformações econômicas decorrentes do tópico ‘iii’ (: 12). Este último consiste na “abertura de frentes de colonização do Maranhão” (: 83).

Ao longo do relatório, essas diretrizes foram relacionadas ao interesse e à postura do GTDN em tratar a questão industrial e elétrica com certa prioridade para o caso nordestino. Apesar de refletir um impulso geral da economia nacional em direção ao projeto de industrialização e de sua intensificação em polos com indústrias já estabelecidas desde a década 1930-40, para o Nordeste era uma questão de “integração”, tendo o sentido econômico como o seu predicado (Oliveira, 1987). Nas palavras de Furtado, em retrospecto sobre seu trabalho no Banco de Desenvolvimento Nacional (Bnde) e com o GTDN:

A ideia central era produzir um documento que contivesse uma explicação do subdesenvolvimento do Nordeste visto como região de um país, o Brasil, subdesenvolvido. Era necessário, portanto, apresentar o que na época se chamava de diagnóstico da problemática regional, o qual serviria de base para a formulação do que eu pretendia chamar de “nova política de desenvolvimento” para a região. O mais difícil era o diagnóstico - entender esse subdesenvolvimento em segunda grau que ali se configura. Em seguida, apresentaria as linhas gerais de uma estratégia de ação, cujo objetivo último era deter a degradação da economia e

incorporar a região ao processo de desenvolvimento então em curso no Centro-Sul do país. (Furtado, 2014: 233)

Ao lado da industrialização e da questão energética o plano de irrigar a região era um dos diferenciais da Sudene, fazendo com que toda a expectativa - e preocupação - sobre a instituição fosse depositada na ideia de planejar o Nordeste tendo como prioridade emergencial as camadas mais “frágeis” da economia nordestina: as “atividades de subsistências” do semiárido. Assim, a tarefa era aplicar técnicas de irrigação e o aproveitamento de açudes e barragens subutilizados pelas políticas do Dnocs para o “fortalecimento da agricultura” (*Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, Recife, 1959). Embora a análise aqui feita ponha ênfase na irrigação, é preciso destacar que esta última faz parte do domínio enunciativo acerca da alegada noção de subsistência para o exame do rural em que, como estamos falando da Sudene, o correlato primeiro no pensamento social-econômico de Furtado é na sua tese “Formação Econômica do Brasil” (1959). Almeida ([2007] 2012) em seu artigo acerca da “morte do campesinato” localiza bem a questão nos exames dos ciclos econômicos também nas obras de Caio Prado Júnior, em que a subsistência estaria nas fendas temporais e espaciais produzidas pela passagem entre culturas e atividades economicamente dominantes. De todo modo, a subsistência como uma categoria e/ou tipologia dos “campesinatos marginais” (Almeida, 2012: 164) foi discutida pela literatura antropológica. Para citar alguns exemplos, a crítica de Clastres ([1974] 2020), para quem a categoria representa uma “ vaidade científica”, ao ver uma suposta falta nas diferenças de produção entre a economia do observado e a do observador (p. 29). E a crítica de Ferguson (2012), que contesta a noção produtivista da terra, como se sua única função fosse a de produzir excedentes.

Portanto, seguirei com a irrigação suspendendo, por ora, um extenso e complexo conjunto de enunciados a respeito das raízes rurais dos entraves ao desenvolvimento Capitalista, sem, no entanto, perder de vista noções mobilizadas e estratégicas para esse desenvolvimento da qual a agricultura/atividade de subsistência caracteriza²⁷.

²⁷ Muitos foram os paralelos entre os termos semiárido, sertão ou até caatinga que encontrei na literatura. Um foi particularmente inesperado, pois estava fora das referências bibliográficas que havia separado pelo tema do campesinato. Refiro-me à crítica de Villela (2011) aos estudos sociológicos e históricos acerca do “isolamento do sertão” como pressuposto analítico para os problemas de ordem pública colocados ao governo de Pernambuco durante a Primeira República. Segundo o autor, o problema da “tese do isolamento” é que “[...] vê-se falta por todas as partes e em todos os períodos. Por um lado, falta do poder central e das instituições estatais. Por outro, a sua presença, o que resultou na falta de eficiência

Dito isso, nos primeiros anos de trabalho da Sudene, a proposição de dar prioridade ao fortalecimento do semiárido foi mantida através de frentes de trabalho com a participação da CVSF e dos agentes da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Fao), tendo como referencial o Primeiro Plano Diretor da Superintendência (1961-1963), especificamente na seções 3 e 4 das disposições acerca do aproveitamento da bacia do São Francisco para irrigação e da “reorganização” das bases produtivas do semiárido (Sudene, 1961). Com a coordenação da Sudene, esses estudos e investidas em campo detiveram-se a definição de qual seria o local de implementação dos projetos pilotos de irrigação do Nordeste, sobretudo no Vale do São Francisco. O *Primeiro Relatório da Comissão Sudene e CVSF*, de 1961, apresenta as expectativas e balanços das ações dos agentes e técnicos em dois “laboratórios”: Cabrobó-PE, iniciado os trabalhos de campo ainda em 1960; e a possibilidade de criação de um núcleo colonial agroindustrial em outra área localizado no Submédio São Francisco. Petrolina foi citada no documento como uma possível área de escolha. Embora a criação dos laboratórios dependia da construção de uma barragem para regularizar a vazão do rio São Francisco, colocada como um empreendimento imprescindível para seguir com os planos de irrigar o semiárido (*Primeiro Relatório da Comissão Sudene e CVSF*, Recife, 1961).

A *Proposição N° 012/62 de 4 de julho de 1961* da Sudene aprovou a desapropriação da área para a criação do laboratório de irrigação em Petrolina. Em 4 de julho de 1962, a Sudene criou o laboratório de irrigação chamado Barra do Bebedouro, perto da Vila Lagoa Grande, na Fazenda de mesmo nome, em Petrolina. De acordo com Vilela (1991), essa primeira iniciativa constitui a chamada fase laboratorial da irrigação do Nordeste, ao lado daquelas empregadas no semiárido cearense. A principal característica das ações nesta fase foi a experimentação do potencial de irrigação do solo, além da construção de infraestruturas adequadas para a criação do Projeto Piloto. Contemporâneo aos experimentos na Barra do Bebedouro, projetava-se também criar outro laboratório no lado baiano do São Francisco. Em 1964, a Sudene firma parceria com Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para a construção do Projeto Piloto Mandacaru,

dos poderes locais na regulação e manutenção da ordem previamente estabelecida” (:27). Talvez o isolamento esteja para a explicação da ordem e da segurança do sertão, assim como a subsistência está para a *integração* das regiões dos semiáridos. Ambos, de modos diferentes, denunciam ausências transcendentais de natureza geográfica, política e econômica. No caso do primeiro, foi posta uma questão de “ineficácia” ou “falta” de política e de policiamento (:27), na máxima da representação do “sertão como zona perigosa” (:26). No segundo, uma economia subutilizada, composta por “vazios” e inadequada para a sua própria manutenção, o semiárido como “zona subdesenvolvida” (Furtado, 2007; Melo, 1986). Ver seção 2.4 da dissertação.

em Juazeiro (*Proposição N°58/64*, Recife, 1964). Embora também o Projeto Nilo Coelho, cujo nome era Massangano, estava em fase de estudo.

Além disso, vale destacar que durante quase toda a década de 1960, a “fase laboratorial” no São Francisco foi coordenada e executada pela Superintendência. Somente em 1968 os Projetos passaram para administração direta da Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Suvale), criada pelo Decreto-Lei nº 292 de 1967, inaugurando, no mesmo ano de 68, o Projeto Piloto Bebedouro.

Ainda em 1968, pelo decreto de nº 63.775, de 11 de dezembro de 1968, foi instituído o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (Geida), pelo governo de Costa e Silva, “com a finalidade de planejar, orientar e supervisionar a atuação integrada dos sistemas dos órgãos federais nos setores de engenharia, agricultura e crédito vinculados aos Ministérios do Interior, da Agricultura, do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, visando ao desenvolvimento da agricultura irrigada”. Coube ao Geida coordenar os programas de irrigação em nível nacional e regional “em todas as etapas para a implantação e desenvolvimento dos projetos integrados de irrigação com o máximo aproveitamento do solo e da água”, permitindo o “acesso à terra” e sua “função social” alinhada ao Estatuto da Terra.

O Geida lançou em 1971 o Programa Plurianual de Irrigação (PPI) pelo Governo do General Médici no mesmo ano em que o Projeto Piloto Mandacaru foi implantado pela Codevasf. Ainda em 1971, em julho foi anunciado a construção da barragem em uma área localizada no Salto do Sobrado, divisa entre Juazeiro e Casa Nova-BA (Siqueira, 1991: 55; Marques, 2022b: 4). O projeto visava a regularização do fluxo do rio contra enchentes, para a irrigação e regular a vazão de Paulo Afonso (Sigaud, 1986 ; Siqueira, 1992).

A biblioteca diocesana de Juazeiro foi criada em 19 de março de 1975 pelo então bispo Dom José Rodrigues. E no ano de 1976, a Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro foi criada para apoiar a luta das comunidades deslocadas. Em 1978 a inauguração da barragem ao lado da construção da tomada d’água para o Projeto Nilo Coelho.

A década de 1980 foi o boom da irrigação. No ano de 1981 começam as obras infraestruturais dos Projeto Curaçá e Maniçoba com a instalação dos canais de irrigação. Localizados cada vez mais longe das margens do rio, os canais foram construídos adentrando nas áreas de caatinga. Em 1983 o Projeto Nilo Coelho foi inaugurado e aberto para leilões dos lotes irrigados. A propaganda sobre a disponibilidade de água nas terras atraiu pessoas de várias

localidades, como foi citado nos trabalhos de Almeida Silva (2022) e Mota Silva (2016), sobretudo advindos das regiões da zona da mata e do agreste pernambucano, principais áreas de conflitos fundiários na época. Em paralelo a isso, foi também período de intensos conflitos pelo reassentamento das comunidades deslocadas da barragem. A assembleia dos trabalhadores rurais de 1984 em Carnaíba do Sertão discutiu sobretudo os efeitos descapitalizante da barragem sobre aqueles que tiveram suas terras inundadas, sem, no entanto, condição de competir para conseguirem lotes irrigadas, tal como foi idealizado durante a construção dos Projetos, especialmente o do Nilo Coelho.

O período de abertura democrática foi especialmente decisivo para a irrigação pela continuidade de programas voltados a ela reunidos no Projeto Nordeste de Tancredo Neves, assumidos por Sarney após o falecimento do presidente. Este último lançou em 1986 o Programa de Irrigação do Nordeste com a meta ambiciosa de irrigar mil hectares de terra. Seria a resposta estatal para a democratização do acesso à terra, coextensiva à efervescência da reforma agrária. Para o Submédio, o Proine estabelecia a ampliação do Projeto Nilo Coelho incorporando a área adicional chamada de Projeto Maria Tereza. Sobre tudo os agentes pastorais tiveram que estudar cada vez mais os projetos voltados. É nesse período que os agentes pastorais e Dom José Rodrigues reúnem esforços para compreender em detalhe cada projeto voltado às terras do São Francisco. Embora não tenha sido o Proine o primeiro grande Programa estudo pela CPT, ainda sim foi parcialmente aberto porque este estipulava para Juazeiro a construção do Projeto Salitre. Nas palavras de Sarney, em 1988, às margens do São Francisco, em Petrolina, a irrigação se transformaria “irreversível na História do Brasil”²⁸.

*

O objetivo deste Capítulo foi, exclusivamente, demonstrar, por meio dos arquivos, o problema da duplicidade: de um lado, a caatinga e, do outro, o ouro à beira, ambos restritos à irrigação e à barragem, respectivamente. Um exercício de associar e ajustar bibliografia e documentos. No próximo Capítulo descrevo o que chamei de arquivo da exceção.

²⁸ O GLOBO. (22/06/88). Sarney torna programa de irrigação irreversível. *O Globo*. Repositório: Hemeroteca do Acervo Dom José Rodrigues.

Interlúdio I - O acaso ou a economia do arquivo

“O acaso - excetuando que não existe acaso, pois o que chamamos de acaso é o nosso desconhecimento do mecanismo da causalidade”
(A Divina Comédia, Jorge Luiz Borges)

“Não há, na vasta Biblioteca, dois livros idênticos”
(A Biblioteca de Babel, Jorge Luiz Borges)

Em parte, devo ao acaso esta pesquisa, chegada até mim em caixas resultantes da doação da Sudene ao Cercos, graças ao interesse do Prof. Adalton nos volumes, cuja disponibilidade para doação é o tema que aqui abordo²⁹. O leitor acompanhará a questão da doação, brevemente analisada à luz do relato sobre o que chamei de a economia do arquivo da Sudene.

*

Dito isso, vamos ao encontro do acaso e do seu arquivo.

Dia da visita à nova Sudene

Um único dia foi o que tive na Sudene. Em 11 de novembro de 2023, às 09h da manhã, cheguei no prédio espelhado localizado no bairro mais nobre de Recife, em Boa Viagem. O hall de entrada confirmava que estava mesmo no lugar certo. À frente da porta da rua, o nome Sudene ornamenta a parede atrás do balcão de recepção. Confesso que desde os meus primeiros estudos acerca da instituição, durante a graduação, imaginava o seu prédio e as suas instalações de uma forma diferente: menos empresarial e maior. Muito em razão da influência da época e do delírio da modernização. Mas havia chegado atrasada seis anos e algumas décadas. A transferência da Sudene para o novo endereço ocorreu no ano de 2017, embora desde de 2015

²⁹ Também devo ao meu orientador, Prof. Villela, que prontamente reconheceu, logo nas primeiras sessões de orientação, a intempestividade do [a]caso.

passava a se tornar insustentável, ao menos legalmente, as condições da antiga sede da autarquia, quando a Justiça de Pernambuco solta o alvará de interdição devido à falhas nas instalações elétricas e hidráulicas, e no sistema de incêndio, segundo os trabalhos dos arquitetos Ferreira e Silva (2019; 2018). Três dias foi o tempo considerado para a suspensão, embora não suficientes para os reparos necessários.

O antigo prédio continua lá, localizado em um bairro mais afastado do centro da cidade, em Engenho do Meio, na Zona Oeste (Cf. Figura 4)³⁰, em frente ao campus da Universidade Federal de Pernambuco. Marcado pelo modelo de arquitetura brutalista, combinando aspectos de uma construção adaptada ao clima de Recife, o edifício foi projetado pelos arquitetos Glauro Campello e Maurício Castro no final da década de 1960 e inaugurado em 28 de janeiro de 1974. Lá, a Sudene se encontrava: os seus inúmeros compartimentos espalhados por Recife antes da construção da sede encontravam nos mais de 70 mil m² seu próprio espaço, segundo Filipe Isidro, técnico responsável pela doação. Os dados técnicos da construção e do estilo da arquitetura podem ser verificados nos trabalhos de Cantalice (2009) e, citado anteriormente, em Ferreira e Silva (2018; 2019). Conforme assinala na introdução, pouco tenho a dizer da Sudene de antes e da contemporânea, ou se, e em que medida é possível fazer tais classificações. Mesmo que minha visita tivesse sido acompanhada pela imagem de uma Sudene grandiosa sob concreto armado. Aqui, no entanto, reservarei-me ao acaso de uma doação, e o encontro com ela. No que se refere à sua instalação, apenas posso falar daquela que conheci pessoalmente em uma breve visita. Dito isso, voltemos ao que prometi fazer, agora sem mais expectativas de minha parte.

³⁰ Desde de 2017 o prédio pertence à Universidade Federal do Pernambuco (UFPE).

Figura 4: Antiga sede da Sudene



Fonte: Acervo Alcir Lacerda, pesquisado por Ferreira, Silva, 2019

O acervo e biblioteca Celso Furtado

Ao chegar à sala reservada ao arquivo da Sudene, percebi que se tratava ao mesmo tempo do que era a antiga biblioteca reduzida a pouquíssimas prateleiras ocupadas apenas pelos livros editados pela autarquia, aqueles que também são postas nas listas para doação. Foi Isidro, funcionário da biblioteca/arquivo, o meu acompanhante durante a visita, quem tirava minhas dúvidas, inclusive a curiosidade em saber o destino do restante do material da biblioteca. Antecipei-me: preciso destacar que havia uma biblioteca no antigo prédio inteiramente dedicada a informar aos estudantes, pesquisadores ou apenas curiosos tudo que havia sido escrito - e financiado - a respeito do Nordeste. Em outra ocasião, perguntei ao Isidro em uma de nossas trocas de e-mail sobre a biblioteca, sua funcionalidade. Ele prontamente escreveu:

Tanto a Biblioteca como o arquivo ajudam a preservar a memória da instituição e da própria região Nordeste. Seus documentos subsidiam o planejamento para o desenvolvimento da região e servem de base para vários trabalhos e pesquisas. Nossa missão é organizar e preservar o acervo histórico da Sudene e franquear seu acesso para o público interno e externo. (Isidro, 2024)

A biblioteca foi criada pelo mesmo Decreto nº 48.530, de 1960, que estabelece as normativas e funções que seriam desempenhadas pela instituição (Cf: Figura 5). Corri contra o tempo para saber dos detalhes dos materiais doados em 2020, e passear, superficialmente, nos documentos que ali estavam e que poderiam ser interessantes para meu problema de pesquisa inicial. Pude, no entanto, acompanhar durante quase um dia a movimentação dos técnicos responsáveis pela administração do arquivo e acervo Celso Furtado.

Figura 5: Fachada da antiga biblioteca



Fonte: Acervo e Biblioteca Celso Furtado, Recife

O arquivo é mantido em uma sala de tamanho médio, com três ou quatro mesas redondas para os pesquisadores visitantes, embora não lembre a quantidade exata, dispostas perto das janelas. Fiquei com alguns dos documentos que foram separados pela equipe para consulta. Como plano de fundo das minhas leituras rápidas destes documentos sobre irrigação do Vale do Submédio São Francisco, anotando tudo que pude, escutei parte da discussão dos técnicos a respeito da organização da sala. A preocupação parecia ser o espaço, as possibilidades de

remoção para conseguirem alguns metros a mais. Uma economia prévia já que, segundo Filipe Isidro, é comum o arquivo receber doações de documentos e livros de antigos profissionais da autarquia, estes que farão parte das listas de doações futuras. Mas também uma questão estética; pelo que eles descreveram, há salas e setores do novo prédio que poderiam ficar “melhores” com alguns dos objetos realocados. Eles pareciam estar ainda se adequando ao novo espaço, pensando nas múltiplas possibilidades de torná-la a Sudene à sua maneira. Uma Sudene compartimentada e comprimida em um espaço ‘empresarial’ (Cf. Figura 6). A doação dos 120 volumes da Sudene foi resultado dessa economia de espaço. Segundo Isidro, as publicações editadas e produzidas pela instituição, que antes faziam parte da biblioteca, estão alocadas agora nesse espaço restrito. Limitando a um único exemplar de cada um dos livros ou de outros materiais que fizeram parte da “memória” do Nordeste e da Sudene.

Figura 6: Fachada da nova sede da Sudene



Fonte: imagem da internet

Ao longo do dia, pude identificar exemplos dessa organização econômica. Tudo na sala parecia estar disposto de forma prévia, pronto para ser realocado. As carrancas restauradas, presentes na sala, foi sugerida que elas pudessem ser retiradas da sala, não eram esteticamente bonitas, segundo um dos técnicos, para ficarem lá. Foi impossível não prestar atenção e, internamente, soltar um repúdio. Mas a mais incômoda das possibilidades de remoções foi

aquela sugerida por um dos técnicos que estavam organizando os documentos para digitalização. No canto superior de uma das paredes que amparam as estantes inferiores dos livros editados pela Sudene, havia um par de quadros em preto e branco postos lado a lado. O jovem técnico havia sugerido a retirada de um deles para por novas prateleiras. Isidro prontamente inibiu a absurda ideia: não seria possível remover o quadro do fundador da Sudene, que sem ele nada “disso” poderia ter sido possível. Era a imagem de Celso Furtado ao lado da fotografia do antigo prédio da Superintendência, conforme Figura 7.

Figura 7: Quadro de Celso Furtado ao lado da fotografia do antigo prédio da Sudene



Fonte: Acervo e Biblioteca Celso Furtado, Recife

Capítulo II - Arquivo da exceção

No primeiro Capítulo, o problema da separação entre barragem e irrigação foi apresentado e examinado por meio do ajuste das respectivas bibliografias, conforme exigido pelos arquivos. Esta segunda parte servirá para descrever o discurso da excepcionalidade das terras do São Francisco, cujo signo, como será mostrado, é tornar a caatinga, os sertões e sua gente produtivas através das modernas técnicas de irrigação. Ou seja, tornar a exceção a regra do desenvolvimentismo. Esta formulação será melhor defendida ao longo do Capítulo. A documentação aqui apresentada foi elaborada em parceria entre a Sudene e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Desta parceria resultou a *Série Estudos Regionais*, uma coletânea de livros que descrevem e prospectam regiões do Nordeste.

Esse discurso geográfico de *regionalização* será, no entanto, examinado com ênfase no volume três, *Regionalização Agrária do Nordeste*, e no volume dezenove, *Áreas de Exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco*, ambos assinados pelo geógrafo Mário Lacerda de Melo. A escolha se baseia no recorte da pesquisa, no qual privilegiei os livros que falam diretamente das políticas de irrigação no Vale Submédio São Francisco.

Como o leitor poderá perceber, a divisão deste Capítulo, que se assemelha, de certa forma, à do terceiro Capítulo, leva em consideração a localização do problema da irrigação no arquivo. A diferença é que aqui privilegiei os temas que aparecem nos livros como estratégia de organização. Na seção 2.1, faço uma breve apresentação do discurso sobre o alegado subdesenvolvimento do Nordeste. E como os documentos aqui utilizados impõem limites para o exame da teoria do subdesenvolvimento como também para a própria política de planejamento da Sudene.

Na seção 2.2, apresento de forma breve o doravante arquivo da exceção, o que resulta da análise dos livros. Em seguida, na seção 2.3, apresento por meio do debate sobre a escrita e a autoria, o lugar dos geógrafos nos discursos reunidos na *Série Estudos Regionais*. Essa seção será uma discussão teórica, porém necessária metodologicamente para pensar a utilização dos livros. A seção seguinte, 2.4, dividida em subseções, descreve as divisões regionais descritas nos livros. Por fim, a última parte, 2.5, apresenta a *área de exceção*.

Neste Capítulo, me detive aos documentos em si, entendendo que o esforço empreendido para o seu exame convoca, quase como uma exigência metodológica, a discussão

teórica sobre desenvolvimento e o Nordeste. As referências sobre isso existem há muito mais tempo do que a própria inserção das terras da caatinga do SMSF nos planos de desenvolvimento. Foi penoso, portanto, a tarefa de abrir os documentos da Sudene e me deparar com termos tão potentes, mas já muito examinados na literatura: *vazio demográfico*, *regionalização* e *região*. Entre eles, talvez os dois primeiros tenham sido os mais discutidos. Seria, portanto, mais fácil destacar a *área de exceção*, cuja escolha de palavras parece ser, entre aquelas citadas, a menos usual.

2.1 O subdesenvolvimento [...] elemento único de identidade do conjunto dos espaços nordestinos

O trecho que intitula esta introdução encontra-se no livro *Regionalização Agrária do Nordeste*, de 1978, no primeiro capítulo intitulado “A individualização regional do Nordeste”. Ao iniciar com essa citação, busco iluminar uma discursividade presente nas *Séries de Estudos Regionais*, assim como em outros documentos mobilizados ao longo deste Capítulo, que, no entanto, extrapola em muito os limites desses materiais. Digo isto porque, conforme as próximas seções, considero as formulações retiradas dos livros-documentos parte de um conjunto enunciativo que tem não o Nordeste (NE) como objeto único, mas a constituição de regiões para o avanço das bases produtivas capitalistas no Brasil durante meados das décadas de 1970-1980. Com isso, mesmo a ênfase no Nordeste pelos documentos convocados aqui, apontarei, assim como fiz no Capítulo I, que os diagnósticos e os problemas expostos por eles não são uma forma exclusiva do tratamento dado ao que se chamou de Nordeste.

Dito isso, na passagem do documento citada acima, o Nordeste é apresentado como um objeto de análise, sendo seu tratamento pautado pela busca em revelar, a partir da diversidade interna da região, os elementos que a configuram enquanto tal. O contexto da frase refere-se à apresentação do conteúdo e dos objetivos do estudo coordenado por Mário Lacerda de Melo, que reúne geógrafos da Fundação Joaquim Nabuco, financiada pela Sudene. O intuito dos *Estudos Regionais* é descrever as chamadas “unidades espaciais” com base no diagnóstico e nas classificações da vegetação, do relevo, das bacias hidrográficas, além das diferenças demográficas, econômicas e das bases produtivas e tecnológicas de cada uma dessas “unidades”. Todo esse esforço descritivo é, segundo o livro citado, para melhor planejar o desenvolvimento e identificar as áreas que precisariam de maiores investimentos públicos e privados. Nesse livro

em questão, a *Regionalização Agrária do Nordeste*, cujo objeto se revela tão complexo e opaco tanto para os geógrafos quanto para quem o lê, arrisca-se uma descrição do Nordeste, apresentado da seguinte forma:

Não possuindo uniformidade ou homogeneidade em função de qualquer desses aspectos, o espaço nordestino apresenta-se sob qualquer deles e sob o conjunto deles, *muito menos como uma genuína unidade regional e muito mais como um conjunto ou sistema de regiões*. Todavia o subdesenvolvimento constitui um característico presente, embora sob formas diversas, em todas as áreas geográficas da macrorregião. Trata-se, em verdade, do *elemento único de identidade do conjunto dos espaços nordestinos*. Ao mesmo tempo, e por isso mesmo, do grande fator de diferenciação e individualização do espaço macrorregional no contexto territorial brasileiro. (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 26, grifo em itálico feito por mim)

Há dois aspectos na citação caros para este Capítulo. O primeiro refere-se à descrição do NE como um “conjunto ou sistema de regiões” (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 26), cuja única unidade possível seria o que faz dessas regiões um sistema. Destacar este fragmento da citação é fundamental para que o leitor possa compreender a dinâmica interna do Nordeste a partir dessas regiões que é proposta nos livros dos *Estudos Regionais*. Por ora, esta forma de classificar e diferenciar internamente o NE será deixada em suspenso como tarefa da seção 2.4. Privilegiando, assim, o segundo aspecto: o conceito de subdesenvolvimento, este apresentado como a única identidade possível.

No ano de publicação do livro em questão, a configuração do Nordeste na década de 1970 comportava os estados da: Paraíba, Pernambuco, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Alagoas e Sergipe. De maneira geral, eram dessas unidades que o trecho descreve. Mas também, de forma específica, de frações ainda menores e mais particulares de cada uma desses nove estados. Não é demais destacar que Nordeste consiste em configurações diversas ao longo dos anos baseadas em políticas territoriais contemporâneas à formação do Estado brasileiro³¹. Isso já foi feito, por exemplo, no trabalho de Contel (2014), em que o autor destaca a divisão regional de 1970 como a marca estratégica dos projetos de desenvolvimento implantados durante os governos militares para superar de uma vez as alegadas “regiões naturais” das

³¹ A supressão do artigo ‘o’ foi intencional, apesar de não seguir com ela no texto por razões estilísticas e gramaticais. A escolha aqui se fez para acompanhar a discussão do caráter político da “invenção” desta região, fazendo um paralelo ao trabalho de Durval Albuquerque Júnior ([1999] 2011).

classificações anteriores do IBGE (: 04). Nos anos de formação da Sudene, também se destaca a autonomia da instituição de reivindicar para si o papel de órgão de planejamento sobre uma extensão territorial que abrangia parte do estado de Minas Gerais e também do Espírito Santo, como foi apontado na etnografia de Lucchesi (2017).

Por isso, veremos nas próximas seções, livros editados pela Superintendência que se referem ao “sertão de Minas Gerais”, como é o caso do *Levantamento Exploratório – Reconhecimento de solos do norte de Minas Gerais*, da *Série Recursos de Solo*, de 1979. Além disso, partiu da instituição expandir a área de interesse para os estados do Maranhão e da Bahia, este último definido como Nordeste somente pelo IBGE de 1969. Ambos anexos estratégicos para a expansão de formas de ocupação e exploração de terra medidas pelo mercado interno e, sobretudo, externo (Oliveira, 1987). É dessa forma que a apresentação anteriormente citada do documento revela a difícil tarefa reclamada para si de constituir a natureza da “identidade” dos alegados “espaços nordestinos”, mas que também podemos entender como um procedimento de constituição da região.

O subdesenvolvimento é um termo empreendido para caracterizar e reunir a região, muitas vezes descrito nos documentos doados como sinônimo de problema e ao mesmo tempo objeto de investigação. Ainda segundo o documento, o leitor conhece um pouco mais deste termo, cuja negatividade é a segunda característica apresentada. Vejam este exemplo: “essa observação poderá não ter maior validade ao se comparar o Nordeste com a Amazônia, onde o subdesenvolvimento também aparece em toda parte”, continua, “mas ali [na Amazônia] o estágio inferior de evolução sócio-econômica está associado ao despovoamento ou a escassez das populações por ele afetadas” (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 26). Por fim, a apresentação segue para uma comparação geral das regiões, para determinar uma ordem classificatória que sugere, no entanto, outras importantes diferenciações: a distinção entre os subdesenvolvimentos e entre o desenvolvimento:

Em uma observação sumária, poderíamos dizer, referentes aos três mencionados grandes segmentos em que se divide o espaço brasileiro, que: i) o Centro Sul, em termos relativos, é significativamente povoado e desenvolvido; ii) o Norte é, ao contrário, subdesenvolvido e subpovoado; iii) o Nordeste, assemelhando-se ao Norte quanto ao grau de desenvolvimento e ao Centro Sul quanto ao grau de povoamento, é significativamente povoado e subdesenvolvido. (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 27)

Como se pode notar, Nordeste e Norte constituiriam zonas de subdesenvolvimento, diferentes entre si pelo “grau de povoamento”, ponto este que faz referência ao elemento estratégico da política de planejamento regional da Sudene, bem como das políticas de desenvolvimento da Ditadura. Por outras palavras, a expansão da fronteira agrária, já citada no Capítulo I, acompanhava e se justificava pelo alegado *vazio demográfico* que seria característico das áreas de interesse, como já foi apontado nas pesquisas antropológicas, por exemplo em Velho ([1987] 2009) e em Almeida (2012). Apesar do documento aqui analisado ser específico do caso do subdesenvolvimento do Nordeste, a preocupação com a *integração*, termo caro para o problema nordestino e da Amazônia, reconhece uma série de políticas similares ou complementares para ambas as regiões. Como é o caso das construções de estradas na Amazônia e outras obras de infraestrutura cujo objetivo principal seria desafogar a pressão demográfica das zonas nordestinas (Oliveira, 1994) marcadas por intensos conflitos por terra ocorridos, sobretudo, durante as décadas de 1950-1960, exemplo da Zona da Mata pernambucana.

O Plano de Integração Nacional (PIN) de 16 de junho de 1970 é, talvez, o caso emblemático do “deslocamento de camponeses” ligado ao discurso “do homem sem terra do Nordeste à terra sem homem da Amazônia” (Ibidem). Em que na prática, vale dizer, traduzia-se em constituir e transferir mão-de-obra utilizada na abertura de estradas, barragens e projetos de exploração de terras das quais passariam por processos de especulação fundiária, além de deslocamentos compulsórios da população das áreas alvos.

Voltando ao documento, o que se segue a partir daí é a descrição do problema que, ao mesmo tempo, configura a identidade que une uma massa heterogênea de espaços sob um único nome. O primeiro capítulo do documento dedica suas páginas às chamadas razões históricas, sociais e políticas do famigerado subdesenvolvimento. Segundo o geógrafo, a compreensão do subdesenvolvimento exige o estudo de um “processo histórico e também de análises dos elementos do meio natural” (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 31).

A sua definição de subdesenvolvimento vai sendo construída a partir de um sobrevoou feito pelas considerações econômicas e sociais da região. No entanto, chamo atenção para um ponto específico desta definição. Sobre a relação entre crescimento urbano e económico, Melo afirma:

O resultado haveria de ser um desequilíbrio básico e crescente entre os seus efetivos humanos e os meios de recursos necessários à sua sustentação. Desequilíbrio que, além de constituir um característico típico do subdesenvolvimento, fez do espaço nordestino a macrorregião de mais amplos deslocamentos populacionais do país. (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 35)

Desse trecho, tem-se a relação entre “desequilíbrio”, “efetivos humanos” e “recursos necessários à sua sustentação”, que, mais para frente ele define como os “meios naturais e tecnológicos” (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 35). Seria uma relação caracterizada pelas “deficiências do setor agrícola”, a razão mesma do “desequilíbrio” (: 37). Entende-se por “setor agrícola” um correspondente ao que o documento fará menção mais tarde como “setor rural nordestino” (: 39). Isto é, um conjunto de elementos de análise composto: i) pelos modos de produção e comercialização dos produtos agrícolas, o que inclui dispositivos de regulamentação dos preços, assistência técnica e de créditos; ii) pelos aspectos demográficos do meio rural (escolarização e concentração demográfica); iii) pela estrutura fundiária (das taxas de distribuição de terras, do tamanho dos lotes e fazendas e a renda média dos “pequenos produtores”); iv) além do uso “adequado” e “racional” dos “recursos naturais” (: 42-44). Em todos esses aspectos, segundo o documento, esse setor que corresponde a 25% da participação regional na produção agrícola do país não se traduz em melhores condições de uso da terra nem do aproveitamento dela para fins de comercialização para o mercado interno e externo. Ou seja, “[...] embora, no exemplo nordestino, os estímulos e as variações da demanda dos mercados extra-regionais se tenham combinado com as condições do quadro natural para presidir a diversificação dos quadros agrários, o certo é que as *condições fisiográficas jamais deixaram de constituir o condicionador básico dos sistemas agrários existentes*” (: 47, grifo em itálico feito por mim). E por “condições fisiográficas” ele quer dizer conjunto de condicionamentos hidrográfico, topográfico, climático e edáfico de um determinado espaço.

Apesar de não se deter cuidadosamente no exame de cada um desses elementos, o autor mobiliza os dados do IBGE de 1974-75, citado no parágrafo anterior, para expressar o que ele caracterizou como “desequilíbrio”. Contudo, o que é caro para esta pesquisa nessa panorâmica análise são dois aspectos³². O primeiro diz respeito ao fato de como se destacaram no problema

³² Apesar de não ser o objetivo deste trabalho, é imprescindível enfatizar o lugar das pesquisas do IBGE, bem como do próprio instituto para o desenvolvimento rural-urbano das décadas de 1940-1970, e mais tarde para a década de 1980, e a sua análise. Talvez esteja em Palmeira (1989) a análise mais detida das

do subdesenvolvimento nordestino as condições fisiográficas, ou melhor, que para resolvê-lo seria preciso superá-las como elementos definidores do “atraso” do “setor rural nordestino”. Ele nos apresenta para sustentar seu argumento o que seria a representação da inércia deste setor que entre 1968-1975 cresceu o 13,5%, tendo em vista o crescimento de um lado do setor industrial do Sudeste, que abarcava 16,13% dos trabalhadores ativos, e, do outro, a comparação com períodos anteriores da produção agrícola do Nordeste (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 40). Este argumento é a tônica da preocupação com a urbanização e industrialização da sociedade brasileira entre as décadas de 1960-1970 pelos intelectuais e políticos ligados à questão nordestina. Isto é, saber qual o espaço reclamado para a região nas políticas econômicas do famigerado milagre econômico militar.

Já o segundo aspecto consiste no fato de que o procedimento de análise não é parte de uma apresentação nova do alegado problema do subdesenvolvimento. É preciso salientar, apesar de ser de conhecimento público, que esta palavra, subdesenvolvimento, adotada pelo trabalho do geógrafo, não pertence a este livro nem a este autor. E é imprescindível retomar a ordem da qual este termo faz parte, ainda que brevemente. A isso destinei a seção seguinte.

2.1.1. Subdesenvolvimento brasileiro

Sartre ([1946] 2014) uma vez disse, ao rebater as críticas ao existencialismo, que a “maioria das pessoas que utilizam este termo ficaria bastante embaraçada se tivesse de justificá-la: hoje em dia a palavra está na moda e qualquer um afirma sem hesitação que tal músico ou tal pintor é existencialista” (: 07). Das acusações que partiam de diferentes lados, de marxistas e liberais, ele conduz a sua contrapartida distinguindo as diferenças e as reais características do existencialismo. Uma coisa parecida acontece com o subdesenvolvimento, haverão de concordar comigo. Embora não se use para acusar uma pessoa em específico - mas certamente um conjunto de pessoas -, o termo é acusatório, como acabamos de ver, e utilizado sem muita precisão.

O subdesenvolvimento é um daqueles termos que impregnam e se alastram com uma força impressionante em uma determinada época. Ele emerge do movimento de intelectuais latino-americanos no período pós-Segunda Guerra Mundial, reunidos na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), de 1948. A Cepal foi a responsável pela disseminação de um

transformações tanto da distribuição da população nos espaços quanto das estruturas agrárias durante o período a partir das pesquisas do IBGE, com exceção, é claro, das investigações geográficas.

conjunto nativo de teorias a respeito das formas históricas do capitalismo nos países da América Latina, e daqueles cujo no passado eram colônias. Suas atividades datam dos de 1940-1960. Ligada à mais recente criação do ocidente, a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão reagiu, à sua maneira, às instabilidades dos cálculos econômicos das balanças comerciais dos países cuja economia enfrentava a diminuição do valor das suas exportações, seja perdendo espaço no mercado internacional, ou pelo encarecimento das produções. Em traços grossos, era um problema da reconstituição dos países envolvidos na Segunda Guerra para uma solução nativa dos países considerados de economia dependente do mercado externo. Reunidos em torno do secretário geral, o economista e sociólogo argentino Raúl Prebisch indicava que a solução para o que seria o problema dos países em questão, o desequilíbrio da balança comercial, era busca da industrialização e as mudanças nas estruturas produtivas³³.

Dito isso, o subdesenvolvimento pode ser lido como uma resposta à vertente neoclássica que entendida o desenvolvimento como resultado autônomo do mercado e independente das ações dos Estados (Haffner, 2002, p.10). Tratava-se de uma mudança de paradigma introduzida no Brasil pela teoria de Celso Furtado sobre a formação de capital, segundo o sociólogo Francisco de Oliveira (2000, p.123). Para o economista Haffner (2002) tratava-se, no caso brasileiro, da centralidade do sistema primário exportador para a economia-política do país. A instabilidade limitava-se à falta de tecnologia e de uma indústria própria para a produção de produtos que eram importados e sensíveis às flutuações dos preços no mercado externo (Haffner, 2002).

No entanto, uma outra abordagem dos fatos é feita por Oliveira, cuja mudança vista na política econômica do país em meados da década de 1950-1960 visava corrigir o relativo enfraquecimento das elites agroexportadoras com a ampliação dos mercados consumidores internos e com a expansão de novas frentes para a exploração do capital (Oliveira, 2000; 1987). Uma dessas frentes seria o Nordeste e a Amazônia, conforme apresentei no capítulo anterior³⁴. Ao entrar sob a sombra do nacional desenvolvimentismo de Celso Furtado e de Juscelino Kubitschek, o subdesenvolvimento fez valer o esforço teórico de produzir uma solução própria

³³ Para Prebisch (1949) a divisão da economia mundial era feita entre países “centrais”, especializados em gerar e difundir tecnologias, e “periféricos”, os receptores dessas novas tecnologias, marcados pelo subdesenvolvimento.

³⁴ Não se pode esquecer da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em 1966. Para uma análise do caso específico da Amazônia, bem como da criação da CPT em torno dos conflitos fundiários da região, ver Rollemberg e Lacerda (2022).

para o que viria a ser a *zona* insólita da condição brasileira, o Nordeste e sua base produtiva agrícola. Um capítulo dessa história foi a criação da Sudene, pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

2.1.2. O subdesenvolvimento e a Sudene

Como um ponto de inflexão nas políticas voltadas para o Nordeste, a Sudene introduziu uma política de planejamento econômico para a industrialização do Nordeste como saída para sua condição de estado subdesenvolvido. Sendo este, para Furtado, o verdadeiro problema da região.

Em retrospecto, a iniciativa de planejamento econômico substituiu as políticas do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs). Pode-se dizer que na natureza da sua constituição estava a crítica direta à “fase hidráulica” das políticas das instituições como o Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs), de 1909, transformada em 1912 na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs), que, por sua vez, originou o Dnocs em 1945. Furtado ([1989] 2014), em sua autobiografia, assumiu que estava à frente da campanha contra a chamada “indústria da seca”, feita pelo jornalista Antonio Callado no jornal Correio da Manhã, para pressionar o poder público a assumir uma nova postura diante do Nordeste (: 239).

A entrada da teoria furtadiana-cepalina no início de 1950 somada aos esforços do Programa de Metas do governo de Juscelino Kubitschek foi uma estratégia também para a confluências de forças envolvidas nas Ligas Camponesas, sobretudo na Zona da Mata pernambucana. Abria-se uma frente de combate às secas que pudessem também, no calor dos esforços militares contra a seca de 1958, expandir as frentes de expansão agrária, aumentar o mercado interno, e, segundo Oliveira (2000), fazer do Estado o regulador das tensões sociais do período. Foi instalada a Operação Nordeste (Openo), cujo esforços se somavam às mais variadas figuras progressistas da época, como o próprio Celso Furtado (Cf: Figura 8) e o bispo Helder Câmara, para resolver o problema do Nordeste.

Figura 8: Celso Furtado ao lado de Juscelino Kubitschek e João Goulart, 1959



Fonte: Arquivo Nacional - SIAN

Diferentemente do subdesenvolvimento apresentado em Melo, Furtado (2009) define o subdesenvolvimento, alegada marca do problema nordestino e do Brasil, como “uma estrutura complexa”, marcada pelo “desequilíbrio da balança comercial”, cujo expoente capitalista se encontra em zonas concentradas de poder político e econômico comparada a zonas pouco diversificadas economicamente, que cumpre a função de consumir o excedente comercial das zonas mais industrializadas (: 169). Dito de outro modo, o subdesenvolvimento é um problema de equilíbrio comercial interno e externo de um país. Para o autor, a marca dele no Brasil estaria na enorme diferença comercial e produtiva de suas regiões, pouco integradas economicamente. Segundo esta teoria, em linhas gerais, o Nordeste, tal como o Brasil no contexto do mercado internacional, cumpria uma função de abastecimento interno de matéria prima e, por outro lado, correspondia também ao mercado interno dos produtos industriais dos estados em processo de industrialização, como São Paulo na década de 1930-1950.

Em linhas gerais, a solução apresentada em 1959 pelo relatório GTDN, conforme apresentei no Capítulo anterior, era ampliar o parque industrial para a região, diversificando a base produtiva-econômica, além de modernizar as bases agrícolas como substituição da alegada

agricultura de subsistência. Desse relatório, resultou o Primeiro Plano Diretor da Sudene (1961-1963). Em outro momento, eu examinei os Planos Diretores I, II, e III, fazendo uma comparação entre eles e seus principais objetivos presentes no Relatório GTDN (Bezerra, 2021).

Embora este não seja o cerne da discussão que se desvela neste Capítulo, é imprescindível apresentar uma breve exposição da literatura sobre a instituição ao longo de seus anos de atuação. Só assim poderemos nos despojar do peso institucional e adentrar a leveza das palavras, embora algumas, de fato, não se mostrem totalmente leves.

*

Fazendo um paralelo com Arante (2010), se o ano de 1964 não terminou, pode-se dizer que para muitos pesquisadores da questão nordestina, o ano de 1959 nunca começou³⁵. A título de exemplo, no artigo em que trata das mudanças operadas no Nordeste, Palmeira ([1966] 2006) fala que o golpe de 1964 representa:

[...] em termos de Nordeste, o recuo forçado à hegemonia de um tipo de estrutura política superada pelo próprio desenvolvimento do sistema. Não apenas no âmbito do sistema econômico, onde são amputadas certas conquistas dos trabalhadores rurais e camponeses que tinham assegurado um aumento da faixa de economia monetária da região e uma ativação da vida econômica, é que se manifesta tal recuo; no sistema político, ele é ainda mais evidente: desaparecem, em grande parte, as associações voluntárias e grupos de pressão representativos de diferentes classes e camadas sociais, e, com eles, a institucionalização do conflito entre grupos antagônicos, característica de um sistema político modernizado; o coronelismo reestrutura-se, fazendo com que as relações formalizadas, impessoais e democráticas, sejam substituídas, como padrão básico de relacionamento político, por outras de caráter personalista e autocrático. (: 61-62)

³⁵ Eu não poderia deixar de dar os devidos créditos ao Prof. Adalton Marques que por sua fala sobre o ano de 1984 nunca ter começado, também inspirado em Arante (2010), eu vi em suas palavras muitos dos trabalhos da bibliografia da Sudene e do Nordeste. O comentário do qual me refiro foi feito no segundo dia do GT “Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais”, coordenado pelo professor ao lado de Desirée de Lemos Azevedo (Unifesp), durante a 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Belo Horizonte.

No caso específico da literatura da Sudene é comum encontrar divisões e rupturas na sua história. Em Veras (1993), por exemplo, é definido três momentos: i) de consolidação; ii) o período de indefinição; e iii) o período de impulso desenvolvimentista dos anos de 1970-1980. Os documentos utilizados aqui se inserem, sob este ponto de vista, na terceira fase. Embora haja divergências quanto aos períodos, todos concordam com a imagem de uma Superintendência afetada politicamente pela Ditadura e sem a função de redimir o Nordeste pelo planejamento econômico (Veras, 1993; Teixeira, 2011; Filho, 2010; Colombo, 2013). Segundo Silva (2011), a diminuição dos recursos para a instituição anunciava a “construção interrompida” do desenvolvimento nordestino.

Em resumo, a literatura apresenta o Golpe de 1964 como uma das razões para o “fracasso” do plano inicial da Sudene. Os argumentos variam desde o controle da Superintendência por parte do Ministério do Interior (Lima, 2009), durante o governo do General Artur Costa e Silva, em 1967, a concentração dos investimentos para a produção agrícola nas zonas litorâneas dos estados, sobretudo para a produção de cana-de-açúcar (Veras, 1993). Sob certo ponto de vista, considero Oliveira (1987) uma das primeiras e mais rentáveis análises da Sudene, que traduziu sua política de planejamento em “processo de homogeneização das bases de reprodução do capital” (: 29).

Essa brevíssima revisão da literatura não causará falta dos detalhes que suspendi. O que é caro para esta dissertação é, no entanto, que o leitor reconheça a fragilidade de uma análise que tenta falar recrutando poucos elementos, mas que se tornaram estridentes a respeito de uma instituição fragmentada pela literatura. Dessa forma, escolhi tratar de palavras e não de instituições, ou, por meio das palavras falar o que se consegue falar de tão longe das instituições. Por todos os aspectos que apresentei nas páginas anteriores, é preciso então salientar que não é da Sudene que pretendo descrever, porque para isso eu precisaria abdicar dos arquivos do Capítulo III para me dedicar somente a uma quantidade inumerável de documentos que tratem da diversidade e da heterogeneidade desta Superintendência. Um caminho sinuoso de muitas rupturas, mas também de continuidades insuspeitas.

2.2 A exceção: o lugar da irrigação

Não escolhi também tratar do subdesenvolvimento. É uma via já aberta por uma ampla literatura, com um recurso documental maior que este que apresento aqui³⁶. Dessa forma, trabalho com a consideração de que o geógrafo Melo parte do subdesenvolvimento para destacar algo que, como defenderei, é descrito nos seus volumes como um caso singular de ocupação da terra, o termo *área de exceção* e sua relação específica com os programas de irrigação dos anos de 1980. Apresentarei nas próximas seções as saídas para o “desequilíbrio” das bases histórico-sociais do Nordeste, segundo os volumes que aqui mobilizo. Trata-se das já mencionadas *áreas de exceção*, um termo curioso para destacar unidades espaciais compostas por *vazios* e entre *vazios* cuja o signo do desenvolvimento seria torná-las a sua regra.

Portanto, conforme sinalizei na Introdução, os documentos que mobilizei neste Capítulo não devem ser considerados como arquivos da Sudene. Assim como os que apresento no próximo Capítulo não são arquivos da diocese nem da CPT (Cf: 98). Dito isso, cabe agora apresentar a minha abordagem do doravante ‘arquivo da exceção’, passando para uma apresentação breve dos seus documentos. Dito isto, em que pese a unidade documental da *Série Estudos Regionais* para esta abordagem do arquivo da exceção, convoco também outras publicações para compor o argumento, sinalizados quando for necessário³⁷.

2.2.1. Os livros-documentos

A *Série Estudos Regionais* tem 21 volumes, mas somente 10 estão no acervo doado pela Sudene ao Cercos nos anos de 2021 e 2023: *Regionalização Agrária do Nordeste*, 1978; *Sertão Norte – Área do Sistema Gado-Algodão*, 1982; *O subsistema urbano - regional de Aracaju*, 1987; *O subsistema urbano - regional de Feira de Santana*, 1985, *O subsistema urbano - Ilhéus-Itabuna*, 1987; *O subsistema urbano - regional de Teresina*, 1987; *Áreas de exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco*, 1988; *Área do Sistema Canavieiro*, 1988; *Áreas de*

³⁶ Quantos aos trabalhos que se apoiam no termo subdesenvolvimento, ver Souza Martins (2023), Andrade (1989). Para conferir as críticas ao termo, ver Oliveira (1987), e alternativas teóricas em Cardoso (1970).

³⁷ A partir da qualificação de mestrado, depois das sugestões da banca, redesenhei a pesquisa para assumir um recorte possível dentro do espaço de tempo que tive, e igualmente dentro das possibilidades de uma pesquisa. O corte mais abrupto foi nos documentos da doação. Levando em conta os interesses de pesquisa, privilegiei uma análise detida em poucos documentos para manter um substrato comum para a unidade da dissertação que, como se sabe, envolve mais de um arquivo. A isso, agradeço os comentários da Dra. Sara Munhoz e Dra. Fernanda Lucchesi.

domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas, 1982; e *Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia*, 1987. (Ver lista completa dos volumes disponível no anexo II).

Fruto da parceria com a Fundação Joaquim Nabuco de Recife, os elementos discutidos nos volumes partiram do interesse pela “promoção do desenvolvimento do Nordeste”, conforme a apresentação do volume três (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 13). O convênio teve início no final de 1970-1980, do qual cumpria uma agenda firmada entre a Sudene e as instituições de ensino, sobretudo localizadas em Recife. Em torno de 73,5% das pesquisas em Ciências Geográficas foram realizadas através de convênios, e 11,7% do total das pesquisas da Fundaj propuseram estabelecer diagnósticos geo-sócio-econômicos, segundo mapeamento feito por Clóvis Moura (2011: 52). Com domínio das vertentes propulsoras do manifesto regionalista de Gilberto Freyre, pode-se dizer que a geografia que emergia no instituto de pesquisa pernambucano o fazia sob o patrocínio de instituições como a Sudene. Os nomes de Mário Melo e Manuel Correia de Andrade que compõem boa parte dos volumes da Série de Estudos Regionais, por exemplo, são figuras que tiveram, depois de Freyre, na lista dos geógrafos do Nordeste no século XX, mais proeminência das suas pesquisas. Ao mapear os autores dos 21 volumes, mais da metade passou pela Universidade Federal do Pernambuco ou pela Fundaj.

A parceria entre a Superintendência e a Fundaj não foi a única encontrada no material doado. O convênio entre a Office of Scientific and Technical Research Overseas (Orstom) na década de 1990 pelo Projeto Tecnologias Apropriadas à Pequena Irrigação, da Cooperação técnica franco-brasileira. A parceria também produziu uma série de livros, a saber, os Estudos Hidrológicos, sendo um deles mobilizado no Capítulo I. Apesar de não ter como objetivo rastrear pelos documentos as parcerias e convênios entre essas instituições, cuja prática é característica do desenvolvimentismo, com informe apresentado pela etnografia de Morawska Vianna (2014), ainda sim vale destacar as inscrições nos livros que dizem não da sua fabricação, mas da exigência metodológica que sua condição de produção implica nesta pesquisa.

Por exigência metodológica quero dizer o tipo de abordagem. Todos os documentos, salvo algumas exceções que apresentarei ao longo do texto, são livros publicados pela Sudene, como disse na Introdução, resultado dessas parcerias mencionadas no parágrafo anterior. Utilizando como exemplo os *Estudos Regionais*, a introdução do volume três apresenta a

definição dada para o papel das duas instituições colaboradoras para a “comunidade nordestina”: do lado da Sudene, a função de “ampliação do acervo de conhecimentos existentes sobre o Nordeste como forma de proporcionar apoio seguro ao seu desempenho”; e do lado da UFPE, “visando a contribuir para esse conhecimento através de esforços desenvolvidos no domínio de suas atividades de pesquisa” (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 15). Isto é, são funções complementares. É descrito que Sudene não poderia “ampliar o acervo de conhecimentos” sem convênios com instituições de pesquisas. Ao mesmo tempo em que, seguindo a apresentação da colaboração, a UFPE “ao inserir matérias como a aqui estudada em seu programa de pesquisa, a nossa universidade está atuando em um campo dos mais propiciadores de sua integração regional” (Ibidem).

Assim, podemos dizer que a Sudene está apresentada como órgão de financiamento e publicação de pesquisa, vale-se de unidades discursivas para a sua política. Ou, se pudéssemos examinar mais detidamente, ela não seria um fórum discursivo? De todo modo, o investimento no livro como documento exige também que seja definido o lugar do autor no arquivo da exceção.

2.3 O lugar do autor no arquivo

Ao atravessar e me deparar com tantos nomes que assinam os livros-documentos, permiti-me a inquietação “importa quem fala?” (Foucault, [1969] 2014: 265). O primeiro volume da série, intitulado de *Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste*, de 1973, por exemplo, foi assinado por Manuel Correia de Andrade, uma das figuras de destaque da geografia brasileira do século XX, que, sob influência de Gilberto Freyre, compreendia o NE por meio das formas como o espaço havia sido ocupado desde a colonização. Apesar de não fazer parte dos materiais doados para o Cercos, tive contato com este documento por meio de pesquisas paralelas sobre ele, nos quais descobri que o referido documento dá sequência aos três volumes do livro *Agricultura e Regionalização no Nordeste*, de 1969, primeiros de seus trabalhos em parceria com a Sudene.

O peso da convocação de Andrade para o início dos trabalhos da série, e de outros nomes da geografia dando seguimento ao seu trabalho, caracterizou por duas décadas os *Estudos Regionais*, entre 1970 e 1980. Os efeitos disso são sentidos também na política de doação da Sudene. Em conversa com o técnico responsável pelo acervo Celso Furtado, Filipe Isidro, soube

que publicações de autoria de Andrade são as mais visadas dentre os volumes da coletânea e dentre as publicações técnicas da instituição, de modo geral. Além dele, outros nomes da geografia se repetem e compõem as séries, como Mário Lacerda de Melo, já citado, Sônia de Oliveira Leão, José Alexandre Diniz, Marlena Maria da Silva. O primeiro autor citado assina os volumes *Regionalização Agrária e Áreas de Exceção*, a serem trabalhados nos próximos tópicos deste Capítulo. Mas o que a recorrência desses nomes/autores sugere e impõe para os objetivos desta pesquisa?

A página que antecede a contracapa de cada título desta coletânea, tem mais ou menos uma mesma nota direcionada ao leitor, que ocorre em quase toda instituição editorial: “Os conceitos e opiniões emitidos são da exclusiva responsabilidade do autor, não refletindo, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste”, variando apenas a palavra autor, ora no plural, ora no feminino. Essa figura flexível do autor é chamada, portanto, para cumprir o espaço vago, ou impreciso da Sudene no discurso. Mas é também uma figura igualmente imprecisa do discurso que vale a pena tecer algumas considerações.

Há dois motivos para destacar esta difusa unidade chamada autor. O primeiro está relacionado com a caracterização do trabalho em equipe, ou a variação autor coordenador. Vejamos a nota técnica do volume *Áreas de Exceção*: após a contracapa, tem nesta publicação os nomes que compõem a equipe técnica, discriminando cada segmento do texto em que cada um operou a função de redator do texto ou do relatório, pesquisador de campo, e/ou todas as funções. Lacerda de Melo é o único que condensa uma função a mais, a do coordenador de equipe. O texto, portanto, é resultado de uma pesquisa feita por muitas mãos, indicando os autores de cada uma das partes destacadas por notas de rodapé. Isto é mais que apenas uma caracterização do documento; é uma variação do desafio da escrita antropológica, posta na pergunta: como nessas circunstâncias descrever o autor do documento na antropologia de/ com arquivos?

E ao assumir o desafio, adianto a segunda razão pela qual o autor mereceu destaque; nos volumes da Série doados, todos fazem referência à Divisão da Política Espacial do Nordeste da Sudene na condução das pesquisas financiadas. A passagem que deixa explícita essa interferência encontra-se no volume “Sertão Norte”, em passagem de agradecimento da parceria com a Superintendência:

Ao geógrafo Carlos José Caldas Lins – Chefe da Divisão de Política Espacial da Sudene – agradecemos o estímulo, traduzido em confiança, ao nos convidar para realizar a presente pesquisa, agradecimento que fizemos extensivos aos integrantes de sua equipe de trabalho pelas sugestões oferecidas quando da discussão do relatório de pesquisa naquela Divisão. (*Sertão Norte*, Recife: 1982: 18)

O lugar da Sudene torna-se ainda mais incerto no discurso geográfico convocado nesta Série na medida em que também turva uma vez mais a figura do autor. A passagem apenas cita uma interferência da equipe da Divisão, sem mais detalhes de como se deu e a natureza desta influência no relatório. Muito embora para certas pesquisas antropológicas, a produção de documentos seja o objetivo da investigação (Hall, 2012; Latour, 2002; Strathern, 2006), - não poderia realizar tal empreitada pela própria condição do material usado nesta pesquisa, produzidos sob circunstâncias que me escapam. São livros antigos que envolvem mais de uma instituição, conforme aponte. Seria preciso um esforço de investigação diferente do que fiz durante a pesquisa. No entanto, esses aspectos específicos em torno da autoria dessas publicações técnicas, dizem, eles mesmos, algo sobre a condição de operação dos seus discursos.

Se do ponto de vista de uma ênfase na individualidade da escrita ocorre tornar os livros obras, assim como Foucault ([169] 2014) entende por isso, a alternativa é liberar da análise a obrigação de recorrer ao sujeito que formula ou enuncia, sendo este apresentado como alguém anterior e exterior ao próprio discurso (Ibidem). Assim, entendo que convocar geógrafos e instituições constitui a ação do dispositivo desenvolvimentista. Liberando-me, portanto, do exame detido e exclusivo desses geógrafos e outros pesquisadores e autores que vêm com os documentos.

E o que vale mais a dizer é que, em termos do arquivo da exceção que proponho ser a minha estratégia teórico-metodológica, esses livros-documentos assumem lugar privilegiado no programa de tornar a caatinga do São Francisco *área de exceção*. Elemento no interior do enunciado da *regionalização* que, conforme defendo na próxima seção, acompanha e, por vezes, reclama uma força de exceção. Para isso, veremos como se apresenta este enunciado nos livros-documentos.

2.4 O discurso da *regionalização*

Dediquei esta parte do Capítulo para examinar exclusivamente o que chamo de discurso da *regionalização*, ou melhor, pensá-lo a partir da proposta de *regionalização* contida nos exemplares aqui convocados dos *Estudos Regionais*. Por discurso de *regionalização*, quero dizer uma estratégia de leitura e análise dos livros-documentos, bem como da bibliografia chamada a participar desta discussão, não como fontes referenciais ou como “saberes parciais” (Haraway, [1988] 1995), mas arriscando, também, chegar às suas margens fragmentos do exame que proponho para os livros-documentos dos *Estudos Regionais*. Isto é, ao menos evidenciar que se trata de formações de objetos e conceitos, inspiração que, uma vez mais, retiro de Foucault ([1969] 2022: 79).

É fácil localizá-la, a *regionalização*. Evidentemente, ela não se limita ao recorte dos *Estudos Regionais*, conforme destaquei nas seções anteriores, ao tratar da questão da extensão do subdesenvolvimento como tema e teoria. Utilizando um brevíssimo retrospecto, que é o alcance que consigo empreender para este momento, o pensamento geográfico impulsionado no decorrer de ao menos duas décadas, 50 e 60, assim como os pensamentos antropológico e sociológico brasileiro, produziam classificações do espaço físico-histórico do país³⁸. Andrade (1989) em seu artigo crítico a respeito do pensamento geográfico brasileiro, define como os livros elementares para a formação da disciplina aqueles mesmos produzidos por autores de outras áreas, que “[...] como economistas, sociólogos, historiadores, antropólogos, etc. [...] fornecem informações e interpretações do maior interesse geográfico” (: 140). Isto é, trabalhos e pesquisas cujo interesse em interpretar ou examinar as particularidades sociais, culturais e econômicas durante a emergência dos projetos de modernização do Estado, de Getúlio Vargas aos governos militares, resultaram em distintas formas de classificação do território brasileiro.

A partir dessa perspectiva de Andrade (1989), considero que desde Caio Prado Júnior ([1966] 2012), para quem a orientação da revolução brasileira era o objetivo dos estudos, à Roberto Cardoso de Oliveira (1970) com as chamadas relações de fricção, o espaço geográfico torna-se mais do que um lócus específico de cada pesquisa ou a representação de uma *região* (em

³⁸ O leitor familiarizado com o tema reconhecerá que o recorte é arbitrário, escolhido, assim, para privilegiar as décadas às quais se refere boa parte da bibliografia que aqui utilizo, seja para fundamentar a discussão, seja para trazê-la à luz de outras discussões. Dito isto, sabe-se do pensamento geográfico que a década de 1930, com as políticas de modernização de Getúlio Vargas, foi central para a sua implantação. O IBGE foi, durante tempos, o lócus de produção do conhecimento geográfico e cartográfico a serviço do Estado (Andrade, 1989: 129).

seus aspectos políticos, naturais, sociais e econômicos). Os trabalhos, apesar de heterogêneos, tratavam-se, como se sabe, das reações, contrarreações e dos efeitos de um mesmo programa político de nacionalização e consolidação dos aparelhos estatais tidos modernos que tiveram o primeiro grande impulso nos anos de 1930.

Posto esse ponto, é possível, a partir daqui, reafirmar que o Nordeste aparece e reaparece de múltiplas formas ao longo do desafio político da modernização. Isso não é nenhuma novidade, portanto, o que é ainda mais importante dizer é que a literatura voltada ao Nordeste é documental³⁹. De forma lúcida, por exemplo, em Palmeira ([1966] 2006), partindo do corte temporal a passagem do século XIX para o XX, as mudanças “regionais” são entendidas como produtos de uma “lenta decomposição de um sistema social fundado sobre o latifúndio, o trabalho escravo e a monocultura de exportação e tendo a família de tipo patriarcal como instituição central” (: 53). Esse Nordeste muito mais parecido como um extenso latifúndio teve sobretudo em Freyre ([1937] 2013) a sua emergência e consolidação. Como “espaço social” da cana e do gado, que se diferenciava nas margens e além do latifúndio açucareiro (Ibidem). As classificações que daí resultam são, normalmente, dadas em áreas de *plantations* e nos *sertões*.

Com exceção de Palmeira ([1966] 2006), todos os autores citados nos parágrafos acima, em alguma medida, conferem ao que se convencionou chamar de “ciclos econômicos” - da cana-de-açúcar, da borracha, do café, para citar alguns - a forma privilegiada de classificação dos espaços geográficos (Furtado, [1959] 2007; Prado Júnior, [1976] 2012). Se seguirmos a indicação de Andrade (1989) citada no parágrafo anterior, cada um dos estudos citados tinha como objetivo atribuir mais uma característica social e geográfica a um mesmo objeto: a região. Seria, portanto, fundamental destacar essa propriedade dos documentos: estarem, eles, tratando de um mesmo objeto, compartilhado por sociólogos, economistas etc.

Assim, por meio dessa breve síntese, a literatura é documental porque documenta não o que era ou o que foi, nem uma representação do Nordeste e suas partes, mas o que se disse e o que não se disse. Há um lugar especial também para a bibliografia antropológica das décadas de 1970 e 1980, que convoco desde o Capítulo I. Penso nela não apenas como bibliografia, mas na chave da possibilidade de ser um documento que apresenta e descreve a emergência de lócus etnográficos que são, na verdade, frentes do desenvolvimento e da modernização. Para citar um exemplo: os trabalhos de Sigaud, que transitam entre as greves da Zona da Mata de Pernambuco

³⁹ Basta lembrar, novamente, do trabalho de Albuquerque Júnior ([1999] 2011).

e os problemas relacionados à construção da barragem de Sobradinho, no sertão baiano. A literatura dos ciclos documenta, portanto, o desejo de expansão, e parte da literatura do campesinato documenta o conflito gerado pelos dispositivos convocados para transformar terra e território em região para o desenvolvimento.

Dito isso, o leitor perceberá que a forma como a *regionalização* é feita nos volumes dos *Estudos Regionais* não tem seu valor por um ineditismo nem de forma, nem de conteúdo. Embora possam ter neles uma expressão mais explícita. E sim porque ela é, assim como os documentos do terceiro Capítulo, a *regionalização* da constituição das terras do Submédio São Francisco como referência de irrigação pública, isto é, como *área de exceção*.

2.4.1. As divisões regionais

O volume três, *A regionalização agrária do Nordeste*, serviu de catalogação para os demais volumes que o sucederam, segundo nos apresenta o volume dezenove da Série (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988). (Ver anexo II). De antemão, o volume três nos apresenta seu objeto, a região, conforme apontei no início e nos parágrafos anteriores. No entanto, região é tanto resultado como também objeto de um processo de *regionalização*, cuja definição, segundo o documento, é: “resultado de um procedimento classificatório de determinado espaço geográfico e também forma de expressar sinteticamente o conhecimento desse espaço” (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 16). A metodologia adotada para a identificação dos espaços agrários foi a das “variedades das formas, ou das combinações de formas, de uso de recursos: as representadas pelas atividades de lavoura e de extrativismo vegetal e as representadas pelas atividades pastoris” (Ibidem). Apesar de alertar que este não é o único critério segundo o qual os espaços agrários se individualizam, a razão da escolha deste reside no fato de que “trata-se do principal elemento diferenciador de áreas no domínio agrário, ou melhor, do conjunto de elementos de maior capacidade diversificação do espaço geográfico nordestino” (: 17).

O método - a regionalização agrária - é também justificado como a melhor forma de estudar o (problema) do Nordeste. Segundo o documento, o método:

Representa também uma *classificação espacial baseada na variação de realidades econômicas, ou sócio-econômicas, expressas e condicionadas pelos sistemas de uso de recursos*. E como, a cada um desses sistemas

correspondem problemas específicos, torna-se evidente que a regionalização agrária implica em uma regionalização da problemática agrária. Como é fácil perceber, também essa circunstância está a reclamar uma regionalização do planejamento. (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 6, grifo em itálico feito por mim)

Vale lembrar que o autor trata o subdesenvolvimento como um problema de regiões ainda não suficientemente integradas na base produtiva-urbana-industrial do Nordeste. Ele se refere à Zona da Mata Pernambucana, sobretudo, mas também às zonas de produção de cacau na Bahia. *Uma regionalização da problemática agrária* assim é a definição nativa para a metodologia empreendida, cuja vantagem seria:

[...] proporcionar uma base para estudos mais realísticos, visando ao conhecimento do Nordeste com maior grau de objetividade e precisão, ela acrescente o de oferecer base também de caráter espacial à programação das ações do poder público. Chegariamos assim à própria *regionalização do planejamento* ou ao planejamento regionalizado. Orientação esta que, ao menos no domínio rural, as realidades estão a reclamar” (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 50, grifo em itálico feito por mim).

O objetivo do documento é, portanto, caracterizar e espacializar os programas de desenvolvimento⁴⁰. Os exemplos dados por ele além dos destaques das capitais dos estados e suas funções para a exportação, principalmente no tempo da colonização, como Recife e Salvador, foram as cidades menores, mas dotadas de força de centralidade e áreas de influência, como Campina Grande, Caruaru, Feira de Santana, Juazeiro-Petrolina, entre outros (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 50). Trata-se de uma “regionalização urbana funcional” (Ibidem). Isto é, localizar espaços urbanos em potencial, mas cuja o *vazio* ainda é característico das zonas rurais. Essas seriam as *áreas de exceção*, tendo como exemplo indicado, na zona semiárida, áreas de média e de baixa densidade populacional. Voltarei a esse ponto nas próximas seções.

Quanto à questão terminológica, como classificar os espaços, o autor apresenta uma preocupação. Recusa do uso dos termos agrícola ou agropecuário, pois o critério definidor dos espaços é a variação do uso dos recursos por várias atividades - lavoura, extrativismo vegetal e

⁴⁰ Andrade (1989) destaca entre os geógrafos Mário Melo, Alexandre Diniz, Josué de Castro etc, cujo trabalho foi voltado para responder a demanda do país em desenvolver suas regiões e o subdesenvolvimento. Isto é, uma geografia engajada politicamente (: 142-143).

pecuária. Uso do termo região, “em sua acepção vulgar”, assim como *regionalização*, genericamente usado, pois nem sempre pretende significar unidades territoriais bem delimitadas e definidas por semelhanças e continuidades. (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 17-18). Voltando ao critério de identificação de espaços agrários, as formas e combinações de uso dos recursos são classificadas segundo duas maneiras distintas: 1) segundo as densidades de aproveitamento de recursos (relação entre o valor da produção e a superfície das microrregiões correspondentes); e 2) segundo o exame da contribuição regionalizada (das combinações agrícolas e do extrativismo vegetal, das atividades pastoris e da associação desses dois grupos de elementos) (: 18). Esta é a forma de *regionalização* apresentada ao longo do livro.

Dividida em duas partes, o autor dedica a primeira parte para caracterizar o processo de *regionalização* e apresentar as *regiões* na segunda parte. Partindo dos espaços especializados na cana-de-açúcar para o restante dos espaços nordestinos, o autor examina as “variações de uso dos recursos por densidade de produção”, ou seja, a densidade da ocupação agrária.

A saber, o chamado “grupos de espaços agrários”. A sua especificidade se deu segundo o critério populacional. A relação entre a densidade populacional e as atividades de lavoura e pecuária no Nordeste é assim definida:

Enquanto as últimas, especialmente quando se trata de pecuária extensiva, tão disseminada, possuem, pela sua natureza, uma baixa capacidade de absorção de força de trabalho e, portanto, de propiciar adensamentos populacionais, as de lavoura, ao contrário, também pela sua natureza e em função dos processos agrícolas comumente encontrados no Nordeste, só se podem realizar com apoio em elevada participação do fator trabalho, o que naturalmente condiciona adensamentos demográficos. (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 116)

O documento descreve em quatro grupos chamados de “espaços agrários”, assim classificados a partir do critério da densidade demográfica:

1. Sistema canavieiro, sistema cacaueteiro, sistema gado-policultura e as áreas agropastoris com combinações agrícolas subcosteiras;
2. Região agrária do sistema gado-algodão, sistema agropastoril extrativista e pelas áreas de gado e policultura do litoral e das serras do norte cearense. Densidade demográfica média, mas que possuem manchas de alta densidade no seu interior;

3. Sistema pecuária melhorada e agropastoris com combinações sertanejas. No primeiro caso média densidade, e no segundo de baixa e média;
4. Áreas de baixa densidade de ocupação do solo. (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 124).

Com o objetivo de medir a capacidade de crescimento de uma cidade, o autor dispõe dos dados do IBGE de 1974 quanto às atividades rurais. As mudanças examinadas das bases agrícolas serão positivas ou não dependendo da taxa de crescimento de uma região que pode ser, portanto, medida a partir da capacidade de absorção da atividade agrícola dominante na região em questão (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 124).

Quanto a isso, o autor novamente apresenta os dados da produção dos setores agrícolas divididos a partir da densidade demográfica. Por exemplo, “55,7% do valor dos produtos oriundos das atividades de lavoura e de extrativismo vegetal procedem de apenas 16,2% do espaço macrorregional e que, portanto, os 44,3% restantes, correspondem a 83,8% da superfície do Nordeste” (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 60). Ou seja, o que se descreve no livro é uma concentração das atividades produtivas do campo em determinado (s) espaço (s) da macrorregião. Em seguida, ele nos diz que, por outro lado, “[...] na classe de densidade consideradas muito baixas (menos de Cr\$ 2.000/km²), o espaço abrangido equivale a 27,9% da superfície da macrorregião enquanto o valor da produção correspondente traduz-se por apenas 2,5% do total nordestino” (Ibidem). Isto é, seriam uma massa de terras consideradas de baixíssimo valor produzido. É por esta perspectiva, portanto, que o autor emprega o termo “subprodução das terras do Nordeste”, que seria uma condição econômica e social do uso da terra expressa no baixo valor produtivo consequência da anulação dos valores oriundos das áreas de maior concentração demográfica pela produção das áreas de menor ou baixa densidade demográfica (: 61).

2.4.2. *Plantation*⁴¹

A forma de ocupação e estrutura fundiária, ao lado da localização dessas áreas é traduzida pelas formas *plantations* e as chamadas *hinterlands*. A primeira é relativa às áreas do sistema canavieiro e áreas do sistema cacauzeiro. As *plantations* foram os espaços do primeiro grupo citado nas divisões regionais (Cf.: 84). Segundo esse “critério populacional”, são classificadas, portanto, em áreas de alta densidade demográfica, indústrias e formações urbanas. Ainda no começo do livro, é definida também como um sistema onde as condições técnicas e industriais teriam formado uma população expressiva economicamente, diferente do que seria encontrado nas áreas de baixa produtividade marcado por uma espécie de “primitivismo dos processos produtivos”, de acordo com Melo (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 43). Uma forma de classificação positiva do uso e da produção na terra em meio ao “primitivismo” das formas de subprodução e, lembremos, de subdesenvolvimento.

Não é demais salientar, os trabalhos de Sigaud (1979), Garcia Jr (1983, 1989), para citar alguns autores que fizeram de lócus etnográfico a Zona da Mata pernambucana, nos interstícios (Garcia Junior, [1972] 1983, 1989) ou mesmo no interior dos conflitos nas *plantations* (Sigaud, 1980), inspirados pelo “Projeto Estudo de Desenvolvimento Regional Comparado” dirigido Roberto Cardoso de Oliveira e por David Maybury Lewis, de Harvard. Os autores descrevem um sistema de *plantation* que, estava em uma nova posição econômica e política frente ao processo de industrialização nos polos do Sudeste, convergindo meios e formas de adaptação dos canaviais quanto à organização do trabalho e do latifúndio (Garcia Junior, 1989: 11). Conforme a reflexão feita nesta seção, postos estas pesquisas ao lado das grandes teorias a respeito dos ciclos econômicos e a formação político-territorial do país que as acompanham (: 80-81), o que desejo destacar nessas leituras é o dinamismo inerente à região enquanto objeto de estudo e do desenvolvimento. Sendo este - o dinamismo - o único aspecto que se pode de fato afirmar a respeito da região. Para fazer esta conexão, apoio-me em Oliveira (1987) para quem o planejamento proposto pela Sudene não foi senão a estratégia de criar e recriar regiões para escorrer o consumo e a produção capitalista em processo de industrialização.

⁴¹ Como se sabe, *plantations*, em primeiro lugar, referem-se às formas de classificação e sistematização de um território pelo domínio fundiário, escravocrata e de monocultura. A literatura é vasta para uma revisão detalhada, mas os destaques necessários faço para os trabalhos concentrados no Caribe de Mintz ([1985] 1986), Scott (2017) com o problema político-racial da diáspora, e Du Bois ([1935] 2013) em sua análise a partir da experiência estadunidense. No que tange ao uso contemporâneo do termo, menciono as pesquisas de Murray e Semedi (2014) sobre o avanço das corporações nas terras da Indonésia.

Dito de outro modo, e sob a forma como minhas palavras emprestam, considerar a *regionalização* de Melo, para uma abordagem antropológica, deve-se estranhar o fato de que, mesmo sob argumentos geográficos e físicos, que poderia passar a imagem de algo estanque, a região é dinâmica⁴². Além disso, conforme aponto em minha análise acerca da *área de exceção*, o dinamismo está intrínseco no discurso do qual fazem regiões emergirem com urgência para o desenvolvimento. Esta urgência é sentida, por exemplo, no diagnóstico realizado para as áreas de *plantations* em condições que geraram uma estrutura sócio-econômica de extrema assimetria na distribuição da renda, com um contingente populacional de baixa expressão para o mercado consumidor interno (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 140). Em outras palavras, “condições de existência que explicam situar nas regiões canavieiras as áreas consideradas como de maior tensão social do Nordeste ou mesmo do país” (: 142). Aí estaria o perigo das *plantations* que já foi examinado em conexão com a criação da Sudene em Oliveira (1987): a eclosão de um conflito geral e descontrolado pela massa de trabalhadores rurais e clandestinos dos canaviais, estes últimos como forma de trabalho não regulamentado, desprotegido dos direitos empregatícios (Sigaud, 1979), que poderiam assumir radicalidade e escoar para outras categorias de trabalhadores e áreas (Oliveira, 1987).

Integração, palavra que o documento utiliza para tornar viável o desenvolvimento do NE, em meio às diferenças regionais e o *isolamento* das áreas subutilizadas e de baixa ocupação demográfica (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 15), pode ser compreendida como uma estratégia de escoar até o fim do conflito na terra e por terra entre os dispositivos estatais e econômicos e grupos e comunidades de pessoas que dispõem de outras formas de relação com ela, ou que sofrem a pressão das grandes fazendas. Ao enfatizar a alegada eficiência econômica e produtiva das *plantations*, Melo procura torná-la exemplar do ponto de vista econômico e social, mas sem transformá-la em exemplo político de conflito. Em suma, é o conflito o atributo desta *região* que se quer combater via planejamento.

⁴² Pode parecer confuso ou equivocado falar de dinamismo no referido documento, que começou pela apresentação do subdesenvolvimento nordestino. No entanto, não há nada mais característico do subdesenvolvimento do que sua estrutura dinâmica, pois os ciclos, por sua própria natureza, são dinâmicos. Deve-se lembrar que trata-se também de uma política, talvez uma das mais democráticas, cuja intenção é reverter o dinamismo que gera o desequilíbrio para um outro capaz de promover o desenvolvimento das zonas subdesenvolvidas. É por isso que se produz a *regionalização*: ou seja, definir a região da vez para integrá-la aos dispositivos de financiamento e desenvolvimento.

É sob essa perspectiva que gostaria de passar à segunda “unidade espacial” da *regionalização*. O livro-documento é dedicado a localizar e mapear as regiões estratégicas para a intensificação da exploração de outras terras e áreas, ativando-se, assim, os chamados *hinterlands*.

2.4.3. *Hinterland*⁴³

Hinterland seriam zonas chamadas de sertões divididas em três tipos: i) Sertão Norte, ou área do sistema gado-algodão; ii) Sertão Sul, que integra as áreas agropastoris com combinações agrícolas sertanejas; e iii) Sertão Centro-Ocidental, que faz parte dos amplos espaços designados neste trabalho como áreas de baixa ocupação do solo, locais dos *vazios*, os quais serão melhor trabalhados na próxima seção.

Essas áreas aparecem nas transformações dos sistemas de *plantations*. São definidas como zonas majoritariamente rurais, isto é, com pequenos e médios espaços urbanos. Quanto às atividades agrícolas, são classificadas como heterogêneas, contendo atividades diversificadas, porém semelhantes quanto à estrutura produtiva considerada de subsistência, marcada por micro e pequenas propriedades de terras, consideradas sem muito valor econômico. O documento ainda as descreve como áreas de abertura econômica estratégica, baseado na teoria dos “ciclos econômicos”, ou seja: ativadas em “decorrência da decadência da produção de açúcar nos sistemas canavieiros do litoral” (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 186).

Insere-se aí a constituição do Vale do Submédio São Francisco no exame feito na década de 1970, considerando que este livro foi publicado em 1978, mas a pesquisa que a constitui começou a ser elaborada em 1974. Ainda na “fase laboratorial da irrigação” (Vilela, 1991), o Submédio ainda não é destacado individualmente neste volume da *Série*. Mas sua localização se dá por meio do *hinterland*, cuja característica fundamental seria a questão da *integração*, na qual consiste em: “manchas mais produtivas, a que fizemos alusão, estão geralmente separadas, uma das outras e das regiões de estruturas econômicas menos tênues e populações mais densas, por vastas áreas de baixa capacidade de suporte humano. Como é

⁴³ Uma dobra interessante entre a discussão em torno da *regionalização* e do subdesenvolvimento pode ser iluminada pelo termo *hinterland*. Paul Baran ([1957] 1962), economista marxista que debateu em torno da teoria da dependência, diz que “At the same time it is only through the agrarian counter-revolution that growing industrial capitalism obtains the *indispensable agricultural hinterland*, and assures itself of a sufficient supply of manpower, food, and industrial raw materials” (: 307, grifo em itálico feito por mim).

comum nas regiões pobres, os próprios espaços opõem-se à integração espacial” (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 187-88). Essas manchas ou ilhas, são as *áreas de exceção* que examino na próxima seção, dispostas no interior das *hinterland*, ou seja, são exceções dos sertões de que fazem parte. No caso do Submédio São Francisco, o Sertão Centro-Occidental. Para entender esta relação, é necessário dedicar algumas páginas para um outro termo caro para o esforço do desenvolvimento bem como para as pesquisas em torno dos seus efeitos: o *vazio demográfico*.

2.4.4. Vazios

Esta subseção é um pilar fundamental para o discurso da *regionalização*, bem como para o exame posterior das *áreas de exceção*. Pois, antes de caracterizar a exceção do *hinterland*, é preciso destacar seu valor analítico para a *regionalização* e, portanto, para o desenvolvimento prospectado nos volumes da Série. Esse valor baseia-se, sobretudo, na disposição do famigerado *vazio* como fator do subdesenvolvimento que, conforme apresento, é um aspecto negativo, pois se trata de um duplo *vazio*. *Vazios* no plural, portanto.

O quadro geral expresso nos parágrafos anteriores pelas *plantations* e os *hinterlands* constitui diferentes ocupações dos “espaços nordestinos”. Desta forma, o que se emprega para o exame, no documento, dessas diferenças são as distribuições da população, das atividades agrícolas e da pecuária, sendo as áreas mais próximas ao litoral de maior densidade populacional, ainda que, desde 1960, o Nordeste passasse por mudanças nesse padrão de distribuição populacional, devido às migrações entre estados e do litoral para o interior. Quanto às atividades, o primeiro destaque é dado para a pecuária. Apresentada com o menor valor de produção por área, a pecuária, “pobre, primitiva, extensiva”, mostra-se “o tipo de atividade de maior importância ou, economicamente, de maior peso”, presente, sobretudo, nas regiões semiáridas do Nordeste (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 84).

Sabe-se da história da ocupação colonial do território que a chamada interiorização se deu, em certas áreas, por conta da criação de animais e do gado, conforme o texto clássico de Capistrano de Abreu (1998). Percorria-se, sobretudo, às margens de rios para isso, cuja ênfase é feita para o rio São Francisco (Ibidem). Esta história é retomada pelo livro-documento. No entanto, esta ênfase no tipo e na densidade de ocupação nas terras mais ao interior do Nordeste

acompanha a necessidade segunda a qual é preciso redefinir a forma histórica de interiorização pela *integração* dos sertões, ou *hinterlands*, via desenvolvimento.

Para apoiar essa ideia, ainda no volume, há dois cartogramas utilizados para expor os problemas das *hinterlands* em relação às *plantations*. Produzidos pela equipe de Melo anexados ao livro, os cartogramas apresentam pela sua sobreposição os *vazios*⁴⁴. O primeiro refere-se à densidade da pecuária, ou seja, à área ocupada pela atividade em relação ao seu valor comercial. Conforme o cartograma nº 1, existem cinco níveis do chamado “valor do efetivo pecuário”. Quanto menor for esse valor, maior é o grau de subprodução das áreas. Ou seja, nas áreas em amarelo a pecuária ocuparia, segundo o documento, uma extensa parcela de terras em comparação com o seu “baixo valor econômico”. Por econômico entende-se valor comercial para os mercados de abastecimento interno e internacional.

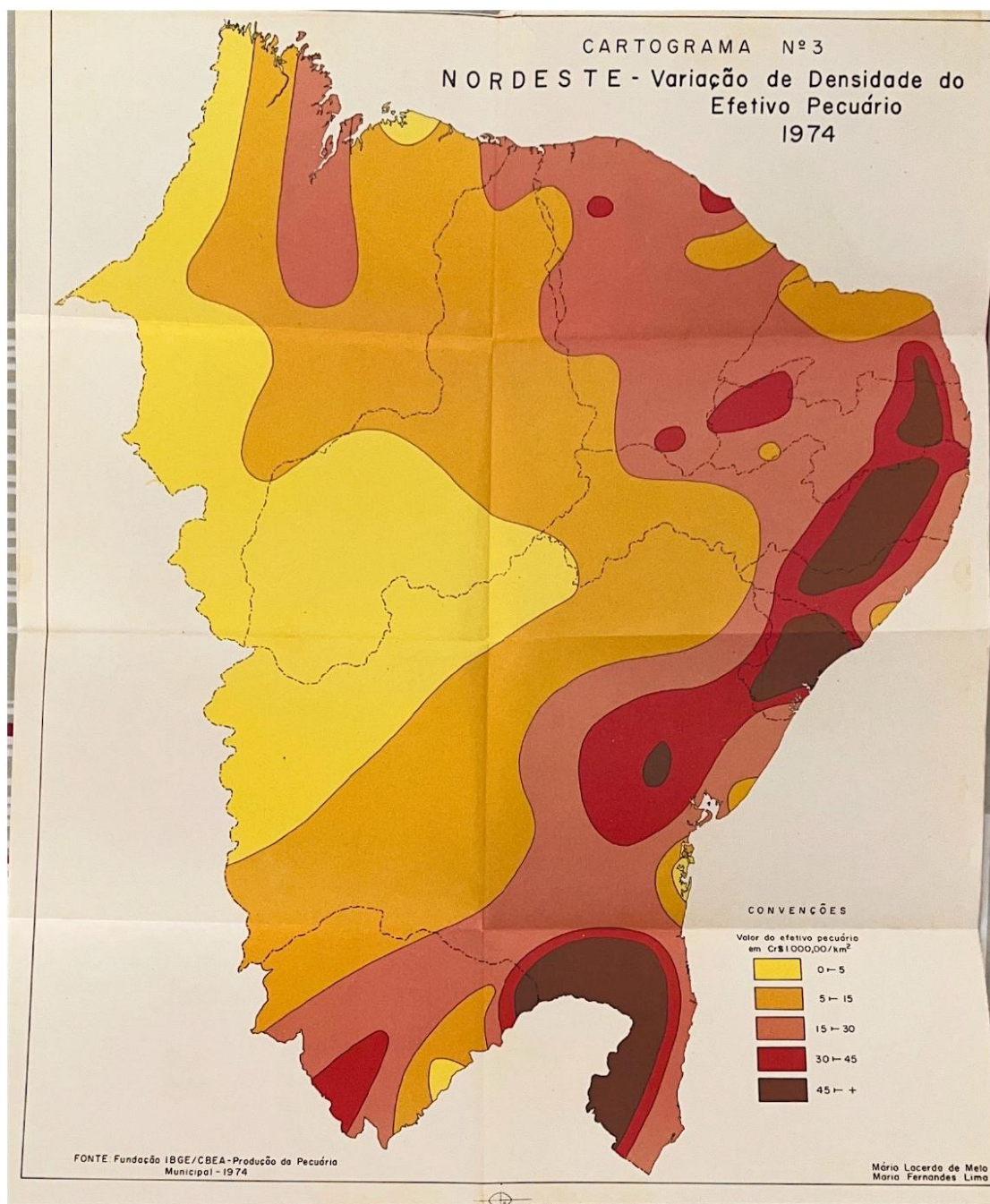
Percebe-se no primeiro cartograma que as manchas mais escuras, indicada pela cor roxa, aquelas, portanto, de maior valor efetivo, estão localizadas mais ao litoral, com algumas exceções mais ao interior do NE e do norte de Minas Gerais. Seriam “ [...] áreas de densidade alta e muito alta (que) prevalece o sistema de organização agrária do tipo plantation com seus elevados índices de capitalização” (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 64), “situadas no agreste; sudeste baiano; e algumas manchas dispersas” (: 73). As manchas em tom de rosa, prevalece o que o autor chamou de “sistema gado-algodão”, conforme indiquei nas páginas anteriores. Estas representam expressão econômica para o comércio local e também nacional, embora em termos “sociais”, a estrutura que delas é produto difere daquela das *plantations*, tendo como característica espaços urbanos que prevalecem sociedades ainda marcadas pela sua relação com o campo (Ibidem). E as vermelhas diferem das rosas pela maior concentração do gado e das atividades de lavoura na terra, embora ainda não se enquadram como *plantations* (: 75).

Já as regiões em laranja e amarelo são as “áreas de densidade baixas” (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 76), que por causa das condições bioclimáticas e, sobretudo, pela posição geográfica face aos mercados consumidores e pelas deficiências da infra-estrutura (: 77), “[...] ao lado da pobreza da ocupação agrícola, ou mais que ela, os baixos índices de

⁴⁴ Os cartogramas apresentam o Nordeste e parte do norte de Minas Gerais. Conforme aponte nos tópicos anteriores, é uma prática e política também atribuída à Sudene nas primeiras décadas de atuação na região norte deste estado, devido ao interesse estratégico das terras banhadas pelo rio São Francisco. Posteriormente, essa mesma área foi atribuída, pela Lei nº 6.088/1974, de 16 de julho de 1974, à gerência da Codevasf, para a exploração de toda a bacia hidrográfica do São Francisco.

ocupação pastoril na área em foco indicam *trata-se de espaços caracterizados essencialmente por um relativo vazio econômico e populacional*” (Ibidem, grifo feito por mim). Vemos, dessa forma, a caracterização do *vazio* segundo o documento, o qual é composto por um duplo *vazio*, ou seja, não apenas um *vazio demográfico*, mas também expresso economicamente.

Cartograma 1: Variação de Densidade do Efetivo Pecuário, 1974



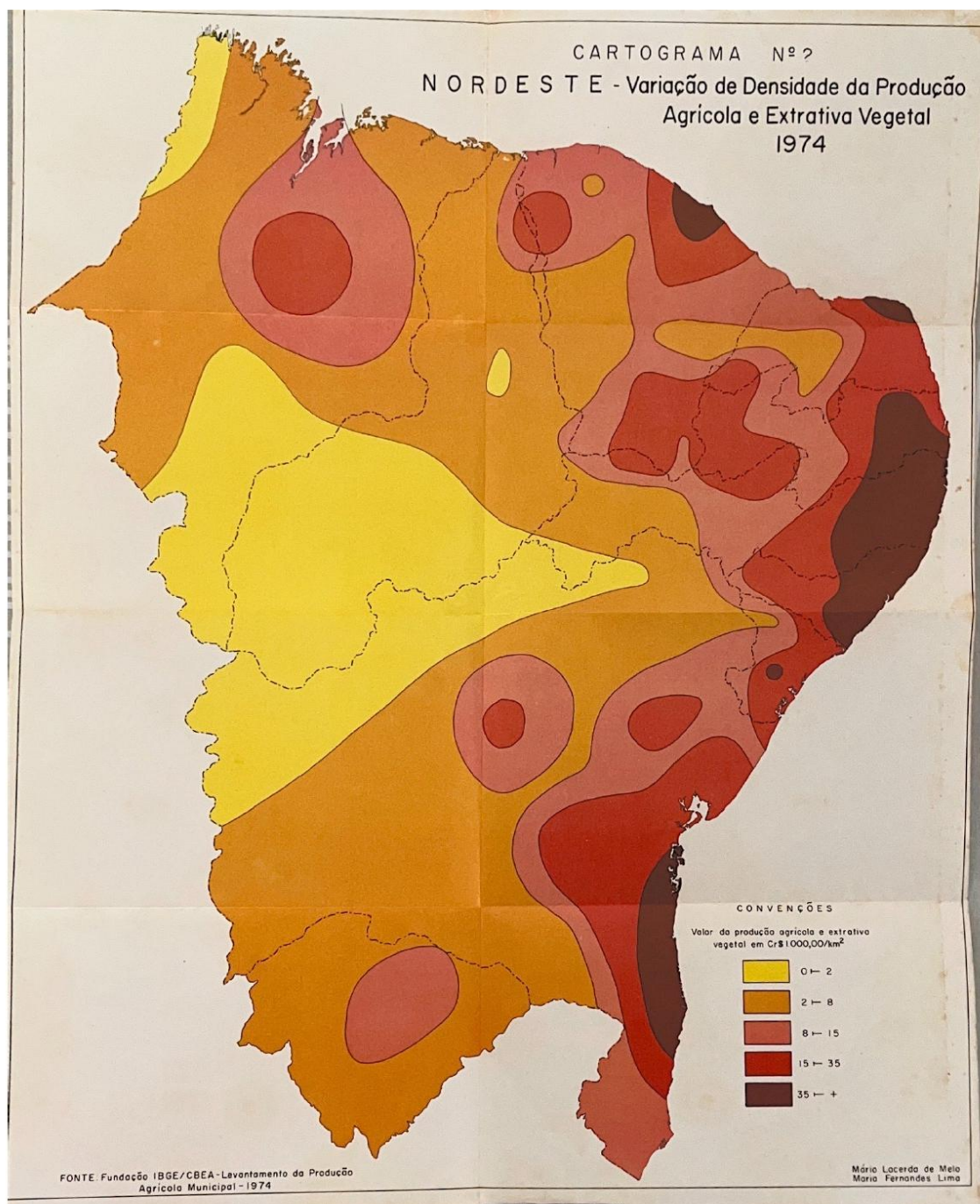
Fonte: Acervo Cercos

No cartograma 1, observa-se que as manchas em amarelo e laranja se concentram sobretudo nos estados do Piauí, Maranhão, norte e no centro da Bahia, e na região chamada de Sertão pernambucano (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988). Há também algumas delas localizadas no interior das manchas em roxo, vermelho e nas duas tonalidades de rosa, que indicaria, segundo o documento, zonas de atividades de “subsistência” às margens das organizações agrícolas das *plantations* (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 88). Interessa, no entanto, para Melo, ativar as manchas maiores que englobam quase a totalidade dos estados citados anteriormente. Isto é, torná-las áreas produtivas e modernizar suas atividades agropecuárias (Ibidem). A isso, portanto, baseio minha justificativa em privilegiar a caracterização das *áreas de exceções* em detrimento das diferenças entre os sistemas gado-algodão, *plantations* do cacau e da cana-de-açúcar entre outros. Pois, conforme disse, interessa ao esforço do geógrafo ampliar e difundir essas *áreas de exceções* nos vazios.

Quanto ao segundo cartograma, apresentado na próxima página, este demonstra a densidade da produção agrícola e das atividades de extrativismo. O mesmo cálculo do primeiro cartograma é proposto para sua análise: a relação entre área ocupada pelas atividades e o valor econômico. Para a *regionalização*, essas atividades agrícolas oferecem contribuições maiores para a diversificação do espaço nordestino do que a pecuária (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 88). Isso baseado na ideia de que a atividade de lavoura produz condicionantes para a forma de ocupação da terra, de organização social e estrutura fundiária. Como casos exemplares, a cana-de-açúcar e o cacau, em que produzem mais diferenciações, isto é, *regionalização* (: 95). No caso das *áreas de exceções*, a explicação é dada da seguinte forma:

As exceções a serem assinaladas situam-se em posições antagônicas ou contrastantes. Em um extremo, encontram-se atividades que, pela sua natureza, são ainda mais primitivas e mais extensivas do que a maior parte das lavouras da macrorregião. São as atividades extrativas vegetais. E, no outro extremo, temos algumas culturas que utilizam tecnologias relativamente evoluídas. Destacam-se, entre estas, as que se realizam sob organização agrária do tipo *plantation* e, como já foi referido, individualizam os respectivos espaços produtores: a cana-de-açúcar e o cacau. Afora esses exemplos, os casos de lavouras que utilizam tecnologia intensiva possuem muito menor importância econômica e resultam de exigências da natureza de determinados cultivos de baixos índices de ocupação de espaços como o fumo, o do tomate e o da cebola. (: 98)

Cartograma 2: Variação de Desenvolvimento da Produção Agrícola e Extrativa Vegetal, 1974



Fonte: Acervo Cercos

Veja-se que, em ambos os cartogramas, as manchas das *áreas de exceções* estão localizadas no interior das manchas rosas, e, por sua vez, no interior das manchas em laranja no segundo cartograma. Isto é, elas não indicam um nível de densidade, mas sim exceções produtivas e econômicas no interior das zonas de média ou baixa densidade. Na medida em que também suprime o tamanho do espaço do alegado *vazio*, representado pelo primeiro nível de densidade, a mancha amarela. É aí que a região de Petrolina e Juazeiro, bem como a área atingida pela construção da barragem de Sobradinho e o noroeste da Bahia, estão localizadas no menor nível relativo, entre 0-2. Dessa forma, neste volume 03 dos *Estudos Regionais*, essas regiões que tenho como centrais, ainda estão inseridas no alegado *vazio econômico e populacional* do Nordeste. Somente na próxima seção ao examinar o volume *Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco* que esta região passará a ser apresentada como *área de exceção*.

Por fim, neste tópico, procurei destacar com esse ponto, a sobreposição dos cartogramas e a demografia, um dos principais pontos da estratégia de *regionalização* presente no livro-documento: o *vazio demográfico* alegado pelo desenvolvimentismo é, para Melo, acompanhado ou expressado pelo *vazio econômico*. Isto é, a classificação dessas áreas presentes em amarelo nos cartogramas um e dois não procura demonstrar tão somente uma desocupação ou subocupação numa extensa área do Nordeste, mas a existência de uma população baseada no seu valor econômico para o mercado interno e externo, que se traduz em uma população economicamente frágil ou mesmo inexistente.

Na antropológica e nas ciências humanas em geral, o *vazio demográfico* é assunto bastante conhecido e examinado. Contudo, destaco o trabalho contemporâneo da pesquisa de Murray e Semedi (2014) para quem, apesar de enfatizar a “plantation life” na Indonésia, compreende o problema da ocupação de corporações nas terras o discurso racial, entendido pelos nativos como uma modalidade de colonização, e da subutilização fundiária do país (: 10). Para os autores, o que se demonstra no caso da Indonésia pode ser considerado um *vazio econômico* para o mercado, conforme o exame a respeito do relatório do Banco Mundial:

Em 2011, por exemplo, um relatório do Banco Mundial argumentou que metade das terras potencialmente aráveis do mundo não eram utilizadas e grande parte do restante era subutilizada. Ele apoiou essa alegação com mapas e gráficos que caracterizam partes do mundo em termo de sua ‘lacuna de rendimento’, enquadrada com a diferença entre valor em dólar

por hectare das colheitas, que os pequenos agricultores atualmente produzem e o valor potencial em dólar sob monocultura eficiente. (: 02).

O paralelo com o caso da Indonésia serve para apoiar o exame feito nos parágrafos anteriores da relação entre os cartogramas e os *vazios*. Ambos demonstram apoio nos cálculos de densidade. E em ambos o predicado “subutilizado” é usado para atestar o problema do *vazio*. Com isso, quero salientar que mesmo o *vazio demográfico* se agrava ainda mais pelo atributo econômico-mercadológico destinado para a classificar a população. Em outras palavras, à parte e ao lado da ocupação de “terras vazias”, ou consideradas pouco ocupadas, outro processo desejado é tornar, se não expulso, todo e qualquer sujeito que nelas “subsista” em população economicamente ativa⁴⁵. Segundo Melo, não bastaria, portanto, uma política de incentivo técnico para essas áreas, e sim a implantação de políticas que possam “absorver” essa população econômica, social e culturalmente (*Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, 1978: 214).

Esse aspecto que aqui é prospectado pelo livro de Melo foi analisado nos trabalhos a respeito das transformações suscitadas pelas Políticas de Irrigação, dos quais cito um texto presente na coletânea “Energia na Amazônia”, organizada por Sônia Magalhães e Rosyan Britto e Edna de Castro (1996). O artigo de Cavalcanti (1996), para quem o efeito dessas políticas no Vale do São Francisco foi a mudança das relações de trabalho dentro das fazendas de uva e de manga na década de 1990, inserindo os trabalhadores e trabalhadoras no interior das exigências produtivas e comerciais do mercado internacional. A autora dá o exemplo da dinâmica das chamadas *packing house* - locais onde os produtos agrícolas são preparados para a sua distribuição no mercado. Segundo ela, a organização e o modo de operação dos trabalhadores, bem como as instalações e equipamentos necessários para o tratamento das frutas nas *packing house* seguem os padrões internacionais (: 426). Cavalcanti cita o caso da construção de uma *packinh house* que foi acompanhada por agentes representantes dos mercados dos Estados Unidos: “a Fruitfort, uma das empresas exportadoras, investiu US\$ 2 milhões, para cumprir com as exigências dos mercados” (: 426).

⁴⁵ O investimento de Foucault ([1977] 2004) sobre o termo população e mesmo território é preciso para a sua análise dos dispositivos de governamentalidade e do biopoder. Apesar de reconhecer que são, portanto, termos que em si mesmos configuram estratégias de governo e artifícios e objetos para o poder, tal como apresenta o filósofo, restringi utilizá-los como termos nativos sem destaque em razão do tempo e dos materiais de que disponho. Recuei, portanto, na abordagem criada para a qualificação que enfatizava a população como termo central para compreender as políticas desenvolvimentistas. Contudo, conforme o apoio em Foucault, não a utilizo de modo irrefletido, como se ela não fosse a própria marca dos dispositivos desenvolvimentistas.

Com base neste exemplo bibliográfico, passo a apresentar as considerações finais acerca dos vazios. Ao destacar a irrigação como elemento-chave para a abertura de documentos e, também, para aquilo que se torna referência bibliográfica nos estudos sobre as transformações promovidas pelas políticas desenvolvimentistas da Ditadura, a identificação dos discursos de *vazio demográfico, econômico* e de subdesenvolvimento no volume três dos *Estudos Regionais* não foi, neste contexto, considerada como um “mito” do desenvolvimento, como abordado por Paula (2022). Tampouco constitui uma discussão já consolidada e, portanto, passível de suspensão na análise que apresento neste Capítulo. No alegado *vazio* — ou, mais precisamente, nos *vazios* — que Melo explicitou em sua análise, observa-se uma estratégia deliberada para fazer avançar áreas produtivas e modernas, as quais, conforme Oliveira (1987), também têm como função escoar e, por conseguinte, aliviar a pressão no campo. Sob a perspectiva analítica que adoto, trata-se de um discurso geográfico relacionado à *regionalização* do progresso ou desenvolvimento, que parece só poder existir por meio da captura e da produção de *vazios*, e, como discutido, de *áreas de exceção*. Dito isto, o que analiso na seção seguinte é como o desenvolvimentismo gera exceções, criando uma determinada área cujas condições político-naturais irrompem nos sertões.

2.5. As áreas de exceções

O que, então, compõe as *áreas exceções*?

As *áreas de exceção* consistem em manchas ou ilhas, sobretudo, entre as áreas de *hinterland* ou no interior delas, que têm potencial para crescimento econômico e urbano ou já apresentam crescimento, e que oferecem possibilidades para o aproveitamento dos chamados recursos naturais, solo e água, sobretudo. O termo aparece no volume três, convocado para exame nas seções anteriores, mas é no volume *Áreas de Exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco*, também do geógrafo Melo, que ele se transforma exclusivamente em objeto de investigação. Este documento o apresenta da seguinte forma:

Trata-se daquela categoria de segmento espacial do Nordeste onde as condições e recursos naturais, nos planos climático, edáfico e hídrico, permitem a ocorrência de melhorias das formas de uso da terra e, conseqüentemente, da estrutura econômica e do povoamento, em relação aos espaços em que se encontram inseridas. Abrange, portanto, áreas merecedoras de programações voltadas para a problemática das

condições de vida das comunidades que as habitam e para um melhor desempenho de suas funções regionais. (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 01).

Percebe-se que essa primeira definição enfatiza as “condições e recursos naturais” como elementos condicionantes para a constituição das *áreas de exceção*. Para os casos na Paraíba, serei breve na apresentação, com ênfase para aqueles localizados no referido sertão paraibano. Assim poderei dedicar mais páginas ao exame dos exemplos de Pernambuco que, conforme será visto, consistem também em uma análise dos casos exemplares da microrregião de Juazeiro, na Bahia.

2.5.1. Breve parada nas exceções da Paraíba

No geral, as *áreas de exceções* da Paraíba estão classificadas em dois tipos: i) localizadas nos sertões da Paraíba, a região do Alto Piranhas e dos Cariris Velhos; e ii) no agreste, pelos casos do Brejo de Natuba, Borborema e da região do Brejo Paraibano. O que as regiões do primeiro grupo têm em comum é que todas estão localizadas “[...] em torno de importantes reservatórios [...]” (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 160). Com destaque para Pilões, Engenheiro Ávidos, São Gonçalo, Estevam Marinho (Coremas), Mãe d’Água e Engenheiro Arcoverde (Ibidem). Ainda de acordo com o documento, embora haja influência dos fatores climáticos para a classificação das *áreas de exceções*, para os sertões da Paraíba, “[...] as áreas que se podem considerar como excepcionais se situam nas proximidades dos grandes açudes construídos principalmente pelo Dnocs” (Ibidem)⁴⁶.

O autor dedica, portanto, o exame para os açudes e a relação com as atividades agropecuárias. Este é um aspecto essencial para compreender a excepcionalidade das regiões em meio aos ditos sertões, diferente dos atributos que fazem singular as áreas no agreste. Estas últimas são classificadas como singulares por meio das condições climáticas que conferem a elas diferenças quanto ao uso da terra (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 266).

Voltando aos sertões da Paraíba, fica evidente a centralidade dos açudes na constituição e categorização de espaços singulares, traduzidas por Melo em termos de valor produtivo-comercial por hectare. O caso de Coremas, analisado no documento, é um bom

⁴⁶ Para uma análise detida da construção e dos efeitos dos açudes do Dnocs na Paraíba, em especial para o caso de Coremas e sua população, ver a tese de Lucchesi (2017).

exemplo para refletir acerca da singularidade trazida pelos açudes às terras dos sertões. Segundo o autor: “A expressiva produção pesqueira dos açudes Estevam Marinho e Mão d’Água, além de sua significação econômica, traduzida pelo seu valor, possui também uma dimensão social relevante, que se exprime na oferta de empregos. São 457 as pessoas que, ali, tiram da atividade pesqueira o sustento seu e de suas famílias” (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 200). O autor também convoca elementos que atestam o efeito positivo das construções, que, por sua vez, “individualizam” Coremas, com “importantes funções” que operam para a produção de energia elétrica para as cidades de Piancó, Pombal, Sousa, etc., além de “ [...] constituir uma reserva de recursos dentro da área onde se situam” (: 196). “Constituir uma reserva de recursos” é um termo confuso para designar o que, mais tarde, o documento qualifica como zonas concentradas de investimento público e de produtos agrícolas destinados ao abastecimento de regiões vizinhas e para o mercado nacional. O primeiro diz respeito aos empreendimentos de infraestrutura, como os Perímetros Irrigados sob a gestão do Dnocs. A segunda parte da reação aos números relativos à produção de algodão, ao rebanho bovino (: 197), e à já citada atividade pesqueira (: 200).

Outro aspecto notório desse investimento analítico do documento é que, mesmo ao apontar os problemas sociais e econômicos que possam causar repercussões negativas às áreas exemplares, de forma apressada, se refere a elevação de interferências públicas e institucionais para uma adequada correção. Utilizando mais uma vez Coremas e seus açudes, o fato de haver diferenças quanto à distribuição de terras ao redor deles parece ser simples de resolver. Isso se deve ao fato de que tal diferença é apresentada no documento como um problema de “[...] dupla ociosidade de recursos: a do fator terra irrigável em uma zona onde esse elemento se faz extremamente escasso e a do fator água em uma área onde a ampliação do potencial de recursos hídricos se realizou à custa de enormes esforços” (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 231). Ou seja, um problema não de política fundiária, mas de “[...] maximização do aproveitamento, com agricultura irrigada, dos espaços que, para isso, a construção da represa tornou apropriados” (Ibidem).

Para finalizar, da mesma forma como iniciou seu investimento nas singularidades, Melo dedica seu esforço analítico ao convencimento de que, para os sertões, “[...] o mais importante a considerar é que, em ambos os casos, se aqueles grandes espaços sertanejos não tivessem tido sua hidrografia modificada pela ação humana e se não tivessem tido, em consequência, seus recursos

hídricos consideravelmente aumentados, bem mais débeis seriam seus quadros sócio-econômicos” (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 229).

Embora acredite que tenha ficado nítido até aqui o que Melo entende por “ação humana”, reforço que, pela extensão com que se dedica a dar créditos aos açudes do Dnocs pelas particularidades dos sertões paraibanos, o autor não está se referindo às ações ordinárias das pessoas para produzir na terra e às suas atividades agrícolas desenvolvidas em áreas de vazante, por exemplo. E não é como se eu estivesse, com isso, negando as possibilidades geradas pelos açudes. É um investimento crítico raso e vulgar, diferente também da postura frente à irrigação examinada no próximo Capítulo. No entanto, importa suspeitar as condições que tornam e tornaram possíveis a constituição dessas *áreas de exceções*. No caso de Coremas, isso já foi feito por Lucchesi (2017). De acordo com a autora, a centralidade do açude para a historiografia do município, o seu lugar de “estima” para esta história (Lucchesi, 2017: 143), ilumina-o a tal ponto que, em seu espaço de penumbra, há os campos de concentração e os trabalhos mal remunerados em que foram submetidos à população deslocada pelos açudes (: 117).

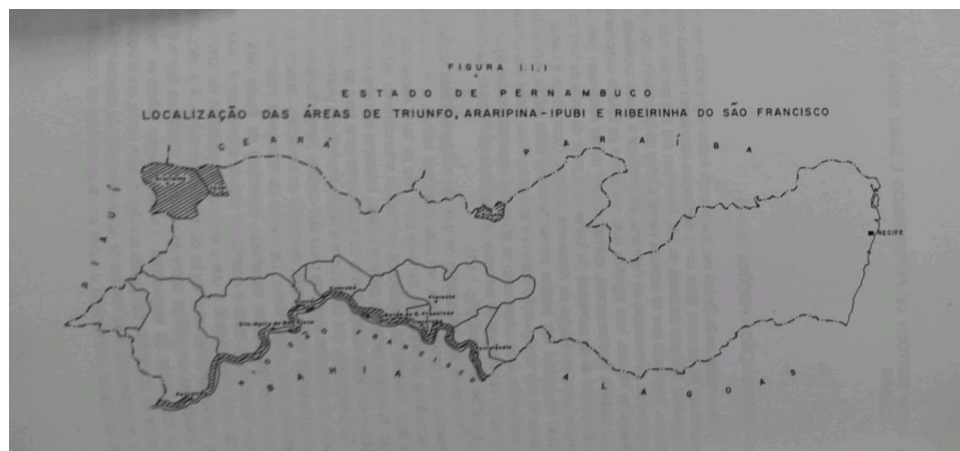
Em suma, esta subseção serviu para, dos casos dos sertões da Paraíba, retirar outro aspecto da definição da excepcionalidade: trata-se também de uma reação às mudanças nessas regiões, suscitadas pelos investimentos em infraestrutura e projetos voltados à modernização do campo (*Áreas de Exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco*, Recife, 1988). Sob essa perspectiva da reação, este livro difere do volume três, cujo investimento, conforme examinado, era apenas no diagnóstico da *regionalização*.

Dessa forma, as *áreas de exceção* são categorias da *regionalização* que se destacam por também serem um conceito utilizado para constituir e caracterizar uma forma positivada e “singular” de desenvolvimento nos alegados espaços dos sertões. As análises dos casos exemplares da Paraíba, como Sousa, Natuba e Cabaceiras, e de Pernambuco, com destaque para Triunfo, Araripina e Petrolina, demonstram isso. Os municípios são reunidos por apresentarem e acumularem, ao longo dos anos, infraestruturas consideradas adequadas para a produção e a comercialização agrícola. Portanto, embora em certos momentos pareça ter no clima, no solo, nos regimes fluviais etc as condições das singularidades, os demais casos expostos a seguir convergem para que se possa entender como uma categoria política-social do espaço, ou, então, político-espacial do desenvolvimento.

2.5.2. As exceções dos sertões pernambucanos

Dividida em três subáreas de Triunfo, Araripina-Ipubi e Ribeirinha do São Francisco, a delimitação das exceções pernambucanas (Figura 9) segue o critério das correspondentes diferenciações internas quanto à capacidade de drenagem do solo, dos recursos edáficos, pluviosidade menos escassa e para a promoção da cultura de vazante e agricultura irrigada. A esta última se refere exclusivamente à caracterização da área ribeirinha do São Francisco.

Figura 9: Mapa da exceção dos sertões pernambucanos



Fonte: Acervo Cercos

Mas antes de avançar para a parte ribeirinha do São Francisco que interessa aqui, é essencial expor um outro atributo correspondente à Triunfo, definida da seguinte forma:

A individualização regional de Triunfo não se limita certamente aos aspectos [...] fisiográficos e ecológicos, [...] ela também se refere a aspectos outros, de caráter especificamente social e econômico. Aspectos esses, da maior relevância não só pela sua natureza, mas também, porque configuram, na área em estudo, a existência de um tipo bastante singular e bem caracterizado de economia e de sociedade. (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 50).

O autor apresenta a “sociedade rural” de Triunfo, no sertão do Pajeú, distinta das “áreas sertanejas pernambucanas” (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 51), em razão da ausência de “contrastes sociais acentuados” característicos da sua

“economia” e sua da “sociedade” (Ibidem). Isto é, se comparada com as fazendas de produção da cana-de-açúcar na Zona da Mata, a “sociedade rural” de Triunfo é organizada por “[...] uma estrutura fundiária acentuadamente fracionada”, isto é, marcada pelo minifúndio (: 50). Sendo, desta forma, positiva por não conter “desequilíbrios sociais” entre a sua população (: 49-50). A razão disso parece ser, segundo Melo, o estabelecimento do “sistema cana-policultura”, voltado para o abastecimento interno e para a fabricação da rapadura (: 44).

Esse caso mostra a filiação por oposição entre as *áreas de exceção* e as *plantations*. O cenário quase ideal exposto por Melo reflete o imperativo do subdesenvolvimento via *regionalização*: resolver ou contornar os “desequilíbrios” (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 68), conforme apontei no início deste Capítulo ⁴⁷. Se na Zona da Mata Pernambucana a tensão sobre a terra é um empecilho para o perfeito equilíbrio entre a produção dos engenhos e os seus meios e recursos, no sertão do Pajeú parece haver, para esta perspectiva, uma alternativa do investimento público na cana-de-açúcar sem a preocupação com a demanda por terra e melhores condições de trabalho. Cenário este típico na confecção das tramas políticas e das greves nos engenhos (Sigaud, 1980).

Antes que o leitor se incline a aceitar essa alternativa e, assim, com razão, não compreenda o problema dessa classificação de Triunfo e seus minifúndios, retomo mais uma vez o desejo desenvolvimentista pela *área de exceção*. Como apontei na página 87 deste Capítulo, as *plantations* representavam para a *regionalização* o perigo do conflito pela e na terra. Ativar as manchas de exceção seria, dessa forma, estratégica para intensificar a produção, no molde da modernização, nas áreas de *vazios*. Assim, a ausência de “desequilíbrios” não é senão uma forma positivada de caracterizar os *vazios*. E que, por sua vez, habilita esses *vazios* como espaços virtuais sem conflitos. Isso não quer dizer que não haja, ou então que os dispositivos desenvolvimentistas creem nessa possibilidade. Mas sim que esse esforço criativo de produzir e habilitar *vazios* como *áreas de exceções* é necessário para contornar o famigerado subdesenvolvimento.

Dessa forma, é possível afirmar que as *áreas de exceção* compreendem, até o momento, três singularidades: i) as condições “naturais” para o “melhoramento” do uso das terras, apresentadas, mas que não são fator suficiente para a sua classificação; ii) operam em contraste

⁴⁷ Quase ideal porque o autor cita problemas como baixa taxa de alfabetização e poucas unidades de atendimento médico disponíveis (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 51), apesar de não as utilizar como fator fundamental para sua análise.

com as zonas de *plantations*, e, por isso, são consideradas relativamente neutras em relação a conflitos ou tensões sociais; e iii) são categorias reativas aos resultados dos investimentos públicos em infraestrutura e programas voltados para a modernização agrícola. Quanto ao segundo aspecto, ao contrário da imagem de sertão perigoso e desordenado, como examinado por Villela (2011), citado em outro momento desta dissertação, as *áreas de exceção* se comportam como verdadeiras anomalias positivas dos sertões para o pleno avanço do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, também é possível entender que, se não é de inteira positividade, ao menos elas indicam a prospecção do desenvolvimento por um espaço livre para a instalação de suas máquinas, de seus técnicos e de suas construções, conforme o parágrafo anterior.

Feito esse breve resumo das características das *áreas de exceção* apreendidas até agora, passo para a região ribeirinha do São Francisco, última parada aqui examinada da excursão virtual pela *regionalização* do desenvolvimento. O subtópico a seguir pretende além de expor a forma como essa região foi classificada, apresentar o esforço teórico em que os documentos aqui se apoiam para tornar as *áreas de exceções* à regra do desenvolvimento.

2.5.3. Força de exceção

A área ribeirinha do São Francisco inclui os municípios de Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Cabrobó, Petrolina, Floresta, Belém do São Francisco, Itacuruba e Petrolândia. Para esta região o rio é elemento que se destaca por dois motivos: i) as condições climáticas, ou condicionamento climático, pouco a difere do restante da região na qual está circunscrita; e ii) e pelas condições de e do desenvolvimento da lavoura irrigada (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988). Em outras palavras, esta caracterização da *área de exceção* se dá por meio da valorização do rio em meio ao semiárido. A parte ribeirinha, portanto, se destaca pela aproximação e uso do Rio São Francisco para as atividades agrícolas:

Esta é a Região Ribeirinha do São Francisco, área de exceção no contexto das áreas semi-áridas do Nordeste, muito mais em função da presença do grande rio, do que por razões de ordem climática. Aliás, a área de exceção nessa região ribeirinha é mesmo a de influência direta do rio, pelo que representa esse manancial para a vida das populações ali residentes. Poder-se-ia dizer que a, no máximo, uma dezena de quilômetros de distância das margens do São Francisco nada mais há de excepcional na região. (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 104)

O principal atributo de diferenciação seria, portanto, o rio São Francisco. No entanto, como aponte nos parágrafos anteriores, somente as condições tidas como naturais não são suficientes para o enquadramento como *área de exceção*.

Em outro momento, o autor apresenta a função do rio para as populações ribeirinhas. Apesar de expor com certo grau de importância as atividades de pesca, da agricultura de vazante e para a criação de animal, o que confere a especificidade do São Francisco é a “vocação” para servir   irrigação (* reas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 110). Para apoiar sua ideia, Melo menciona, durante sua exposição, os alegados sucessos dos Projetos Públicos de Irrigação nas regiões de Petrolina e Juazeiro. Desde o Projeto Bebedouro, considerado pioneiro, até o Projeto Nilo Coelho, cujas expectativas em relação ao novo projeto inserido no Programa de Irrigação do Nordeste (Proine) não poderiam ser melhores (Ibidem). Assim, a singularidade dessas terras seria “[...] o fato de possuir, como fonte básica de sustento de sua população, a lavoura irrigada” (: 106). A campanha em favor da irrigação continua quando Melo confere   exceção do São Francisco um destino irreversível: “viabilizando-se a irrigação e em presença de solos irrigáveis, são praticamente ilimitadas as opções agrícolas dessa região, pois o clima semiárido quente é, de longe, a melhor ‘ecologia’ para a produção agrícola irrigada” (: 105).

Antes que se possa condená-lo pelo mesmo pecado dos trabalhos acerca da irrigação no Submédio que suspenderam a ocorrência da construção da barragem de Sobradinho, como apenas uma questão infraestrutural (Cf.: Cap.I), Melo não poupa esforços para elevar os então ganhos gerados pela hidrelétrica. Mas, sobretudo, e reside aqui seu mérito analítico, porque sem a barragem o espaço previsto e destinado nos esforços do GTDN (1959) de tornar a irrigação parte da solução para dita agricultura de subsistência no semiárido ainda estaria sendo ocupado pela agricultura de vazante, de sequeiro e com a criação de animais (: 107).

Quanto a isso, o mérito da irrigação, esta que sempre se apresentou no horizonte das políticas da Sudene, foi ter transformado a vasta região ribeirinha pernambucana em um caso exemplar de superação da imagem do rio São Francisco, atrelada ao pastoreio, para um uso intensivo voltado à agricultura. Apesar do meu esforço para sintetizar o entusiasmo da reação contida no documento, basta oferecer ao leitor as próprias palavras de seu autor, que narra como a louvável mudança atingiu o sertão do São Francisco:

Passa-se subitamente desse quadro verdadeiramente subdesértico - não apenas em relação ao meio ecológico e às formas de uso da terra, mas, também, no tocante à densidade do povoamento - para uma área que, sob o condicionamento de outro complexo ecológico, se caracteriza essencialmente pela elevada densidade de uso e de ocupação do espaço. Área cujos contrastes, em relação ao pediplano seco, muito se acentua, por um lado, porque sua população se sustenta praticamente apenas por meio da atividade de lavouras (e não de criatório) e, por outro lado, também pelo tipo de agricultura nela existente. Em vez, com efeito, do rudimentarismo das formas extensivas primitivas dos tradicionais sistemas de uso da terra, generalizados na hinterlândia nordestina, vemos agora, ao se tratar das terras dos sertões pernambucanos ribeirinhas do São Francisco, uma agricultura intensiva, feita à base de acumulação de trabalho e de emprego de processos produtivos evoluídos. E, para acentuar ainda mais o contraste, temos na base dessa outra tecnologia agrícola, o uso abundante da água. (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 108)

O “contraste violento” entre o sertão nordestino como um todo e o sertão do São Francisco parece ocorrer justamente quando este rompe com o que se definiria como a regra do *hinterlândia*: a configuração de uma sociedade rudimentar e desértica - no sentido de povoamento, de fontes de água e no sentido económico (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 108). Desse contraste, arrisco-me a fazer outra definição das *áreas de exceção*. Até aqui, apresentei três elementos que as constituem: i) essas áreas não são classificadas assim apenas pela ocorrência de condições naturais consideradas adequadas, e, em alguns casos, essas condições têm pouca relevância para sua definição; ii) por serem regiões emergentes, sua positividade reside na virtual neutralidade do conflito por terra, um aspecto habilitado dos *vazios*; e iii) são reações aos esforços de torná-las ainda mais singulares. O terceiro elemento que ousou afirmar que elas compartilham em comum, ao menos aquelas situadas nos chamados *hinterlands*, é o fato delas servirem de regra para o desenvolvimento.

Digo isso porque o esforço de Melo não pode ser resumido apenas como efeito de caracterização desses espaços. O seu investimento a partir da *regionalização* na *área de exceção* se trata de uma força teórica para transformar esses exemplos singulares de ocupação e produção agrícola em modelo para o desenvolvimento. Quanto a isso, esta definição já estava explícita nas primeiras páginas desta seção (Cf.: 95-96). No entanto, o risco que eu assumo é fazer a partir desta definição a forma como o desenvolvimento irrompe nos chamados sertões. Segundo o caso da região ribeirinha do São Francisco, o que se descreve no exame desta área é precisamente uma força de exceção. Isto é, um “contraste violento” capaz de tornar a caatinga, antes um bioma

“indiferente” e “pouco aproveitado” (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 104-105), no espaço privilegiado para o cultivo da agricultura irrigada. E que por meio da barragem e da irrigação irrompe o “primitivismo” dos sertões (: 108).

Assim também, no livro *Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento* (1994), citado no Capítulo anterior, Molle mobiliza uma extensa discussão acerca das construções e utilizações dos açudes no Nordeste. Produzido no final da década de 1980 e início de 1990, a pesquisa do autor cultivava os primeiros frutos dos investimentos em irrigação dos governos militares e do Proine. Embora a ênfase tenha sido os açudes, que representam 'o colossal e repetido esforço do sertanejo na sua luta contra a adversidade' (p. 11), o exame de Molle desemboca em sua expectativa de se constituir, evolutivamente, uma “civilização do canal”, conforme aponte no primeiro Capítulo. Esta é apresentada como um modelo democrático de acesso à terra e aos seus produtos, que, somente pelos dispositivos necessários da “lei” e pelos “meios coercitivos de ação” (p. 140), poderia ser implantada a irrigação para o “homem do campo” (p. 141). De forma similar é feita também por Melo. De acordo com o autor, para responder aos problemas de produção dentro dos Perímetros Irrigados ocasionados pela “falta de preparo dos colonos”, o autor alude ao controle e seleção da Codevasf sobre os irrigantes como solução (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, Recife, 1988: 110).

Por fim, gostaria de encerrar este meu segundo esforço analítico que compreende o Capítulo propondo um paralelo, uma ideia que me acompanhou durante as fases finais da pesquisa, quando a *área de exceção* se tornava uma força cultivada por esses intelectuais engajados em responder ao famigerado subdesenvolvimento. Os programas produzidos pelo Geida durante a Ditadura foram responsáveis pela ampliação e pela implantação da irrigação no Nordeste. Graças aos empreendimentos aprovados e construídos durante o governo de Geisel, sobretudo, a solução da irrigação para o subdesenvolvimento das regiões semiáridas fixou como uma das principais medidas adotadas para o melhoramento do campo levada sem suspeita pelos ventos da democracia. Um efeito político dos governos militares que até pouco tempo não despertava interesse nos estudos acerca da relação nebulosa entre democracia e ditadura no Brasil, segundo conta Viana Junior (2020), a qual tratei, ainda que de modo introdutório, no texto apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Bezerra, 2024). Posto isto, é inevitável

não reagir à coincidência escolha de palavra para designar regiões prometidas ao desenvolvimento. Seriam as *áreas de exceções* um trunfo insuspeito do Estado de exceção?

Em parte, é sobre isso que se trata a análise do arquivo da libertação no próximo Capítulo. A partir deles é possível pôr os devidos contrastes entre os esforços que pretendem gerar *áreas de exceções* e o seu encontro com o conflito, a resistência de comunidades e grupos religiosos que têm algo a mais a dizer a respeito das exceções e a solução da irrigação.

Interlúdio II - A passagem

O ser humano, em sua essência instável, da natureza da poeira que sobe, não suporta grilhões; se ele mesmo se acorrenta, começa logo a sacudir loucamente os grilhões e a atirar aos pedaços para todos os pontos cardeais muralha, cadeia e a si próprio.

(Durante a construção da Muralha da China, Franz Kafka)

Escrevo esta passagem entre os capítulos da mesma forma como cheguei ao arquivo da Libertação, movida por uma inquietação: sair do *vazio* dos registros geográficos. Se houvesse alguma parte dessa caatinga povoada e que tivesse nas suas próprias palavras a sua força, outros arquivos, assim como veredas, deveriam ser abertos.⁴⁸

*

Dito isso, a chegada nos arquivos da diocese evidenciou, de antemão, as diferenças quanto ao arquivo da Sudene.

Primeira parada

No dia 22 de setembro de 2023, o meu primeiro dia no Acervo Dom José Rodrigues foi mediado pelo Dr. Francisco de Assis Silva, professor da Universidade Estadual da Bahia. O Prof. mostrou toda a sala, apresentou o sistema de controle das visitas ao Acervo - um caderno com as colunas: 1) assinatura, 2) data e 3) filiação institucional - e passou algumas medidas necessárias para as visitas que seriam constantes a partir dali. Como o cadastro no sistema da biblioteca da Uneb, local que abriga o Acervo (Cf. Introdução), e algumas outras informações para manter organizada a sala e os documentos, pois, imaginamos, é muito mais fácil perder de vista um documento do que encontrá-lo, sobretudo quando se procura. O acervo é uma biblioteca e hemeroteca de tamanho médio (Cf.: Figura 10). À primeira vista, a hemeroteca se destaca em um dos lados, muito bem organizada e exibida ao público, perto de prateleiras com pastas quase

⁴⁸ Este interlúdio, diferente do primeiro, não é uma cena etnográfica, e sim um conjunto delas, abrangendo os dias que se passaram desde a minha entrada no arquivo da Libertação, especialmente da CPT. Esta entidade com a qual tive mais contato com a equipe de agentes.

todas etiquetadas. No mesmo dia da minha primeira visita, ao abrir essas pastas, percebi que havia muito mais fragmentos da hemeroteca entre os documentos. Isso significa dizer que compõem a diversidade de material do Acervo recortes de jornais e revistas, alguns rabiscados, sublinhados, outros sobrepostos aos documentos por meio de grampos.

Ainda sobre a estrutura, com mesas de estudo em suas extremidades, a sala criada para realocar a antiga biblioteca construída por Dom José é a mais funcional possível, embora não posso falar com certeza se a nova instalação é comparável àquela que pertencia à diocese (Cf.: Figura 11). Ainda no Acervo, os livros estão separados por temática - religião, literatura, educação popular, história geral, e dos municípios etc - provavelmente mantendo a mesma organização que havia antes, conforme eu pensava na época. No entanto, como o leitor poderá constatar por si mesmo no próximo Capítulo, dei pouca ou nenhuma atenção aos livros a partir daqui. Eu não estava, pois, apenas saindo dos *vazios*, como também procurava outras formas de registro.

Figura 10: Parte do Acervo D. José Rodrigues



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Figura 11: Antiga biblioteca da diocese de Juazeiro



Fonte: Assis Silva, 2020: 54

Ao final da visita guiada, retornamos ao objetivo pelo qual nos trouxe até lá: documentos acerca da irrigação do Vale do Submédio São Francisco, com ênfase na implantação do Projeto de Irrigação Massangano. Esta era a minha proposta de pesquisa inicial, como havia dito na Introdução, cuja apresentação teve que ser feita para a minha melhor orientação no arquivo e para a do guia com relação às minhas expectativas e objetivos. Todo o material reunido ao longo do bispado de Dom Rodrigues quanto ao tema pôde ser condensado em seis pastas mais um aviso dado pelo Prof. Assis Silva a mim. Ele liberava-me para explorar cada pasta, livro e documento do Acervo, alertando, no entanto, que mesmo percorrendo o tema da irrigação eu não estaria dispensada de abrir outras pastas e documentos que contribuíram para compreender a experiência de camponeses e agentes pastorais, e mobilizar a população do São Francisco nos anos após a construção da barragem de Sobradinho. A começar pelos exemplares dos boletins *Caminhar Juntos* e *Caminhando*, dispostos em ordem cronológica em uma das estantes, encadernados em capa dura. Na lembrança que tenho desse dia, mais para mim do que para o Prof., certamente, toda a biblioteca parecia começar e terminar nas prateleiras dos boletins⁴⁹. A

⁴⁹ O leitor entenderá este ponto logo nas primeiras seções do próximo capítulo. Apresentarei os boletins e como eles nos ajudam a localizar o problema dos efeitos da irrigação para a caatinga na resistência dos camponeses, e dos agentes pastorais e diocesanos.

partir daí, tive a sala livre para explorar durante todas as minhas visitas, mas somente nos últimos dias me detive exclusivamente naquela última estante apresentada.

Previamente apresentado e, sem dúvidas, com muitos acertos na organização de materiais tão diversos, fui conhecendo o Acervo em sua diversidade documental. Em alguns momentos pensava estar indo bem nas minhas buscas. Contudo, em outros, as visitas pareciam dias perdidos. Minha única tarefa era, no Acervo, encontrar o material que seria o contraponto aos registros dos documentos da Sudene. Na época ainda não estava nítido que, de certa forma, ele próprio seria o contraponto.

Somente mais tarde, na revisão bibliográfica, descobri que a organização do Acervo foi iniciada ainda em 2012, um ano antes da transferência ter sido efetivada. A comissão responsável por organizar e planejar a doação era composta por professores da Uneb, sendo presidida pelo Prof. Cosme Batista, que liderava a equipe formada pelos Profs. Ana Lilian dos Reis, Gerlucé Guimarães Lustosa, Aurilene Rodrigues e o próprio Francisco de Assis Silva (Silva, 2020: 67)⁵⁰. Com a instalação do Acervo na Uneb, outro projeto composto pela comunidade acadêmica e por voluntários de fora da universidade foi suscitado para a higienização e, posteriormente, para a reorganização do material segundo as normas de catalogação utilizadas pela Uneb (Silva, 2020: 70).

Assim, a biblioteca foi reerguida por muitas mãos que a transformaram no Acervo Dom José Rodrigues. Mãos anônimas que tiveram não só que higienizar, mas selecionar quais materiais seriam mantidos e quais seriam descartados, segundo nos conta sem muitos detalhes Assis Silva (2020: 68). Essa omissão dos detalhes que envolvem o processo de realocação não é, em nenhum aspecto, uma falta no trabalho de Assis. Pelo contrário, como participante ativo e também um dos personagens relacionado às atividades da diocese durante o bispado de Dom Rodrigues, como veremos no próximo Capítulo, a força da sua tese é mostrar ao leitor o que tem de precursor no trabalho de comunicação e educação - da diocese - para o campo da Educomunicação. Dessa forma, não há dúvida de que a transferência para as instalações e a coordenação da Uneb foram positivas não somente para propiciar os objetivos e os meios dos trabalhos de pesquisadores de jornalismo e educação como o do Prof. Francisco, como também para todos aqueles que se dedicam a examinar o presente da região do Submédio à luz de seu

⁵⁰ Segundo Assis Silva (2020), a comissão instaurada pela Resolução nº 735/2012, de 27 de novembro de 2012, era responsável por viabilizar a transferência da biblioteca, realizando, para isto, pesquisas e reuniões com o Bispo Dom Geraldo (: 67).

passado⁵¹. Essa posição privilegiada, portanto, difere de alguns casos de pesquisa em documentos e arquivos sob condições extremas, ao qual arquivos e bibliotecas públicas ou de instituições governamentais estão sob risco de extinção, seja por mudança na direção institucional, redução de funcionários, alterações nas diretrizes políticas, ou, no mais dramático dos casos, desligamento das atividades. Para ficar somente com dois desses casos, cito o trabalho de Lucchesi (2017) com os documentos do Dnocs, e o de Villela (2004) com os registros oficiais dos agentes de segurança no estado de Pernambuco na Primeira República. Tanto a primeira quanto o segundo experimentaram em suas pesquisas, embora de modos distintos, o desafiante processo de abertura de documentos em situação precária e, nos casos mais graves, de completo abandono pelas respectivas instituições responsáveis.

Segunda parada

Em 07 de dezembro de 2023, meu primeiro dia no arquivo da Comissão Pastoral da Terra, a mediação foi por conta do Prof. Adalton Marques e da agente pastoral Marina Rocha. Não era um prédio espelhado e comercial, como o da Sudene, nem se assemelhava a uma biblioteca dentro de uma universidade. Mas uma construção como qualquer outra de Juazeiro: um prédio geminado em uma rua estreita no centro da cidade. Uma porta de ferro que dá para uma escadaria estreita e com degraus salientes leva ao primeiro andar. Ao final do corredor a porta que leva ao escritório da Comissão Pastoral da Terra.

O escritório é o arquivo e o arquivo é o escritório, embora os documentos se estendam até uma sala secundária, mais próxima da cozinha e do único banheiro. Tudo nele - o escritório/arquivo - parecia provisório e disposto a armazenar o máximo de material que ia se acumulando com o passar das atividades dos agentes e assessores, sejam elas meramente administrativas ou, como habitual, políticas. Boa parte dos documentos ficam em prateleiras ou pilhados um por cima dos outros, organizados em caixas e pastas, segundo região da qual correspondem, tema, ano ou tipo de material. Mas há também aqueles armazenados nas estantes e gavetas. Além dos documentos, tem-se livros, teses, revistas, embora em quantidade inferior comparado ao do Acervo Dom Rodrigues. Todos, no entanto, ficam na parede lateral à porta de

⁵¹ Refiro-me ao trabalho de mestrado em História de Leilane Matsushita, que trata dos efeitos da barragem de Sobradinho na saúde. No período em que escrevo esta dissertação, o trabalho final de Matsushita ainda não se encontra disponível. Contudo, também faço referência ao grupo Cercos e seu interesse diacrônico pela luta e pelo conflito em torno das águas e das terras do sertão sanfranciscano (Cf.: 14).

entrada. Do outro lado, três mesas dispostas para os agentes e eventuais visitas. Esta descrição é da sala principal. O nome é como eu a chamo, porque o dia-a-dia dos agentes acontece lá, além de ser o local de reuniões e encontros. Mas também porque há uma segunda sala, esta que chamei de secundária logo acima, local de inúmeras caixas e documentos menos utilizados. A poeira e os lacres em cada um deles denunciavam que haviam sido manuseados sabe-se lá quando.

Foram esses, no entanto, os que mais utilizei. Ao passar das minhas idas ao arquivo, varrer a poeira, retirar os grampos que danificaram os papéis mais sensíveis foram cuidados necessários que se somavam ao tempo de leitura desses documentos.

Minha entrada no arquivo da CPT também foi acompanhada por uma necessidade extemporânea à pesquisa. Desde que o escritório da Comissão foi realocado da diocese na pandemia, em 2020, o arquivo se perdeu na própria tentativa de reorganização. Enquanto passava de caixa em caixa, de pasta em pasta, descobri que aquelas mais empoeiradas eram as mais organizadas. Não havia muitos documentos intrusos, isto é, que nada tinham a ver com a ordenação da pasta ou caixa. Para os interesses da CPT, era necessário apenas catalogar seus conteúdos. Assim fiz durante minhas visitas, seguindo um método improvisado - e emergencial - de abrir, limpar, organizar e catalogar, o que não me permitia ler com a atenção que alguns dos documentos mereciam. Boa parte das minhas visitas teve como objetivo garantir o mapeamento da documentação e registrar, com a câmera do celular, os papéis que seriam lidos detidamente em casa.

O período que trabalhei na organização foi breve, embora penoso. Era preciso não só organizar, como também tirar o que parecia ser “desnecessário”. A “bagunça”, como foi definida pelos agentes após o realocação do arquivo da CPT, exigia uma sensibilidade de qual seria aquilo que deveria permanecer na luta e aquilo que deveria ser, por uma questão de espaço, retirado do arquivo. Só agora, enquanto escrevo este interlúdio, percebi que eu estava fazendo o trabalho dos técnicos da Sudene. Recorri algumas vezes à Marina para saber se quais documentos poderiam ser jogados fora ou não, ou se eu poderia alocar documentos de uma pasta ou caixa para outra. E penso que, talvez, em algum momento minhas sugestões pudessem ter soado absurdas para ela, tal como o técnico da Sudene.

Figura 12: Estante da sala secundária, CPT-Juazeiro



Fonte: acervo pessoal, 2023

Capítulo III - Arquivo da libertação

Se no segundo Capítulo as projeções afirmavam a excepcionalidade das terras do São Francisco, este terceiro e último servirá para descrever formulações e reações quanto aos efeitos da inscrição dessas terras no planejamento de políticas públicas de irrigação. A documentação aqui apresentada foi elaborada pelas comunidades atingidas por esses projetos e por agentes pastorais e diocesanos, que ofereceram apoio e suporte à resistência de uma população frequentemente esquecida nos registros oficiais, como vimos no segundo Capítulo, embora constantemente controladas pelas políticas de desenvolvimento.

Dessa forma, neste último Capítulo, não abordarei mais projeções, prospecções ou diagnósticos sobre os *vazios* e suas *exceções* pelo discurso geográfico de *regionalização* convocado nos livros da *Série Estudos Regionais*. Também não optei pelo exame de uma única unidade discursiva assim como fiz para a análise do arquivo da Exceção. Como mencionei na Introdução, aqui privilegiei tipos documentais ainda mais distintos dos apresentados no segundo Capítulo. Além disso, somada a essas diferenças, convocarei documentos que se referem a distintas comunidades, situações, efeitos e alianças que nasceram da preocupação dos agentes diocesanos e pastorais com a emergência dos problemas sociais e fundiários pelo cercamento e pelo controle das terras da caatinga. Esta heterogeneidade, manifestada em dois níveis, forma e conteúdo, longe de ser uma descrição fragmentária dos efeitos da irrigação ou mesmo dos arquivos da diocese e da CPT, será tratada aqui como um conjunto discursivo pela libertação contra *feras* e *bestas-feras*. *Seres* frequentemente descritos como autoritários e apocalípticos, que impõem sacrifícios e encurralam pessoas, animais, terras e mortos na caatinga do São Francisco. Abriremos, portanto, a última frente de força da relação entre os arquivos.

Para isso, por uma resolução de ordem metodológica e de estratégia de exposição, dividi o Capítulo em três partes levando em consideração a localização do problema da irrigação nos arquivos a partir dos tipos de documentos. Assim, as seções maiores se dividem a partir: 3.2) dos boletins informativos da diocese e da CPT; e 3.3) das cartas, dos relatórios e de outras fontes de registro das comunidades e dos trabalhadores rurais da irrigação. No entanto, como os assuntos tratados em torno da irrigação também variam no interior dos tipos documentais, tratei

as subseções com certa autonomia convocando outros documentos - até mesmo aqueles inéditos, não apresentados nas seções anteriores - para compor o argumento apresentado em cada uma delas. O desenho das subseções constitui as seguintes temáticas: 3.2.1) as primeiras reações - positivas - da experiência da irrigação a partir do Projeto Bebedouro; 3.2.2) a mudança da reação com o fim da construção de Sobradinho, e os problemas de reassentamento e da desapropriação das terras da caatinga pela Codevasf; 3.3.1) os danos causados ao manejo dos animais pela construção dos canais de irrigação; e 3.3.2) outros efeitos na mobilidade das comunidades e no manejo da terra.

Antes de iniciar, assim como fiz no Capítulo anterior, é importante destacar o *lôcus* das formulações, sejam elas enunciadas ou não pela diocese e pela CPT. Na seção 3.1, farei uma apresentação sumária da constituição dos arquivos sob a influência da doutrina da Teologia da Libertação da Igreja Católica. O objetivo com isso é localizar o lugar da irrigação na experiência de resistência dos povos do Submédio São Francisco de uma forma geral, para, depois, discorrer com maior ênfase na resistência frente aos efeitos dessa política.

3.1 Como um povo faminto pode ser Igreja?

Esta é uma pergunta extraída do folheto “Vamos participar”, produzido para a divulgação da Assembleia Geral Diocesana em Carnaíba do Sertão, Juazeiro, no ano de 1984. Utilizo-a como exemplo para especificar a ordem discursiva presente nos documentos aqui convocados. O folheto em questão pretendia mobilizar as comunidades para participarem da assembleia que discutiria os seguintes pontos: 1) “Por que estamos passando fome de pão?”; 2) “Por que estamos passando fome de saber?”; e 3) “Por que estamos passando fome de saúde?” (*Folheto Vamos Participar*, Juazeiro, 1984). Em muitos momentos, os documentos abertos eram convidativos, críticos e incisivos. As assembleias dispunham dos principais documentos da década de 1980, realizadas anualmente no mês de novembro. Esses documentos eram constituídos de relatórios, folhetos, folhas de cânticos e, não raras vezes, questionários, que preparavam o material a ser discutido durante os encontros. Faziam parte dessas assembleias trabalhadores rurais, agentes e o clérigo da diocese, além de representantes de sindicatos e associações. Nelas, procurava-se reunir as comunidades para discutir problemas específicos e gerais, com o objetivo de refletir em torno da questão: “Diante disso, como um povo faminto pode ser Igreja? O que estamos fazendo? E o que podemos fazer ainda?” (Ibidem).

A assembleia de 1984 discutiu, em específico, alguns dos temas centrais que estavam na ordem do dia, como os problemas enfrentados pela persistente seca que havia começado em 1979 e a grilagem das terras em torno do lago de Sobradinho e das terras da caatinga. As expressões “fome de saber”, “fome de saúde” e “fome de pão” representam, assim, os efeitos na saúde da população, na produção de alimentos devido à seca e na falta de estrutura e de professores nas escolas públicas das agrovilas dos projetos de irrigação e das cidades, respectivamente. Com mais de 150 participantes, segundo a organização da assembleia (*Mensagem do Bispo Dom José*, Juazeiro, 1984: 01), a mensagem de abertura foi como de costume feita pelo bispo Dom Rodrigues, que deixou claro a “prioridade dos trabalhadores rurais para a diocese” desde sua chegada em 1975 (Ibidem). Dirigidas a eles, as notas das assembleias traçam o esforço de síntese e reflexão sobre os problemas levantados pelas comunidades e discutidos publicamente, como se observa na seguinte passagem sobre a primeira assembleia geral, em 1981:

Estamos conscientes de que a assembleia não terminou pois ela não é um fato ou acontecimento isolado e fechado no tempo mas uma *atitude nova* que deve ser conquistada por todos no compromisso coletivo de transformação dessa sociedade injusta e opressora em que vivemos. [...] Nos dias 06 a 08 de novembro de 1981, após muitas lutas, no mesmo local, 151 trabalhadores de 7 municípios da Diocese de Juazeiro, junto com 24 agentes, assessores e convidados, realizavam a sua 1ª Assembleia Geral e decidiram que outras virão, marcando outras etapas da caminhada. (*Boletim Caminhar Juntos*, Juazeiro, 1981; grifo em itálico feito por mim).

Essa “prioridade” e essa “atitude nova” da diocese estão associadas à preocupação de “como um povo faminto pode ser Igreja?”, que se reflete nos documentos de mobilização como um dever político dessa nova Igreja. Além disso, pode-se afirmar que não se trata apenas de documentos que registraram as assembleias e as mobilizações, mas de uma documentação que expressa a preocupação em como mobilizar em favor e ao lado dos trabalhadores rurais. Em outro contexto, especificamente na Zona da Mata pernambucana, o registro de Sigaud (1980) sobre a greve dos engenhos de 1979, apesar das diferenças entre os casos, apresenta um interessante exercício de análise desse tipo de documento. Na ocasião, em campo, a antropóloga menciona como os panfletos, embora limitados pela alta taxa de analfabetismo entre os

trabalhadores, se tornaram “um símbolo da luta pelos direitos” (: 23), cuja função era “convocar os trabalhadores para a assembleia” (22-23). Nota-se nessas linhas que o que eles registram, quando colocado dessa forma, é uma prática discursiva destinada a mobilizar agentes específicos. Ou, pelo menos, é esse o valor que desejo atribuir a eles. Esse “como” político-religioso é o que examinarei a seguir.

3.1.1 A “opção pelos pobres” na diocese: metodologia e produção da biblioteca

A Teologia da Libertação foi fundamental para as ações da Igreja e das pastorais em Juazeiro nos anos de 1970 e 1980. Sabe-se, no entanto, que a Teologia assume, precisamente, uma espécie de enunciado político cujo domínio ultrapassa os limites da diocese e, de certa forma, dos seus arquivos, como veremos a seguir.

De forma breve, apontei em outro momento - no Capítulo I - a relação entre os problemas causados pelo desenvolvimentismo aqui examinados e a expansão da fronteira agrícola e energética na Amazônia. Não é novidade, nem exagero, afirmar que o Nordeste e a Amazônia compartilharam muitas semelhanças, tanto na transformação de suas bases produtivas e sociais durante o período da Ditadura Militar quanto nas formas de resistência de suas populações. Em ambos os contextos, sob a violência política dos Governos Militares, a formação dos agentes clericais foi direcionada para o enfrentamento dos problemas levantados pelas comunidades por meio das paróquias. Surgiram as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), grupos fundamentais para a relação entre clérigos e leigos, reunidos em torno da fé cristã e da transformação social. A “metodologia” das CEBs “possibilitava a participação de todos e motivava o grupo para uma reflexão profunda sobre o texto e a realidade histórica”, segundo Delgado e Passos (2014: 123). Nessas reuniões, criavam-se articulações entre militantes e religiosos em diversos campos, cujo principal efeito foi a posição de destaque dos leigos nas atividades e organizações da Igreja, especialmente se comparada à sua anterior posição subordinada à hierarquia clerical nos anos de 1940 e 1950 (Ibidem). As CEBs, portanto, marcam um dos pontos de inflexão na relação entre a Igreja e a comunidade⁵².

⁵²Para compreender essa mudança, Delgado e Passos (2014) fazem uma síntese da postura da Igreja Católica no Brasil desde a Primeira República até os anos de 1970. Um sobrevoo que passa por uma Igreja dominada pelo conservadorismo e distante das questões sociais no primeiro momento, a um comprometimento com a “justiça social” e a “paz” durante a Ditadura. Para uma análise mais pormenorizada, ver a pesquisa de Mainwaring (1989).

No centro dos problemas da Amazônia, o lançamento da “Carta de Dom Pedro Casaldália”, em 10 de outubro de 1971, é, talvez, o mais importante dos documentos redigidos na época para a região. Na carta, o bispo de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, denunciava o trabalho escravo e a ação de grileiros, além de defender a ideia de uma “Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” (*Cópia da Carta de Dom Pedro Casaldália*, Juazeiro, 1971). Assim, foi lançado o compromisso social e político da Igreja em relação à exploração da terra e da mão de obra promovida pelas políticas de colonização e desenvolvimento. As ações subsequentes demonstram a abrangência dos setores e das práticas da Igreja Católica na concretização deste compromisso social, com destaque para as resoluções nacionais: i) em 1972, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); e ii) a criação da Pastoral da Terra, entre os dias 19 e 22 de junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, em Goiânia-GO. Já na América Latina, de maneira geral, é com a “Carta de Puebla”, resultado da Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que a “opção preferencial pelos pobres” se tornou um consenso para o programa da Igreja Popular (Menezes Neto, 2007: 334), sendo considerada uma “exigência da fé cristã e um compromisso com a justiça social” (Carta de Puebla, 1979). Esse movimento representou um compromisso com a constituição da chamada Igreja Popular.

Em linhas gerais, a Igreja Popular tratava-se de um projeto que se opunha à Igreja Tradicional (Delgado, Passos: 114, 2014), visando promover ações setoriais e gerais direcionadas para a realidade social dos países da América Latina, sobretudo no enfrentamento das tensões entre Estado, latifundiários, trabalhadores rurais e urbanos, povos indígenas e outros grupos marginalizados. Esse engajamento dos setores da Igreja no Brasil, sobretudo no Norte e Nordeste, tinha como inspiração o Concílio Vaticano II, entre 1962-1965, convocado pelo Papa João XXIII para firmar as bases sociais da Igreja “comprometida” com a “justiça e a paz” (Passos, 2014). E a “Conclusão de Medellín” (1968), documento resultado do desdobramento do Vaticano II. A respeito do que é o programa, convoco as palavras do teólogo e filósofo Frei Leonardo Boff (1982), um dos nomes da Teologia da Libertação no Brasil, para quem a Igreja Popular seria “ [...] uma expressão da fé que brota do povo, que se organiza e se articula em torno de suas necessidades e esperanças” (: 80).

No âmbito de Juazeiro, é possível encontrar materiais referentes à Teologia da Libertação, como um exemplar da “Carta de Puebla de 1979”. As referências quanto à postura da

diocese e suas pastorais sob o bispado de Dom Rodrigues são ainda mais explícitas nesse sentido. Em 16 de fevereiro de 1975, Dom Rodrigues (1975-2002) assumiu o cargo de novo bispo de Juazeiro, em substituição a Dom Tomás Murphy (1963-1973), que se afastou por motivos de saúde⁵³. No ano seguinte, em 1976, conforme veremos na próxima seção, ele criou o boletim informativo da diocese, *Caminhar Juntos*, alinhado às novas diretrizes de ação proclamadas no Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, que destacou o papel da comunicação para a Igreja Popular (Puntel, 2021). Além disso, em 1976, foi criada a Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro, a primeira do estado da Bahia, cuja a formação dos seus agentes data de 1977.

Este conjunto de arquivos representa uma força para a libertação, uma palavra que ressoa no semiárido do São Francisco, embora não se restrinja exclusivamente a essa região. Diante disso, como podemos descrever uma força que busca a libertação? E contra o que, exatamente, se pretendia libertar os trabalhadores e ribeirinhos do São Francisco? Essas foram algumas das questões que surgiram durante a revisão bibliográfica, quando me peguei refletindo sobre a dimensão dos arquivos que, até a qualificação, havia deixado em suspenso.

Entretanto, gostaria de considerar a libertação de uma forma mais sutil. Um exemplo disso é a abordagem que se aproxima da prática da libertação utilizando o próprio léxico dos documentos. Em especial, aqueles produzidos pelos agentes evidenciam a influência - tanto discursiva quanto metodológica - da Teologia nas ações de base da diocese e da CPT. Palavras-chave como “caminhar”, “caminhando” e “caminho” estão presentes em muitos desses documentos, frequentemente acompanhadas de termos como “comunidade” e “juntos”. Em artigo sobre a relação entre periferia, cativo, prisão e terra, Marques (2022) dá breve atenção ao que ele chamou de “preocupação etimológica de pensadores da CPT” (: 99), acionando a formulações de dois dos seus agentes, Ruben Siqueira e Ranulfo Peloso (2002). Segundo o antropólogo, a ênfase nos termos derivados de *caminhar* é, por razão teórico-filosófica, uma preocupação metodológica para os trabalhos de base (Marques, 2022: 99). Dito de outra forma, é aí, no *caminhar*, que está a chave da questão para a libertação. Nesse sentido, Siqueira e Peloso elaboram esta questão da seguinte maneira: “(caminhar) são processos e não são neutros; o jeito de fazer não pode contradizer o que se almeja. [...] Aliás, aqui, objetivo e método, fins e meios se identificam” (Peloso, Siqueira, 2002: 25). Para efeito da libertação, portanto, convém analisar

⁵³ As datas entre parêntesis representam os respectivos episcopados.

que “caminho” até o “ponto de chegada” (Ibidem) é, dessa forma, o próprio processo de libertação. Além disso, os agentes ainda não nos deixam esquecer de um aspecto dessa metodologia a ser considerado aqui. A saber, o papel da educação popular, considerada “essencialmente a CPT” (Peloso, Siqueira, 2002: 14).

Para esta questão, baseei-me na passagem referente à mensagem do bispo para a Assembleia dos Trabalhadores Rurais de 1981, ao falar da “caminhada da libertação” para quem a luta pela permanência na terra compartilhava com outros afetados pelos projetos de desenvolvimento: “Ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho. A gente se liberta em comunidade” (Diocese de Juazeiro, 1981b: 23). Essa fala é, na verdade, de Paulo Freire, que o bispo referiu apenas como “professor” (Ibid.). Um recurso político para aludir a uma aliança formada na luta pela libertação no começo da década de 1980.

A diocese decidiu em assembleia, em 1981, pela formação dos agentes para a educação popular (Assis Silva, 2020). A estratégia surge com a possibilidade de Paulo Freire, ao retornar do exílio, continuar com o seu projeto específico de educação popular, voltado para a realidade social e política dos educandos. Somente em 1983 foi que Freire conseguiu visitar pessoalmente Juazeiro acompanhado de sua equipe para formar os agentes no Centro da Diocese em Carnaíba do Sertão (Cf. Figura 13). Em entrevista dada à jornalista Marta Luz, do Programa Juazeiro Panorama, da Rádio Juazeiro, o professor conta um pouco da experiência na diocese a partir da sua perspectiva metodológica:

Nós passamos de nove da manhã ao meio-dia, de quatorze às dezoito horas, discutindo, debatendo, analisando problema por problema. E os problemas são sempre postos a nós por eles, problemas da prática deles. O cara diz: “Olhe, Paulo, eu trabalho tal... de certa vez, em certo momento, então eu tenho tal problema.” Como confrontar tal problema? Então eu tenho que compreender, teoricamente, o problema concreto que vem da prática. E, ao fazer isso, evidentemente, que a gente vai, de certa forma, capacitando e recapacitando os quadros que estão aí. Isso não significa, porém, que amanhã, que depois de amanhã, segunda-feira que vem, que a equipe que está aí possa realizar um esforço de capacitação de outros quadros a um nível que satisfaça à própria equipe. Mas, Marta, *só se aprende fazendo*. Então, o que eu vou dizer a D. José e a eles também, quando me despedir, é que *não tenham medo de começar a fazer. E, no caso deles, aliás, o que já fazem*. (Luz, 2014: 22, grifo em itálico feito por mim)

Aqui me apoio nos dados de Assis Silva, novamente. A partir do levantamento dos documentos do acervo, o autor aponta a evolução dos círculos culturais, espaços dinâmicos de alfabetização e educação social-política, entre os anos de 1984-1993. No primeiro ano da prática, eram 11 círculos, ao passo que em 1996 este número subiu para 33, “com quase 600 alfabetizando” (Assis Silva, 2020: 113). Se retornarmos ao que foi dito por Freire na entrevista, “só se aprende fazendo” (Luz, 2014: 22), este me parece ser o princípio metodológico de como “caminhar”, que tem como exemplo a própria experiência da educação popular na diocese. Mas retorno ao artigo de Marques (2022), para quem a fala da agente Marina Rocha se insere, agora, assim como os documentos para mobilização e os boletins informativos, em uma ordem discursiva que emerge do encontro entre teologia, política e educação.

Há, neste encontro, um aspecto importante para a análise documental que precisa ser salientado. Uma das razões para destacar a pedagogia-filosofia freiriana é que ela imprime, em razão da aproximação com a Teologia, o valor do *testemunho*. Na literatura, o *testemunho* é trabalhado de distintas formas⁵⁴. Contudo, darei ênfase à abordagem de Dullo (2014), para quem “o testemunho de Freire, [...], é voltado para o exterior (de si), isto é, para a denúncia da malignidade do mundo e para o anúncio da possibilidade de lutar contra ela” (: 52). Fundamentada nesta perspectiva, cara ao meu esforço descritivo do arquivo, esta análise possibilita entendermos o lugar dos documentos das comunidades na libertação. Voltarei a isso na seção 3.3.

Somado às específicas condições em que Dom José Rodrigues se encontra ao chegar à diocese, conforme abordarei na próxima subseção, outro efeito desse encontro resultou no redirecionamento da biblioteca da diocese. No mesmo ano de sua visita, Freire convoca Dom José para que o clérigo construísse em sua biblioteca uma frente de luta pela educação popular (Assis Silva, 2021) e, dessa forma, uma frente para a resistência contra o ‘autoritarismo’ da época (Luz, 2014: 16). Ainda segundo Assis Silva (2020; 2021), a biblioteca passou a comportar uma ampla coleção de livros de Paulo Freire a partir daí, reforçando, assim, a criação de uma biblioteca engajada com a libertação.

⁵⁴ É longa a lista de referências bibliográficas do testemunho. De forma breve, o trabalho de Veena Das (2011), talvez um dos mais utilizados nas pesquisas correntes, examina o testemunho pelo não-dito, dando relevo ao ato de testemunhar em contextos de violência. Seguindo a condição dramática do testemunho, Pollak (1989) relacionam-o com uma prática da memória ativada.

Figura 13: Paulo Freire no Centro de Formação da Diocese, em Carnaíba do Sertão, 1983.



Fonte: Imagem da internet

Em que pese os livros de educação popular terem sido a entrada definitiva do projeto de Igreja Popular da diocese, considero que eles se somam ao conjunto de outros tipos de documentos voltados para uma análise crítica dos contextos de cada comunidade no raio de alcance da diocese. A CPT e as ações do bispo Dom Rodrigues cobriam os municípios de Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho, Sento Sé, Curaçá, Remanso, Campo Alegre de Lourdes, Uauá e Pilão Arcado, fazendo fronteira com as dioceses de Petrolina, de São Raimundo Nonato e de Bom Jesus do Gurguéia, no sul do Piauí, e de Paulo Afonso, de Senhor do Bonfim, de Irecê e da

Barra na Bahia⁵⁵. Dada essa extensão, reconhece-se que a constituição tanto da biblioteca como do arquivo da Pastoral da Terra seguia o princípio de apoiar e auxiliar a luta nas diversas frentes espaciais do conflito e, portanto, da libertação. Sobretudo na última seção deste Capítulo, examinei materiais institucionais e acadêmicos, cuja função — revelada muitas vezes pela inscrição de anotações — era compreender criticamente os programas de desenvolvimento propostos pelas empresas estatais, como a Chesf, Codevasf e Sudene, por exemplo. Com efeito, nota-se que o emprego da biblioteca como frente para a atuação da diocese na luta das comunidades vai além desses livros. Para efeito antropológico, se todo o material reunido — recortes de jornais, programas de políticas desenvolvimentistas, material de mobilização e de reuniões, textos e pesquisas acadêmicas — compunha documentos mobilizados e convocados na e para a atuação dos agentes e do clérigo ao lado das comunidades, seu estatuto é, por sua vez, o mesmo. Dessa forma, o que interessa para o meu exame é menos a materialidade, que os separa aqui apenas de modo pragmático para a exposição, mas o que é lançado por meio dele. Assim como no Capítulo II, nas próximas seções examinei a fina camada dos documentos referentes às formulações específicas, ou “singulares”, como Deleuze (2005) e Farge (2011) se referem em suas leituras de *Arqueologia do Saber* de Foucault ([1969] 2022).

Em síntese, identifiquei como os documentos descrevem a metodologia adotada e defendida tanto pela diocese quanto pela CPT. Influenciadas pela Teologia da Libertação e pela prática pedagógica de Paulo Freire, as formulações que serão apresentadas nas subseções subsequentes devem ser compreendidas dentro do esforço da Igreja Católica e de seus agentes em construir uma crítica às “injustiças” e “opressões”. Conforme abordado por Marques, no que

⁵⁵ O conflito atual envolve a expansão da mineração sobre os territórios das comunidades tradicionais de fundo de pasto, caracterizadas pela criação livre — isto é, solta (extensiva) — de ovelhas e bodes na caatinga e no cerrado, conforme o Decreto nº 6.040/07, do Governo Federal. As ações dessas comunidades representam, hoje, os principais obstáculos à apropriação das terras comuns de fundo de pasto, em áreas devastadas pelas atividades de perfuração e extração promovidas por mineradoras. Marina Rocha, em artigo escrito em coautoria com Aurilene Rodrigues Lima, doutora em Ciência da Comunicação, descreve como o “poder destrutivo” da mineração (2021, p. 385) opera com o aval jurídico-legal dos poderes estatais, tanto em nível local quanto nacional. Segundo as autoras, “[...] em 20 de agosto de 2020, foi publicada no Diário Oficial a Licença de Instalação do Projeto Tombador Iron, sem que houvesse a realização da consulta prévia, livre e informada às comunidades, conforme determina a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)” (2021, p. 390). Dito isso, é importante que o leitor compreenda que esse conflito é um dos principais fatores que determinam a atuação dos agentes no território da diocese, com destaque para a luta nos municípios de Sento Sé e Campo Alegre de Lourdes.

diz respeito ao envolvimento da Igreja na defesa dos direitos humanos (2017), "um novo domínio de objetos emergiu" (:50). Diferentemente do segundo Capítulo, no qual a região e seu estatuto — *plantation*, *exceção*, *vazio* — foram analisados, os objetos derivados dessas formulações abrangem as *bestas-feras*, o *encurralamento*, os *trabalhadores rurais*, os *desempregados*, os *boias-frias*; em suma, *pessoas e terras sacrificadas*.

3.2. Uma das frentes da libertação: *A problemática dos Projetos de Irrigação*

Antes de avançarmos nessas formulações, é necessário explicar a minha preferência pela libertação como conceito-chave para o exame dos arquivos. Se, metodologicamente, a libertação está intrínseca no “caminhar”, segundo os agentes e os documentos, qual é a relação específica entre a libertação e este “caminhar” que caracteriza a luta no Submédio São Francisco? Aqui está o ponto de partida para este Capítulo. Considero partir dele não para respondê-lo, pois, dessa forma, esta pesquisa avançaria até a contemporaneidade, além de requerer uma ênfase na experiência da diocese e da CPT nessa luta a partir dos seus arquivos. Mas, partindo dos arquivos abertos pela chave da problemática da água e da terra pela irrigação da caatinga, preferi descrevê-lo — o arquivo da libertação— como conjunto enunciativo específico para uma frente de resistência que gostaria de privilegiar.

Dito de outro modo, recorro à uma dupla parcialidade, ou “conexões parciais” para utilizar a proposta de Strathern (1991): o i) do ponto de vista da libertação como esforço político-teológico, procurei examinar as estratégias empreendidas na resistência que o tecido documental permite extrair; e o ii) do ponto de vista do arquivo como força para a libertação, a ênfase na resistência frente aos efeitos dos Projetos de Irrigação. A primeira parcialidade é o próprio arquivo; já a segunda é a libertação dos efeitos da irrigação. Somente desta forma fui capaz de transitar entre essas “diferentes escalas”, sem gerar “uma sensação de desproporção” (Strathern, 1991: XV).

Importante, no entanto, enfatizar que, de uma forma ou de outra, essa condição metodológica no tratamento dos arquivos me permite afastar uma análise da diocese e da CPT como objetos deste Capítulo, assim como fiz com a Sudene no arquivo da exceção. Fazendo um paralelo com Foucault ([1968] 2022) a respeito da ausência de espaço da geografia na *Arqueologia do Saber*, ele propõe pensar essa ausência não como uma falta. “Isso quereria dizer

que a arqueologia do saber tem um projeto de recobrimento total e exaustivo”, para quem, no entanto, considerava ser “apenas um modo de abordagem” (: 178).

Esta escolha metodológica está intrinsecamente vinculada ao arquivo, quase como uma exigência, conforme foi apresentado no Capítulo I. Se, no primeiro Capítulo, os arquivos exigem a integração temporal e espacial entre barragem e irrigação, neste contexto, essa integração ocorre em razão da luta. Ou seja, tanto na borda quanto na caatinga, tornou-se imperativo resistir, e essa resistência foi simultânea. Esta necessidade se reflete na decisão de criação da CPT de Juazeiro. Em março de 1977, durante o encontro com os bispos de Petrolina, D. Gerardo Ponte (1975-1985), de Juazeiro e do Senhor do Bonfim-BA, D. Jairo Rui Matos, denominado “Reunião do Vale do São Francisco”, o clérigo:

Após analisarem os problemas da região, denunciaram em conjunto essa problemática. Foi uma denúncia histórica! Viram também que era importante a criação da Comissão Pastoral da Terra, em cada Diocese, para ajudar o povo na sua luta de libertação. Nessa ocasião, no Centro de Carnaíba, nasceu a CPT da Diocese de Juazeiro para ajudar o povo *na problemática da barragem de Sobradinho, dos Projetos de Irrigação e da Grilagem*. (Caminhar Juntos, 1985: 17, grifo em itálico feito por mim)

Em fevereiro de 1976, durante a Assembleia dos Bispos em Feira de Santana, foi criada a CPT - Regional Nordeste III, abrangendo os estados da Bahia e Sergipe. Contudo, foi em 1977 que a CPT de Juazeiro foi instituída, em decorrência da “Reunião do Vale do São Francisco”. De acordo com o informe, a criação da CPT foi motivada pela urgência das “três problemáticas”: grilagem, barragem e irrigação. Isto é, a instalação da barragem não se dava de forma isolada nas terras do Submédio. Em outro momento da dissertação, apresento uma segunda formulação complementar às “três problemáticas” (Cf. seção 3.3).

Um outro documento detalha de maneira mais aprofundada esse encontro. O documento em questão é intitulado *Luta pela justiça e direitos humanos no Vale do São Francisco* (1978), assinado por Dom José. Nele é descrita a barragem de Sobradinho como o “primeiro grave e urgente problema” enfrentado por ele ao chegar na diocese (: 01). Sem destinatário ou autoria, o documento é do tipo relatório. Imprime em sua descrição as principais

queixas e reclamações da população afetada pela barragem, e a tensão em torno das ações do clérigo e dos agentes frente aos técnicos da Chesf. Mas “enquanto ia acesa essa luta com a Chesf, começavam a ser implantados cinco Projetos de Irrigação, dentro da Diocese, sob responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Os problemas eram os mesmos: indenizações irrisórias, arbitrariedade e pressão sobre o povo” (Ibidem), relatado na seção “Projetos de Irrigação”, logo abaixo da descrição dos efeitos da barragem. Ainda no mesmo relatório, é descrito que Dom José ao lado do bispo de Senhor do Bonfim, Dom Jairo, participaram de uma Assembleia Legislativa cujo tema versava em torno dos problemas fundiários no estado da Bahia. Era a CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito - das Terras, realizada em abril de 1977.

Na ocasião, segundo o mesmo documento: Os dois depoimentos tiveram larga repercussão na imprensa brasileira. O Diretor de Construção da Chesf (Dr. Eunápio) e o Presidente da Codevasf (Dr. Nilo Peçanha) foram convocados a depor na CPI da Assembleia para responder às acusações do Bispo de Juazeiro. Com isso, vai-se formando uma opinião pública desfavorável às duas Empresas, única coisa que elas temem. (*Luta pela justiça e direitos humanos no Vale do São Francisco*, 1978: 02)

A frente de conflito contra as empresas representava também a quebra de braço contra os aparatos estatais. Toda a região relacionada à diocese estava sob o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, como área de segurança nacional, cujas providências relativas ao poder executivo estabeleciam, dentre os nomes indicados pelo governador do estado, as escolhas dos prefeitos, embora só em 1974, com o início da construção da barragem, tenha sido incluída. Nesse contexto, a rotatividade política dos municípios sob o controle estatal ficava restrita às famílias ligadas à “elite agrícola”, como os Vianas em Casa Nova e os Bragas em Remanso (Siqueira, 1991).

A área que hoje constitui a cidade de Sobradinho, por exemplo, foi controlada diretamente pela Chesf com auxílio de policiais e de militares do regime ditatorial. Na época da construção da barragem, foram construídas três vilas distintas, separadas por cercas e controladas por guaritas, são elas: 1) Vila São Joaquim, local das casas dos operários da barragem; 2) Vila Santana, moradia dos engenheiros e autoridades administrativas pela obra; e 3) Vila São

Francisco, espaço ocupado pelos técnicos. A primeira vila ficou conhecida como “cai duro” em razão da ocorrência de assassinatos e crimes na área. As guaritas e as forças policiais representavam, dessa forma, a preocupação em controlar o fluxo das pessoas entre as vilas e a garantia da ordem na construção da barragem, sem qualquer intenção de tornar a Vila São Joaquim em um espaço comunitário para os operários. Na dissertação de mestrado, Sônia Magalhães (1983) denomina os moradores de São Joaquim de “população afluyente”, fenômeno demográfico que acompanha a construção das grandes obras, que viviam em situação de “apartheid” com as demais vilas de Sobradinho (Magalhães, 1983; Assy, 2014).

A elucidação desse ponto evidencia a assimetria estrutural que marcou a luta contra os problemas enfrentados no território da diocese, bem como a postura conivente dos agentes estatais frente à autoridade consolidada pela Chesf e pela Codevasf. Em resposta a essa desigualdade de forças, foi elaborado, em 1982, um levantamento denominado *Pesquisa Sobradinho*, com o propósito de atender às demandas da população residente na vila dos operários.

O levantamento foi realizado por quadras e buscava produzir dados sobre os aspectos familiares (quantidade de dependentes e estado civil), a origem (se chegaram para trabalhar na obra, ou foram deslocados da beira do rio, ou então chegaram após a construção de Sobradinho) e a situação da terra (própria, arrendada ou trabalhada como diarista em alguma fazenda de irrigação) dos moradores. Ao todo foram cadastrados 1162 pessoas, 592 homens e 570 mulheres. Dos adultos, 317 estavam desempregados, e entre os empregados apenas cinco dos moradores da Vila São Joaquim estavam, na época, trabalhando como armadores no Massangano, um no Projeto Bebedouro, em Petrolina, três no Mandacaru, em Juazeiro, e dois no Projeto Tourão na plantação e no corte da cana-de-açúcar (*Pesquisa Sobradinho*, 1982). Quanto à origem, 80,31 % chegaram na região para a construção da barragem, sem nenhum vínculo anterior à vila ou à nova terra de morada. Assim era a população dessa área de segurança nacional cadastrada pela CPT. Esta era a estatística do “cai duro”.

Se diante da complacência dos aparatos estatais, a libertação compreendia assumir uma postura crítica à ação das forças repressivas, o destaque conferido a essa pesquisa evidencia o esforço dos agentes em compreender e produzir dados estatísticos contra os consensos desenvolvimentistas sustentados pelas empresas com apoio do poder público. Mais do que efeitos colaterais, os dados produzidos revelam uma combinação retroativa entre diferentes

formas de deslocamento — compreendido não apenas como expulsão forçada de comunidades locais, mas também como atração demográfica induzida pelos canteiros de obras —, aprofundamento do desemprego e a precariedade na absorção da força de trabalho. Essa precarização se manifesta, sobretudo, na frágil capacidade dos Projetos Públicos de desenvolvimento de sustentar a sua retórica de produção de empregos e de geração de renda.

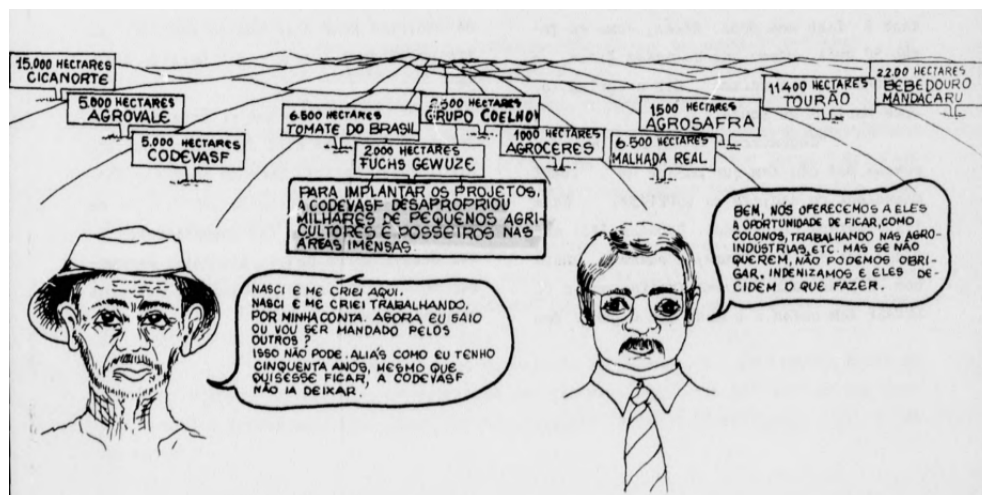
Na época, lembremos, estava em fase de implantação o Projeto Massangano, cujas terras foram leiloadas pela Codevasf para os candidatos a colonos cadastrados. A literatura sobre a irrigação da Codevasf mostra que o processo de seleção dos colonos geralmente se dava em torno da disponibilidade dos candidatos e a sua adequação ao perfil pré-estabelecido pela empresa para a produção e o manejo da técnica de irrigação (Vilela, 1991; Souto, 2019). Segundo Souto, a parceira entre a Codevasf e a Cooperativa Agrícola de Cotia do Estado de São Paulo foi responsável pela:

[...] política de recrutamento de novos colonos tinha dois objetivos: trazer novos colonos para ocupar terras ociosas e introduzir um tipo específico de colono com perfil voltado para a forma associativa do cooperativismo e com uma racionalidade empresarial mais agressiva, capaz de liderar o projeto de desenvolvimento no momento em que o Estado se preparava para deixar algumas de suas atribuições. (Souto, 2019: 219).

Essa postura das políticas de irrigação empreendidas pela Codevasf foi recebida com forte reação por parte dos agentes e das comunidades das áreas destinadas aos empreendimentos. A CPI das Terras, citada no início desta seção, corresponde a uma ação conjunta erguida contra essa política de distribuição dos lotes irrigados para empresas e colonos — muitas vezes oriundos de fora da região de Petrolina e Juazeiro — com incentivo público. Enquanto os técnicos e responsáveis da Codevasf afirmavam a inadequação do "homem da região" para o manejo da irrigação (*“Os colonos vieram de fora”*, Jornal O Globo, 1982), Dom José Rodrigues, durante a comemoração do Dia do Trabalhador, no evento sindical de Petrolina e Juazeiro em 1981, acusava a instituição de “[...] em vez de procurar fixar o homem à terra, como se divulga, ao contrário, é responsável pela expulsão dos trabalhadores para dar lugar à plantação de cultura de exportação, ligadas a empresas multinacionais e particulares” (*Documento do 1º de Maio*,

1981), conforme figura 14 retirada do Boletim *Ilhas da Resistência* (1979), analisado na próxima seção.

Figura 14: Ilustração retirada do boletim *Ilhas da Resistência*



Fonte: Acervo Dom José Rodrigues

Por fim, é nesse cenário que a libertação, menos pelo seu teor religioso e teórico, será analisada pelo seu efeito prático e local a partir das “conexões parciais” (Strathern, 1991) dos documentos aqui mobilizados. Mais do que isso, considero como a ordem discursiva que regulam as formulações presentes nos arquivos da CPT, tanto de Juazeiro, como também aqueles poucos materiais que pude examinar na Pastoral de Salvador, e no Acervo Dom José Rodrigues. Transformando-os, no interior desta abordagem, no arquivo da libertação.

Esta seção, que agora se encerra, poderia estar inserida na seção 3.2 como uma subseção, considerando que faz parte da posição político-teológica de “como fazer um povo faminto Igreja?”. No entanto, apesar de ser um recorte possível e parcial, ela mantém a centralidade dentro deste Capítulo. Agora, na sequência da análise, abordarei formulações complementares sobre essa frente de luta *das problemáticas* dos Projetos de Irrigação presentes nos boletins informativos mobilizados aqui.

3.3 Os boletins informativos

De antemão, gostaria de apresentar algumas imagens e suas respectivas contrapartidas que nos auxiliam na reflexão sobre o lugar da irrigação no arquivo da libertação. Elas foram

extraídas dos boletins informativos da diocese e da CPT, *Caminhar Juntos* e *Caminhando*, respectivamente, e da edição especial do boletim da CPT Nacional, *Ilhas da Resistência* de 1979.

Como se sabe, os boletins foram uma prática geral da Igreja Católica e de suas pastorais durante os anos de 1960-1980, sob influência da Teologia da Libertação, em específico da Carta de Puebla. Eles evidenciam o “compromisso” da Igreja com a comunicação popular e, com isso, a aproximação entre os fieis e o clérigo, traduzido, muitas vezes, na aproximação entre a Igreja e o Mundo, tornando a comunicação um meio para articulação social (CNBB, 2014). No caso dos boletins *Caminhar Juntos* e *Caminhando*, ambos foram lançados mais ou menos na mesma época, a movimentação frente aos acontecimentos em torno da barragem de Sobradinho. O primeiro foi criado em 1976, e o segundo em 1981.

Na edição de 30 de abril de 1981 do boletim *Caminhando*, há a seguinte passagem que descreve o caráter do documento e a intenção com a criação do boletim: “Hoje ele está nascendo e nós sabemos que ele precisa crescer. Estamos convencidos que ele vai crescer se o povo conseguir falar o que pensa em suas páginas” (: 01). Tanto o boletim da diocese quanto o da CPT apresentavam estruturas similares: calendário das atividades da diocese, das assembleias e das romarias; síntese destas atividades; além de informes para as comunidades quanto à mobilização, como também a respeito dos projetos ou políticas do Estado direcionadas à elas. Mas são os espaços com mensagens do bispo e das próprias comunidades que destacam a natureza da sua comunicação.

Ao longo dos anos de 1980-1990, os boletins eram de responsabilidade dos agentes pastorais através do Setor Diocesano de Comunicação e Audiovisual (Sedica)⁵⁶. Embora sejam recortes de falas e transcrições realizadas por agentes, não é a autoria que merece atenção, mas as formulações que eles descrevem. Para compreender o espaço dos boletins no arquivo da libertação, utilizo um outro documento encontrado em uma de minhas visitas ao Acervo Dom José Rodrigues.

Intitulado *Análise do Caminhar Juntos* (N/C), de autoria de Gerardo Carvalho Frota, o documento é um trabalho da área de Comunicação Social. O autor analisa o caso dos boletins informativos da imprensa Católica, sendo um deles o *Caminhar Juntos*. Para Frota, as atividades de comunicação da Igreja “por estarem empenhados na defesa dos marginalizados, suas funções

⁵⁶ Na década de 1990 passou a operar a Pastoral das Comunicações (Pascom), participando estudantes e professores de jornalismo, como o Prof. Assis Silva (2020).

podem ser atribuídas a órgãos de comunicação tidas como alternativas” (: 20). Como uma “comunicação alternativa” entende-se, no caso local da diocese de Juazeiro, a disposição dos boletins em fazer frente de oposição a alguns jornais da época, como o jornal A Tarde de Salvador, um dos principais meios de comunicação da Bahia em apoio ao governo ditatorial (Santos, 2017). A estrutura do boletim que Frota descreve é semelhante ao que tracei no parágrafo anterior. Contudo, o valor deste documento para a dissertação reside na passagem em que, de modo explícito, revela o objetivo do boletim. Em entrevista dada pelos agentes ao pesquisador, é revelado que o boletim serve como estratégia para a libertação dos mais fragilizados como uma “prática libertadora” (: 20)⁵⁷.

O que emerge desses documentos, armazenados tanto no Acervo Dom José quanto no Arquivo da CPT, é a presença de suspeitas em relação aos projetos de desenvolvimento, ou seja, a resistência manifestada por meio das palavras nos documentos descreve os problemas enfrentados por aqueles que, de diferentes formas, foram afetados negativamente pelas ações da Codevasf e do Estado. Essa “estratégia”, por sua vez, reservou um espaço privilegiado para analisar as primeiras imagens quanto aos efeitos da irrigação registradas nos boletins e suas respectivas contrapartidas.

3.3.1 *A solução é mesmo a irrigação*

Recuando um pouco no tempo, os primeiros boletins do *Caminhar Juntos*, criado em março de 1976 além de informarem as atividades da diocese, dedicavam-se, em cada edição, às “despedidas” das cidades que seriam inundadas pelas águas. O segundo *Caminhar Juntos* daquele ano de nº0, como foi organizado inicialmente, falava da “festa de despedida” à São José, padroeiro da cidade de Santo Sé, a quem as mensagens do Padre Marcos e de Dom José se direcionaram para abençoar à “caminhada” para a nova cidade (:5). Em Casa Nova, com a celebração do Pe. João Molnar, a “tristeza pela partida” e a “esperança de uma vida nova” (:4). O Ano Zero do boletim serve para pensar no recorte inicial dos arquivos. Tendo como referência a Campanha da Fraternidade de 76, cujo lema serviu de inspiração para o nome do mesmo, *Caminhar Juntos* materializa a “promessa de vida” dos agentes diocesanos e pastorais de Juazeiro para as comunidades a partir de então. “Juntos” em direção a um “novo” e, sobretudo, à

⁵⁷ Encontrei o documento armazenado junto às edições dos boletins, na mesma prateleira.

“libertação”, segundo a mensagem de Dom Rodrigues para o primeiro boletim (*Caminhar Juntos*, 1976:1).

Dessa forma, da vida nas antigas Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, etc, os boletins falam de saudade e esperança, sentimentos característicos da “caminhada”. O antes que se pode extrair a partir deles serve de preparação para um “novo” até aquele momento desconhecido. A exemplo disso, no conjunto da literatura, Martins Costa (2013) talvez tenha feito um dos trabalhos mais voltados à descrição da vida, como era, da comunidade de Itapera a partir dos relatos das pessoas deslocadas.

Seguindo a mesma linha de mensagens, o boletim *Caminhar Juntos* da edição nº 06, de outubro de 1976, apresenta uma seção dedicada às visitas do bispo Dom José Rodrigues às comunidades, a qual gostaria de destacar. A parte específica refere-se à celebração de oito batizados no Projeto Bebedouro, em Petrolina, no dia 19 de setembro daquele ano. Na ocasião, o bispo, acompanhado por "pessoas vindas até de São José de Belmonte, da diocese de Afogados da Ingazeira" (Diocese de Juazeiro, 1976: 05), expressou suas felicitações aos colonos do Projeto, que estavam presentes para recepcioná-lo com seus produtos – os primeiros frutos da irrigação no Submédio São Francisco. A visita é relatada na seção da seguinte maneira:

Os colonos oferecem ao Bispo um cacho de bananas amarelinhas e uma melancia que devia pesar uns 10 kg. (verdade, não gosto de exagerar!). Enquanto admirava os produtos da terra irrigada: melancia, melão, banana, tomate, feijão, arroz, milho e outros, pensava na filosofia do sertanejo: ‘*Nossa terra é boa, o céu é que não presta!*’ (entenda-se por ‘céu’ as nuvens que não dão chuva). Ao ver aquela fartura, pensei nas milhares de pessoas que, na Bahia e em Pernambuco, estão sendo flageladas pela seca, passando fome e sede, não obstante todas as promessas oficiais de ajuda. *A solução está mesmo na irrigação!* Se as nuvens negam a água, é preciso trazê-las do Velho Chico ou arrancá-las das profundezas da terra (para isso Deus nos deu dois dedos de testa!). E é preciso que a irrigação, de modo mais simples e barato que nos projetos oficiais, seja levada, não apenas a cem famílias como em Bebedouro, mas a milhares de outras famílias de nosso sofrido Nordeste (para isso Deus nos deu sensibilidade de coração!). (Diocese de Juazeiro, 1976: 05, grifo do próprio documento).

De modo geral, essa edição do *Caminhar Juntos*, entre todos os efeitos, redigiu os esforços de uma diocese e de seus paroquianos lançados à caminhada, esta “longa”, “incerta” e

“com sobressaltos” (Diocese de Juazeiro, 1976, edição 2), que se inicia com a retirada da terra pela barragem da Chesf rumo a uma nova e desconhecida. Mas é a sutileza com a qual este breve relato de visita confere à postura do bispo que nos interessa aqui.

Dessa caminhada, a princípio, a imagem inicial da irrigação nesse momento vem da redação da visita do bispo às primeiras terras irrigadas, animado pela promessa de fixação do homem no sertão em que o Bebedouro foi utilizado como caso exemplar nos anos de 1960-1970. “A solução está mesmo na irrigação” (Diocese de Juazeiro, 1976), retomemos novamente ao trecho destacado, “[...] não apenas a cem famílias [...], mas a milhares de outras de nosso sofrido Nordeste” (Ibidem). Nesse período, o Bebedouro era o Projeto que estava a mais tempo na região de Petrolina e Juazeiro. Como havia destacado em outro momento, foi planejado inicialmente pela Sudene em apoio da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) nos anos de 1960. No Capítulo II, ele aparece também positivamente como empreendimento pioneiro no lado pernambucano do rio São Francisco.

Sabe-se que há uma diferença nos projetos pilotos de Bebedouro e Mandacaru que os diferenciavam dos demais projetos após a construção de Sobradinho. Segundo Vilela (1991), o programa de colonização visava destinar um pagamento aos colonos para se manterem nas terras até atingirem um grau de produção seguro (: 05). Isso se deu devido ao caráter experimental dos Projetos, como “laboratórios” no semiárido. Para o Bebedouro, a situação inicial da sua ocupação contava com 16 colonos, entre eles meeiros e ex-proprietários das terras desapropriadas, além de pessoas oriundas de outras regiões (: 57). Dispunha da ajuda dos meios de comunicação e da divulgação feita pelas empresas envolvidas para essa imagem positiva e de sucesso do Projeto, como no caso da Suvale, conforme apresentei no Capítulo II. É importante frisar, no entanto, que já de início, às normas de seleção dos colonos privilegiavam famílias jovens, numerosas e com experiência na técnica de irrigação. O que revelava, segundo a literatura (Vilela, 199), a dualidade dos primeiros Projetos de serem uma política considerada “progressista” e ao mesmo tempo em que “conservadora” pelo fato de não se tratar de uma política de reforma fundiária.

Embora em outras edições a imagem acima descreva uma experiência positiva em relação à irrigação, no final da década de 1970 e início de 1980, surge uma nova perspectiva da 'solução da irrigação'. Mas o que motivou a transição de registros favoráveis para a contestação

dos efeitos adversos da implementação dos Programas de Produção Irrigada (PPIs)? Para tentar me aproximar de uma explicação, convocarei mais uma vez o boletim.

Os acontecimentos em Juazeiro e Petrolina acompanham, de certa forma, a experiência do Vale do São Francisco de modo geral, mas, sobretudo, a região do Médio e Baixo São Francisco. Pelo menos é isso que indica o documento que convoco para analisar esta passagem dos relatos dos projetos já utilizado em outro momento no Capítulo I, e agora retorno à sua discussão. Trata-se da edição especial de 1979 do Boletim da CPT Nacional, intitulado *Ilhas da Resistência*.

Neste boletim, em suas 55 páginas, as diferentes regiões e estados não apresentam distinções ou separações em relação aos relatos sobre eles. Desde o caso Betume, no Baixo São Francisco, ao implemento da barragem de Itaparica sobre o rio São Francisco, no limite com o Médio São Francisco⁵⁸. Os casos relatados estão interligados pelos "terríveis" acontecimentos que ameaçavam a população do Vale do São Francisco, especialmente a rural. Isso também é descrito como a transformação do rio em "gerador de energia" com a implementação da primeira usina hidrelétrica do Complexo de Paulo Afonso, iniciada em 1948 e inaugurada em 1954 (*Boletim Ilhas da Resistência*, Juazeiro, 1979: 12). A participação do bispo Dom José, bem como a divulgação do material em Juazeiro e nas cidades vizinhas gerou uma forte reação pelos grupos que faziam oposição às ações do bispo e dos agentes. Pode-se dizer que o teor do documento-denúncia firmou de vez a inclinação da diocese pela "opção" pelos "pobres", bem como a insatisfação das comunidades afetadas pelos empreendimentos que este, o boletim, com bastante ênfase, anunciava como terror que se alastrava rio abaixo.

⁵⁸ Vale destacar o caso exemplar de Betume, que amplia a discussão sobre as ações da Codevasf na implantação dos Projetos de Irrigação. Entre 1975 e 1980, em Neópolis, Sergipe, ocorreu a desapropriação de vastas áreas na várzea do rio São Francisco, com a justificativa de melhorar as condições de vida dos ribeirinhos, protegendo-os dos efeitos da barragem de Sobradinho sobre a vazão do rio. O projeto proposto para a proteção das várzeas envolvia a Codevasf, responsável pela desapropriação e pelo reassentamento dos ribeirinhos nos Projetos de Irrigação. Na prática, os efeitos da desapropriação realizada pela instituição se somaram aos impactos negativos da barragem de Sobradinho sobre a agricultura nas várzeas, resultando em expulsão de terra e desemprego. Apoiado pelas forças repressivas do Estado ditatorial, o caso Betume se destaca tanto pelo autoritarismo quanto pelo apoio dado pela diocese de Propriá (SE) aos trabalhadores expulsos pela Codevasf. Além disso, no documento *Problemática atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco na área do Betume e no Baixo São Francisco*, é relatado como os técnicos da Codevasf controlavam os PPIs sem respaldo, limitando os colonos as ordens e exigências seja no padrão das culturas e no manejo da terra, como também em questões da vida privada.

Para enfatizar ainda mais o impacto que causou a divulgação do boletim, destaco três reações. O grupo oposição que mais se destacava, a família Viana de Castro em Casa Nova, foi um dos responsáveis pela propagação do termo designado ao bispo, “ditador nanico”. Somado a ele, o superintendente das obras da barragem, Dr. João Paulo Maranhão Aguiar, alegava que as ações do clérigo atrapalhavam o trabalho da Chesf e os projetos que seriam direcionados para beneficiar a população ⁵⁹. Além disso, é necessário salientar que as ações em Juazeiro, bem como os documentos gerados, também respingaram no Sistema Nacional de Informação (SNI) da Ditadura. Estas informações são caras a pesquisa porque evidencia que se trata de não só ações suspeitas para o Estado, como também documentos suspeitos. Marisol de la Cadena (2024) em pesquisa ao arquivo de Mariano fala a respeito do duplo status do arquivo: “era clandestino enquanto estava sendo produzido e, ironicamente, surgiu como um arquivo para uso público” (: 201). Essa chave proposta pela autora é interessante para pensar o caso do arquivo da libertação. Embora haja diferenças quanto à natureza do arquivo de Mariano para este, o que tento mostrar é a fenda que se abre com o boletim nesta pesquisa. A escolha desse documento é proposital e metodológica. Ele evidencia como o arquivo da libertação é, embora público, “clandestino” para ficar com a autora. Mas uma clandestinidade que se prende não na relação sincrônica com a luta, e aqui me separo da Marisol.

Inspirada em Foucault ([1980] 2014) e em Agamben (2009), penso que os documentos que aqui mobilizo e examino, tanto do arquivo da exceção como da libertação, nos são contemporâneos. Dessa forma, não é interessante retomar o valor histórico das documentações, já que estas falam-nos de tão perto do ponto de vista dos seus enunciados. Dessa forma, considero as formulações deste Capítulo presas diacronicamente na clandestinidade. Vejam-se, por exemplo, a versão da *besta-fera* do São Francisco e de como ela continua a descrição do problema da irrigação.

3.3.2 *Besta-fera desceu no rio*

A *besta-fera* que desceu no São Francisco é uma tradução dos acontecimentos em torno da barragem contada pelas comunidades deslocadas. Relacionado ao sonho do agricultor chamado Manoel Luís Nascimento, do povoado de Quixaba, em Petrolândia-PE, município

⁵⁹ Quanto a isso, a *Correspondência do Bispo Dom José Rodrigues*, 17/01/1978, para o padre Freddy J. Servais, o bispo discorre sobre as “falsas acusações” contra ele pelo superintendente da Chesf, além de sua defesa quanto às acusações de que teria escrito o boletim *Ilhas da Resistência*.

alagado pela construção da barragem de Itaparica, a imagem tornou-se popular para as comunidades que se referiam à Chesf como aquela responsável pelo fim do mundo, a *besta-fera* (*Boletim Ilhas da Resistência*, Juazeiro, 1979) (Ver Figura. 15). Ainda no mesmo boletim, a seguinte fala de Dom José apresenta a violência com que operou a *besta-fera* na transformação das terras e da vida ribeirinha: "O Rio São Francisco fazia parte da paisagem espiritual dos lavradores que viviam nas suas margens. Quando lhes tiraram o rio, arrancaram alguma coisa de sua alma" (: 12).

Como apresentei no Capítulo I, o termo *besta-fera* aparece em vários contextos cuja base comum eram os conflitos no campo, analisados pelos estudos do campesinato (Cf. Velho, [1987] 2009). Ao lado de outro termo ativado pelos estudos, "cativeiro", ambos estavam relacionados ao avanço da fronteira agrícola nos territórios indígenas e tradicionais (Ibidem: 06). No contexto de Sobradinho, o último termo aparece tanto em Sigaud (1986) como também em Estrela (2004), este último trabalho elaborado para pensar a vida em Serra do Ramalho. Contudo, a referência ao termo *besta-fera* e sua relação "cativeiro" aproxima a experiência no sertão do Submédio São Francisco com o quadro geral dos estudos de fronteira. O "cativeiro" instalado no São Francisco foi, segundo o arquivo da libertação, obra do agenciamento entre a Chesf e a Codevasf (Cf: seção 3.4), a *besta-fera da água* e a *besta-fera da terra*, respectivamente, e dos ilegalismos que perpassam as políticas de ambas empresas.

Figura 15: Segunda ilustração retirada do boletim Ilhas da Resistência



Fonte: Acervo Dom José Rodrigues

Seguindo o que se apresenta no boletim, há uma passagem sobre o aparecimento de *três seres*. Em uma das seções que reúne os relatos de três pescadores e lavradores de Remanso-BA, Porto da Folha e Neópolis, em Sergipe, o relato aponta “Três seres que se apresentaram no Rio São Francisco e que se chamam Chesf, Codevasf e Grilagem” (*Boletim Ilhas da Resistência*, Juazeiro, 1979: 8).

A respeito da grilagem, os relatos variam de regiões, mas foram apresentadas sempre mencionando o roubo da terra e os cercamentos do rio que acompanham esses empreendimentos. O documento faz menção à ação da Codevasf para implementação de Projetos de Irrigação na área da Fazenda Betume, em Neópolis-SE, em que foram postos para fora de seus postos de trabalhos 268 assalariados e lavradores de arroz por conta da desapropriação da Fazenda (*Boletim Ilhas da Resistência*, Juazeiro, 1979: 33). Além da denúncia das indenizações dos trabalhadores inferiores ao permitido por lei, o documento também cita que as atividades desses lavradores já haviam sido alteradas pela construção da barragem de Sobradinho e seu efeito no regime das cheias e de inundações de áreas para o cultivo, do qual a irrigação da Codevasf seria parte do Projeto de Emergência de Sobradinho, iniciativa para minimizar tais consequências.

A CPT Nacional define esta justaposição de problemas como “[...] a Chesf criou o problema e a Codevasf completou” (:35). Esta formulação da pastoral delineia e recoloca o problema do ponto de vista da dramaticidade dos efeitos dos empreendimentos no sertão do São Francisco - salientando e responsabilizando não uma base fisiográfica, mas a ação desses *seres* no semiárido – disparado pela barragem da Chesf e complementado por novos constrangimentos gerados pela Codevasf.

Embora seja uma formulação pensada para o caso betume, proponho que ela servirá, assim como a figura da *besta-fera*, para outros contextos de atuação desse agenciamento Codevasf/Chesf, sobretudo no Submédio São Francisco. Digo isso também pelo fato de que os *três seres* constituem algumas das forças locais de que a diocese e a CPT de Juazeiro se ocuparam em denunciar ao lado das comunidades, e muito dos seus arquivos foram produzidos em razão dos conflitos fundiários disparados pela tríade, inclusive a própria circulação, arquivamento e produção do boletim *Ilhas da Resistência*. O lugar da irrigação no arquivo da libertação não poderia ser outro do que a incerteza e a vigília que sobressai à promessa de água e terra para a modernização do semiárido.

Apesar da Política de Irrigação não ter esperado a construção da barragem de Sobradinho para fincar a promessa desenvolvimentista de água no sertão sanfranciscano, e tampouco ser apenas efeito de uma barragem-infraestrutura, o agenciamento dos *três seres* conduz à análise da simultaneidade do projeto barrar-irrigar. Isto é, enquanto se enfrentavam o processo de reassentamento da barragem, se enfrentavam o avanço das cercas da Codevasf na caatinga.

Dessa forma, é preciso que se entenda este último Capítulo não como a descrição das primeiras reações quanto à implantação dos PPIs, nem mesmo as únicas. O que há nos documentos do arquivo da libertação é a contaminação das suspeitas acerca dos projetos de desenvolvimento, isto é, a resistência em forma da palavra, da demonstração escrita dos problemas enfrentados por aqueles que, de vários modos, foram constrangidos pelas ações da Codevasf e do Estado. Assim como no segundo Capítulo, aqui o lugar da irrigação no arquivo da libertação é imbricado pelos acontecimentos da barragem. Na verdade, é ele mesmo parte desses acontecimentos. Uma suspeita quase generalizada toma de conta dos documentos críticos dos projetos de desenvolvimento no Submédio. Conforme o Capítulo I, os documentos da barragem são os mesmos documentos da irrigação.

O quero evidenciar com isso é que, em nenhum momento, nem mesmo como uma pretensão minha e, portanto, extemporânea aos arquivos, os documentos e os relatos contidos neles descrevem ou podem ser utilizados para descrever uma postura contrária à irrigação como acesso à água para agricultura. Mesmo se fosse o objetivo desta pesquisa tornar a postura dos agentes da diocese ao longo dos anos que os registros documentais seguem como o seu objeto, isso não poderia ser dito sem um esforço, no mínimo, reducionista do próprio problema da irrigação no Submédio⁶⁰. Quanto a este último, bastaria retornar ao que se escreveu acerca dos efeitos da barragem, da necessidade e da importância das políticas de irrigação para mitigar a situação dos que foram deslocados para longe da beira do lago. Desse modo, a política de irrigação consiste no cerne dos problemas que, logo mais, veremos ser descritos com, e aqui chego ao contraponto, suspeita e acompanhada de um intenso trabalho de vigília por parte das comunidades, dos agentes pastorais e diocesanos. Portanto, é possível perceber que esses informativos passaram a dedicar-se a evidenciar, antes de tudo, uma postura crítica a uma

⁶⁰ Falarei do comentário de um dos agentes pastorais que tive o prazer de conhecer em minhas idas ao arquivo a respeito da chegada de Dom José Rodrigues à diocese de Juazeiro. Ele diz que antes do bispo ter se tornado o “bispo dos excluídos”, foi recebido por todos, sobretudo por parte das “elites”.

política que beneficiava no instante mesmo em que 72.000 pessoas tinham perdido suas terras pelas águas da represa.

3.4. As comunidades e trabalhadores rurais

Nesta última seção, dedico o espaço para examinar o material elaborado pelas comunidades e pelos trabalhadores rurais dos Projetos de Irrigação. É por meio dele que aprofundo os aspectos da irrigação que foram denunciados pela documentação mencionada nas seções anteriores.

*

Na história das políticas de irrigação do Nordeste os nomes de José Sarney e do seu ministro da irrigação Vicente Fialho têm um capítulo específico. Dito isso, não foi incomum o encontro com documentos elaborados e mobilizados em torno desses nomes nos arquivos da diocese. Mas esses nomes são relativos aos anos de 1985-1989. Há, portanto, outros que, localmente, estavam lá em meio aos recortes de jornais, textos críticos, documentos de colonos e documentos oficiais da política de irrigação. Como, por exemplo, o nome do senador Nilo Coelho, político pernambucano responsável pelos investimentos públicos nas obras de infraestrutura de Petrolina, sobretudo voltadas para a agricultura irrigada. E, talvez ainda mais importante destacar, os nomes comuns, aqueles que foram representados pelos nomes das comunidades deslocadas ou que tiveram suas terras estreitadas e subtraídas pelo avanço dos PPis da Codevasf. Os trabalhadores das fazendas de irrigação que tiveram sua identificação por meio de abaixo-assinado, as famílias as quais só pude conhecer por meio dos levantamentos, dos números de membros desempregados ou empregados pelas frentes de serviço da Codevasf na implantação dos canais e infraestruturas dos Projetos. Quem são todos esses que aparecem na documentação dos arquivos da diocese da qual tratarei neste Capítulo?

Aliás o material de que disponho a respeito desses últimos grupos é parco, singelo demais assim como as cartas endereçadas para Dom José Rodrigues e para a CPT, as informações sobre os personagens são poucas e não muito elucidativas. É sim um trabalho de rastrear os nomes e lugares comuns nessa dispersa documentação, mas é preciso largar de mão do vício de tomar os documentos como dados para coleta, ou que o seu conteúdo seja uma evidência histórica. Se esses nomes estão lá somados a outros que nem nomes sequer é possível

recuperar, é porque essa documentação não foi feita para servir às nossas expectativas como pesquisadores de e com arquivos. E o que vale mais dizer, “nem tudo deveria ser arquivável e que nem todas as formas de relacionamento deveriam ser medidas pelo arquivo” (Azoulay, 2024: 69). A primeira ensina que é necessário suspeitar, tratar como produto de um processo violento terem nos arquivos sujeitos e comunidades inteiras dispostas em documentos. O fato de terem que registrar ou servir como objetos de registro tornam os arquivos frentes de combate (Azoulay, 2024).

Se elas, as personagens, hoje são tratadas como elementos desses arquivos foi, portanto, porque foi preciso dizer o que lhes foram ditos. Porque Dom José Rodrigues, fundava com ajuda das pastorais o programa de Rádio Semeando a Verdade, na Rádio Rural de Petrolina. Ou então, lembremos, os Boletins da diocese e da CPT, *Caminhar Juntos* e *Caminhando*, respectivamente, fundamentais para a comunicação eclesial. Boa parte dos materiais que pude acessar a partir da problemática da irrigação foi, portanto, alimento para esses canais de comunicação e enfrentamento contra a Chesf, na maior parte dos casos, mas também contra as ações da Codevasf e de grileiros. Transcorre daí que esses nomes, sujeitos e comunidades enviavam seus relatos, abaixo-assinado e relatórios e documentos acerca da situação dos perímetros, tanto dentro como fora das suas cercas, para poderem ser ouvidos, lidos e levados a sério quanto às suas situações. Mas, sobretudo por conta de tudo que foi exposto, porque a razão mesma das ações da diocese e da Pastoral da Terra que, com o passar do tempo, foram armazenadas em arquivos, é a libertação.

Como definido por Dom José em reunião para a criação da CPT de Juazeiro, a nova pastoral deveria ser a Pastoral de Libertação. Estava na ordem da época o reforço da resistência das comunidades uma cédula capaz de auxiliar a organização, ser, em muitos casos, a própria forma de organização. Para esse esforço quase inaugural de organização social, como foi bem avaliado por Siqueira (1991), era preciso o combustível e a matéria prima para isso, o *testemunho*.

A imagem suscitada a partir da documentação foi precisamente a partir de uma carta endereçada para Dom José. Nela, o remetente escreve sobre seus problemas com o avanço dos Projetos de Irrigação nas suas terras. “É preciso tirar as pedras para os outros poderem caminhar”, assim termina a carta (*Correspondências das comunidades, 1980*). Penso a partir dessa passagem as outras tantas cartas, contando dos problemas infernais do avanço das cercas

da Codevasf. Todas partem da mesma base, o “desassossego”, a “falta”, a contenção causadas pelos projetos. O *testemunho* serve sobretudo para mobilizar a comunidade em torno da luta contra os próprios problemas. Em outra palavra, dar conta da nova disposição da relação entre terra e água e dos *seres* que emergem desta relação.

O que eu entendo por *testemunho* está alinhado ao que Dallo (2014) analisa acerca da influência da pedagogia de Paulo Freire e a Teologia da Libertação. O *testemunho* serve sobretudo para mobilizar a comunidade em torno da luta contra os próprios problemas e os problemas dos outros. De forma ainda mais elucidativa, faço referência ao que Dom José Rodrigues falou acerca da missão da “Pastoral Libertadora” e de como se referiu à CPT e as ações diocesanas: congregar e propagar *testemunhos*. Levando-se em conta a ênfase objetivada pelo próprio *testemunho*, a relação entre o sujeito e o mundo, cuja ação se lança contra as injustiças (Dallo, 2014). Transcorre daí que esses nomes, sujeitos e comunidades enviavam seus relatos, abaixo-assinado e relatórios e documentos acerca da situação dos perímetros, tanto dentro como fora das suas cercas, para poderem ser ouvidos, lidos e levados a sério quanto às condições que estavam submetidos.

Além disso, o que vale mais a dizer é que o *testemunho* é o vocabulário específico dos agentes paroquianos, sobretudo quando se referem às mobilizações das comunidades e dos camponeses nas articulações sindicais e da pastoral com o objetivo de contarem a respeito das suas respectivas situações ou conflitos denunciados em diferentes localidades. A exemplo disso, temos as cartas endereçadas para a diocese e a CPT. Através do programa de rádio, o Semeando a Verdade, pessoas de diferentes regiões do Vale do São Francisco acompanhavam os sermões e debates promovidos pelas ações da Comunicação Popular da diocese, proferido pelo bispo contra, em muitos casos, os agentes da Chesf, Codevasf e as elites locais. De antemão, lancei-lhes os tipos de documentação abertos no Acervo Dom José Rodrigues e na Comissão Pastoral da Terra. Agora resta-lhes examinar o cerne deste Capítulo: o que, afinal, se descreve nos e pelo arquivo da Libertação?

Talvez a tarefa mais molecular (Villela, 2004) tenha sido esta, encontrar um ponto comum nos relatos dispersos, sob formas ainda mais dispersas. Se há algo que se pode extrair, no entanto, disso, e que o torna, sobretudo, pela dispersão, o cerne desses relatos é, precisamente, a natureza das ações da Codevasf e a tomada das terras da caatinga. Como se verá nesta seção, ora

se comporta como autoritária. Nunca, entretanto, distante do relatado pela literatura da barragem de Sobradinho quanto às ações da Chesf.

Colocamo-nos, portanto, defronte à crítica aos projetos desenvolvimentistas para imaginarmos seguindo o que se anuncia no tecido documental a ordem mesmo da contestação.

3.4.1 Os animais entre cercas

Tal como aconteceu com a inundação da barragem, as águas da irrigação causaram o afogamento de animais de criação e do gado dispersos em meio à caatinga. Os canais de irrigação são longos e profundos, sem cercas na maioria dos casos. Assim foram relatados nos documentos que primeiro reagiram à implantação dos PPIs de Curaçá e Maniçoba, em Juazeiro.

A Pastoral da Terra realizou em 1981 um levantamento da quantidade de animais mortos nos canais de irrigação após as reclamações durante as assembleias com trabalhadores rurais e em reunião com sindicatos. O contexto que agravava ainda mais a situação era a seca de 1979-1984. Nessa ocasião, com a tomada das áreas de pasto da caatinga pelos projetos, os mananciais para os animais foram desativados, o que resultou na aproximação dos canais de irrigação com as fontes hídricas para o abastecimento de água.

Embora não tenhamos uma medida exata ou estimada da quantidade de animais mortos em decorrência dos grandes projetos, aqui temos uma estimativa de 400 nas proximidades de dois dos Projetos: Curaçá e Maniçoba. A pesquisa revelada pelos agentes da Pastoral da Terra foi convocada após denúncias recorrentes dos casos de afogamento ocorridos no extremo leste do município de Juazeiro. Mas também nos casos perto da borda do lago de Sobradinho.

Talvez seja sintomático, uma mórbida alegoria, a forma como as águas tomaram de conta da paisagem do São Francisco afetando diretamente os animais, seja pela inundação da represa como também pelos canais. O novo regime fundiário energético deu conta quase que primeiramente de tentar subtrair uma das principais atividades de ocupação do São Francisco: a pecuária extensiva e a criação na solta. Como vimos no Capítulo II, a exceção dessas terras surge em um momento em que se considerou que as coisas precisavam ser de outro jeito. Nisso, nem mesmo os animais seriam poupados. As águas da barragem não pararam no limite da borda, passava-se para além da margem em direção à caatinga. O que se descreve não é outra coisa que não a “descapitalização” examinada por Sigaud (1986). Tenhamos em mente, novamente, o avanço de mais de 900 km de extensão dos canais de irrigação cortando a caatinga. O que equivale a dizer que uma das mais importantes infraestruturas implantadas no sertão do São

Francisco assemelha-se ao emprego dos impactos da abertura de novas estradas em outros contextos etnográficos (Diegues, 1999; Queiroz, 1983).

3.4.2 As pessoas entre cercas

Nesta seção, tratarei dos materiais de distintas comunidades que tiveram em comum os problemas gerados não pela falta de água na caatinga para a plantação, mas justamente pela disposição da água acompanhada das cercas dos grandes Projetos de Irrigação. A saber, as comunidades de Mulungu, Jatobá, Curaçá, e Maniçoba, e os colonos do Projeto Curaçá. Como em uma espiral, os problemas aqui convergem todos para um só ponto: o controle das terras da caatinga confisca e encurrala as pessoas.

A carta da comunidade Jatobá de 1981 faz referência a forma como as cercas da Codevasf estavam invadindo suas terras. Na descrição, a autora nos conta que o limite da Codevasf já estava avançando sobre as terras da caatinga, tomando espaço até do cemitério. A frase emblemática de Walter Benjamin “nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer” (Barrento, 2023: 12), ganha sentido aqui.

Em outra carta (de 1982) é relatado outro avanço nas terras pela Codevasf. Os animais de criação e o gado, em comunidades de fundo de pasto, ficam soltos. Normalmente os transtornos entre essas áreas acontecem também com os canais de irrigação sem cercas e próximos às comunidades. Com isso, como foi apresentado na subseção anterior, todo o espaço da caatinga fica reservado aos animais. Na carta que fiz referência, a situação descrita apresenta mais uma vez as cercas da Codevasf tomando o limite. Bem no começo, a autora diz ter entrado em contato com a instituição para falar do problema do seu avanço que chegava perto da sua cacimba, mas não obteve resposta do outro lado. Em uma segunda carta, do mesmo ano, 1982, a autora conta que já a Codevasf recuou sua cerca para passar entre a cacimba, e não mais sobre ela, mas a decisão chegará tarde, pois já não tinha mais os animais, os vendeu por não ter mais espaço.

Dentro dos documentos há também um texto referente às condições dentro dos Projetos. Se o avanço deles era um problema, fora também havia problemas da ordem do controle e das condições em que os colonos estavam. Intitulado *Relatório dos colonos do Projeto Curaçá*, de 1986, elaborado por 10 homens, cujo abaixo-assinado foi anexado, endereçado para

Dom José, descreve cinco problemas enfrentados por ele: saúde, educação, produção das suas culturas e água.

De acordo com o relatório, os colonos reivindicavam melhorias nas escolas das agrovilas, sem professores para seus filhos. O problema recorrente também nos documentos e atas das assembleia dos trabalhadores. Quanto aos médicos, poucos tinham disponibilidade para atender os colonos nos Projetos. Sem dia ou período específico, é apresentada uma situação em que para serem atendidos era necessário irem para as cidades. O terceiro problema era de ordem técnica e cultural. Entende-se que as culturas demoravam para serem aproveitadas e comercializadas, tornando muitas vezes inviáveis colheitas em determinado período do ano. Justamente nesses períodos, para os colonos, a Codevasf engrossava as ordens de aumento de produção, ou para o limite para que fossem considerados produtivos. Quanto a isto, a queixa estava na forma como a Codevasf agia. Chamados de “técnicos autoritários”, embora não haja muitos detalhes, as denúncias concentravam-se na atitude dos técnicos de impor padrões de comportamento e de produção para serem seguidos dentro do perímetro. Por fim, o último ponto é a falta de estrutura e a alta taxa de água, um pagamento cobrado pela manutenção dos sistemas de irrigação, bem como pela estrutura do Projeto. Nesse sentido, os colonos descrevem que nas agrovilas não tinham água para uso doméstico, cuja reclamação por chafariz muitas vezes não era atendida de prontidão, ou quando era, ocorria de deixarem secar, sem manutenção. Somado a isso, a queixa do valor da taxa de água é constante também nas atas das assembleias. Em todos os casos relatados nos documentos apresentava o problema de que a cobrança era feita em épocas que os colonos não teriam tido retorno das suas colheitas, ou no período entre safras. Reclamavam que a Codevasf não suspendia a cobrança, ou então que quando suspensa, os juros já haviam chegado a um valor altíssimo. Em outro contexto, um problema similar também foi relatado por meio de relatório enviado ao Bispo. Os colonos em Betume, Sergipe, enfrentavam, sob a mesma pressão de produção e cobrança da taxa de água, o autoritarismo da Codevasf.

Tal como apresentei no primeiro Capítulo desta dissertação, esse espaço virtual da caatinga - apresentada como *área de exceção* na segunda parte - negligenciado pela literatura da barragem de Sobradinho foi precisamente o palco da discussão nessa terceira parte. Uma caatinga anunciada pelo conflito que marca a sua irrigação intensificada pela construção da barragem. A insistência dessa separação entre beira e caatinga como elemento de descrição da vida dos ribeirinhos faz sentido. No entanto, essa separação como elemento da descrição dos

efeitos de uma tal empreitada como a barragem perde, no ponto aqui apresentado, importância. As cartas dos mortos e dos *encurralados* descrevem uma caatinga cercada pelas cercas dos projetos. Dentro das cercas, uma ocupação parca de estrutura e de dignidade. Uma caatinga em transformação.

Considerações finais

Pela perspectiva diacrônica, dos acontecimentos descritos nesta dissertação, a imagem suscitada parece ser aquela do “anjo da história” de Walter Benjamin (Barrento, 2023).

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para afastar qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que parece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval (: 14)

Décadas e séculos de desenvolvimento, acumulando e atualizando expulsões e produzindo algumas louváveis exceções para os entusiastas da irrigação realizada pela Codevasf, parecem ser a forma como se constituiu o polo de desenvolvimento Petrolina-Juazeiro. No entanto, como parar o anjo da história e fazê-lo acordar os mortos, salvando-os dos escombros que se erguem na caatinga - este espaço transformado pelas águas e suas cercas?

A Terra dos Impossíveis, como foi apelidada Petrolina durante a campanha pela irrigação nos anos 1980, suscitou uma questão fundamental para refletir a partir do que foi exposto e do problema do anjo da história. É preciso tornar as realizações do desenvolvimento impossíveis, segundo a proposta de Azoulay (2024). Ou seja, iluminar uma série de processos violentos responsáveis por transformar o impossível em possibilidade. A força que Melo (*Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*, 1988) prospecta ao lado de Molle (*Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento*, Recife, 1994) evidenciam a natureza da *área de exceção*, parte de sua singularidade é a presença de um relativo *vazio* traduzido em ausência de conflito. Além de defenderem, para isso, coerção e controle para manter seu status ou a própria constituição da referida área. Não se pode esquecer dos esforços dispostos pelos governos estaduais e federal para a implantação do Submédio São Francisco como região prioritária para os programas de irrigação.

Mas é somente a contrapelo que a história, e a antropologia, podem oferecer disputas discursivas e enunciativas sobre as condições de possibilidade das exceções.

Dito isso, esta pesquisa teve como objetivo oferecer um espaço para expor uma relação de forças virtual entre o arquivo da exceção e o arquivo da libertação. Busquei contribuir com registros e descrições de ambos os arquivos, para que o leitor interessado possa suspeitar dessa Terra dos Impossíveis. Com isso, procurei pensar nas exceções, nos controles, nas cercas, na emergência de regiões destinadas ao desenvolvimento e em outros elementos que compõem a singularidade dessas terras. Contudo, só pude fazer isso por meio da transição dos registros dos vazios para os *testemunhos da libertação*, para os boletins informativos e outros documentos produzidos para a libertação das comunidades ribeirinhas e catingueiras.

Procurei, no primeiro capítulo, fazer uma revisão bibliográfica juntamente com um ajuste requerido pelos arquivos. Além disso, constitui um mosaico para facilitar a exposição nos demais capítulos. No segundo, descrevi o arquivo da exceção, propondo pensá-lo como uma força de exceção que localiza e constitui zonas de interesse para o desenvolvimento, cujas características discuti durante as seções. No terceiro e último capítulo, examinei o arquivo da libertação, cuja função é servir de apoio para a libertação das terras contra as *bestas-feras*.

Por fim, gostaria de finalizar esta dissertação explicando o motivo da escolha de seu título. Embora tenha feito isso durante a dissertação, o fiz de maneira indireta.

O que vem depois das águas partiu, na verdade, da inspiração que tive a partir de uma reação de uma pessoa deslocada pela Codevasf no caso Betume. Encontrei seu relato no relatório *Problemática atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco na área do Betume e no Baixo São Francisco*, de 1976 a 1987. Nesse relatório, os colonos e ex-trabalhadores da fazenda Betume apresentam a situação gerada pela desapropriação das terras da fazenda pela Codevasf, além do controle exercido pelos técnicos sobre os colonos e trabalhadores da irrigação. O comentário que deu origem ao título foi feito por uma das trabalhadoras que vivia na fazenda. Ela reagiu ao fato de que a política da Codevasf de seleção dos colonos dava preferência a pessoas com menos de 40 anos. A mulher mencionou que, devido aos seus 45 anos, ficou de fora da distribuição de lotes irrigados e concluiu, dizendo: “Depois que as águas chegaram, eles nos expulsam” (: 04).

Encontrei também uma formulação semelhante em uma das cartas das comunidades do Projeto Maniçoba e Curaçá, em Juazeiro, apresentadas no Capítulo III, endereçada ao bispo Dom

Rodrigues. Ao relatar o problema do avanço das cercas da Codevasf em suas terras, essas comunidades reclamaram que, quando a “água chegou” às suas terras pela irrigação, a comunidade passou a sofrer com tentativas de expulsão, com as cercas cada vez mais próximas (*Correspondências das comunidades*, Juazeiro, 1981).⁶¹

O que vem depois das águas é também a *área de exceção* na qual sua singularidade foi tornar a região ribeirinha em uma “civilização do canal” (*Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento*. Recife, 1991). Deixar de ser, de uma vez, sertão.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). *Polos Nacionais de Agricultura Irrigada: Mapeamento de Áreas Irrigadas com Imagens de Satélite*. Brasília: ANA, 2020. 46 p.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?: e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009. 92 p.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. “Narrativas agrárias e a morte do campesinato”. *RURIS* (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 1, n.2. DOI: 10.53000/rr.v1i2.656. [2007] 2012 Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16773>.

ALMEIDA SILVA, Camila A. *As uvas de zêuxis: Globalização e divisão sexual do trabalho na viticultura de exportação no semiárido brasileiro*. 321f. Tese (doutorado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2022.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. [1999]. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. “O pensamento geográfico e a realidade brasileira”. *Boletim paulista de geografia*, São Paulo, n. 68, 1989.

ARANTE, Paulo. “1964, o ano que não terminou”. In: TELE, Edson; SAFATLE, Vladimir. O que resta da Ditadura. Editora Boitempo: São Paulo. 2010.

⁶¹ É também uma conexão que faço - não por contraste, mas como inspiração - com o trabalho de Siqueira (1992), agente da CPT, para quem a resistência da inspiração - com o trabalho de Siqueira (1992), agente da CPT, para quem a resistência da população atingida pela barragem de Sobradinho é, precisamente, “o que as águas não cobriram”.

ASSIS SILVA, Francisco de. *Educomunicação no sertão do São Francisco: o papel do Acervo Dom José Rodrigues de Souza em Juazeiro da Bahia*. 2020. 234 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ASSIS SILVA, Francisco de. “Paulo Freire e suas marcas no Vale do São Francisco”. Dossiê 100 anos de Paulo Freire: *Comunicação & Educação*, ano 26, n. 2, p. 228-239, jul/dez 2021.

AZOULAY, Ariella Aisha. *História potencial*. São Paulo: Ubu, 2024. 261 p.

BARRENTO, João (org). *O anjo da história: Walter Benjamin*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. 261 p.

BEZERRA, Sabrina. *Política oblíqua do desenvolvimentismo: análise antropológica dos Planos Diretores da Sudene*. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em ciências sociais). Universidade Federal do Vale do São Francisco. 2021.

BEZERRA, Sabrina. “As *feras* desenvolvimentistas: abrindo arquivos e suspeitas”. In: Anais da 34ª RBA. Belo Horizonte, 2024.

BOFF, Frei Leonardo. “Direitos dos pobres como direitos divinos”. Palestra proferida durante o 1º Encontro Nacional de Grupos de Defesa dos Direitos Humanos. Petrópolis, Rio de Janeiro. 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique, FALETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 34

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. “Globalização, urbanização e reprodução da força de trabalho: políticas energéticas e irrigação no Vale do São Francisco”. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa *et al.* Energia na Amazônia. 996. ed. [S. l.]: Universidade Federal do Pará, 1996. v. 1, p. 421-429.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. “Frutas para o Mercado Global”, *Estudos Avançados*, vol. 11, 1997.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Ubu, 2020. 240 p.

CLIFFORD, James. *Routes: Travel and Translation In the Late Twentieth Century*: Routes: Travel and Translation In the Late Twentieth Century. Londres: Harvard University Press, 1998.

CONTEL, Fabio Betioli. “As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)”. *Terra Brasilis: Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, [s. l.],

v. 3, p. 1-20, 2014. DOI <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.990>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>. Acesso em: 4 fev. 2025

COLOMBO, Lucilélia. “A Sudene e a mudança institucional no regime militar”. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 8, n. 13, p. 153-175, 2013.

CRUZ, Felipe. ‘Quando a terra sair’ Os índios Tuxá de Rodelas e a barragem de Itaparica: memórias do desterro, memórias da resistência. Dissertação (mestrado em antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Unb. 2017.

DAS, Veena. “O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade”. *Dossiê Violência: outros olhares*. Cadernos Pagu, n. 37, 2011, p. 9-41.

DAOU, Ana Maria. “Efeitos Sociais da Barragem de Sobradinho: A Experiência dos Camponeses do Brejo de Dentro”. *Revista Geográfica*, n.120, p. 27-40, 1994.

DE LA CADENA, Marisol. *Seres Terra: cosmopolíticas em mundos andinos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024. 528 p.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida; PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. In: DELGADO, Lucilia de Almeida; FERREIRA, Jorge. O Brasil Republicano o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 4, cap. 3, p. 93-132.

DU BOIS, W. E. B. *Black reconstruction in America: toward a history of the part of which Black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860–1880*. Transaction Publishers, [1935] 2013.

DULLO, Eduardo. “Paulo Freire, o testemunho e a pedagogia católica: a ação histórica contra o fatalismo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 85, p. 49-61, junho de 2014.

DUQUÉ, Ghislaine. “A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens”. *Ciência e Cultura*, 35(8), p. 1054-1061, agosto de 1982.

ESTEVES, Uliana. Para que todos tenham vida: uma etnografia da ação social da Pastoral da Criança. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFRJ. 2019

ESTRELA, Ely S. *Três felicidades e um desengano: A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA*. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ed Revista. 2004.

FARGE, Arlette. *Lugares para história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 135 p.

FEITOSA, Rodolfo. *Processos sociais de subalternização do pequeno agricultor à empresa agrícola no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

FERGUSON, James. “How to Do Things with Land: A Distributive Perspective on Rural Livelihoods in Southern Africa”. *Journal of Agrarian Change*, 2012

FILHO, Leonides. *SUDENE: 50 anos*. Uma abordagem política, institucional e administrativa, 2010. Disponível em: http://www.inad.com.br/publicacao/arquivos/20120730143856p_sudene_50_anos.pdf. Acesso em: 6 de set. 2024.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022.

_____. “Nietzsche, a Genealogia, a História”. [1971]. In: Ditos e Escritos. Vol. IV 2014

_____. “O que é um autor?”. [1969]. In: Ditos e Escritos. 2014.

_____. A poeira e a Nuvem. [1980] In: Ditos e Escritos. Vol. IV 2014

FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 633 p.

FURTADO, Rosa. “A Batalha da SUDENE”. In: Centro Internacional Celso Furtado (Org). *O Nordeste e a batalha da SUDENE*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. p. 7-27.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *Terra de Trabalho: Trabalho familiar de pequenos produtores*. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 1983.

HAFFINER, Jaqueline. *A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada da Vida: Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Marcos. “O Conselho Deliberativo da SUDENE”. *In*: FURTADO, C. (Org). *O Nordeste e a saga da SUDENE: 1958-1964*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Contratempo, 2009.

LIMA, Aurilene; ROCHA BRAGA, Marina. “As Três Feridas de Sento Sé: Territórios, Povos Originários e Tradicionais Atravessados por Processos de Colonização e Projetos Modernizantes”. *In*: MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas; MONTALVÃO, Pablo. *Ambutações das Montanhas do Sertão: ecocídio e mineração na Bahia*. 1. ed. Paulo Afonso: SABEH, 2021. v. 2, cap. 10, p. 375-410.

LINS, Carlos J. C. *Crescimento dos centros urbanos no Nordeste do Brasil no período 1960-1970*. Recife: Editora Massangano. 1990.

LUCCHESI, Fernanda. *O feijão do Zé Américo: terra, trabalho e deslocamentos nas políticas contra as secas, o caso de Coremas*. 2017. 377 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LUZ, Marta. “Entrevista do professor Paulo Freire: Programa "Juazeiro Panorama" de 1983”. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, v. 2, n. 3, p. 12-25, 2014.

MARQUES, Adalton. *Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo*, Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

MARQUES, Adalton. “Se você está procurando a prisão, você encontrou a terra: pensando periferia e encarceramento a partir da CPT de Juazeiro”. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 41, p. 87-121, jan./jul. 2022a.

MARQUES, Adalton; SANTOS, Camila S. P.; BORGES, Iasmim Lara M.; FEITOSA, Janine; FERRAZ, Mario Marcio N. “A construção e as consequências da barragem de Sobradinho”. *Memolutas*, UNIVASF, 2022b.

MARTINS COSTA, Ana Luiza. *Uma retirada insólita: rio São Francisco, barragem de Sobradinho*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

MARCURIO, Gabriela de Paula. *Tempo da reparação: luta e memória da comunidade atingida de Paracatu de Baixo, Mariana/MG*. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

MENEZES NETO, Antonio Julio. “A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, maio/ago 2007.

MEDEIROS, Maria Loureiro. *Reflexões sobre os regionalismos na constituição do pensamento geográfico em Pernambuco (1930-1960)*. 127f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: the palace of sugar in modern history*. London, Penguin Books. [1985] 1986.

MOTA SILVA, Guilherme J. *Os frutos da resistência: Sindicalismo e luta dos assalariados da fruticultura irrigada no Submédio São Francisco*. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

MORAWSKA VIANNA, Catarina. *Os enleios da tarrafa: Etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. 229 p.

MURRAY, Tania; SEMEDI, Pujo. *Plantation Life: Corporate Occupation in Indonesia's Oil Palm Zone*. Durham and London, Duke university press, 2014.

NÓBREGA, Márcia. *Andar “mais eu”: os modos de composição entre terra, correntezas e povoações na Ilha do Massangano, PE*. 316f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. “A reconquista da Amazônia”. *Novos Estudos CEBRAP*: São Paulo, n.38, p.3-14 mar, 1994.

_____. “Subdesenvolvimento: Fênix ou extinção?” *In*: TAVARES, Maria; (Org). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 121-128.

PALMEIRA, Moacir. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, 1989, p. 87-108

_____. “Nordeste: violência e política no século XX”. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.13, n. 1, [1966] 2006, p. 53-62.

PELOSO, Ranulfo et al. *Saberes e Olhares: a formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 150 p.

PEREIRA, Renan Martins. *Rastros e memórias: etnografia dos vaqueiros do sertão (Floresta – PE)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3 p. 3-15, 1989.

PREBISCH, Raúl. “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas”. *Revista Brasileira de Economia*, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949. Tradução: Celso Furtado.

PUNTEL, Joana T. “Vaticano II: uma nova perspectiva para a Comunicação”. *Revista de Cultura Teológica*, [s. l.], n. 99, p. 160-178, 2021.

RAMOS, Gustavo Moreira. *Contradualismos no Opará: Lideranças Tuxá no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco*. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

ROLEMBERG, Igor. “Onde está o religioso?: Mística e espiritualidade no político, no público e no secular”. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 40(3) 49-71, 2020

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, [1946] 2014. 88 p.

SANTOS, Jônatas. *PRA FRENTE BRASIL! A relação entre o futebol e a ditadura militar durante o governo Médici (1969 - 1974), e a repercussão na Bahia através do Jornal A Tarde*. 2017. 49 p. Monografia (Licenciado em Educação Física)- Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2017.

SANTOS, Alessandra Regina. “Nas texturas da terra: movimentos e práticas de conhecimento entre os quilombos do Médio Vale do Ribeira”. In: MORAWSKA, Catarina. Engajamentos Coletivos nas Fronteiras do Capitalismo. São Carlos, Editora: EdUFSCar, 2021, p. 37-58.

SCOTT, James. *Against the Grain: A Deep History of the Earliest States*. New Haven & London: Yale University Press, 2017, p. 268, 23

SCOTT, Parry; SANTOS, D. A. dos. “Flexibilidade, liberdade e direitos: políticas e práticas de trabalho de mulheres migrantes no polo de fruticultura do Rio São Francisco-PE”. *Revista Vivencia*, n. 43, 2014, pp.29-46.

SILVA, Thais Regina Mantovanelli da. *Os Xikrin do Bacajá e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte: uma crítica indígena à política dos brancos*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/9009>.

SIQUEIRA, Ruben. *Do que as águas não cobriram: um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1992.

SIGAUD, Lygia. “Trabalho e tempo histórico entre proletários rurais”. *Revista de Administração de Empresas*, v.13, n.3, p.105-112, 1973.

_____. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, 1986.

_____. “O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.7, p.1-13, 1992.

_____. “O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais”. In: MACIEL, Tânia (Org.) *O ambiente inteiro: a contribuição crítica da universidade à questão ambiental*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991. p. 41-68

_____. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco: Duas cidades*. São Paulo. 1979.

SILVA FILHO, José C. *A besta-fera e as águas de baixo: um estudo sobre representações*. Dissertação (mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992

SOUZA MARTINS, José. *Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista*. Editora Unesp: São Paulo. 2023

SOUTO JR, J. F. (2019). “A ENGRENAGEM DA PRODUÇÃO DE FRUTAS: Estado, empresários e trabalhadores no Vale do São Francisco”. *Política & Trabalho: Revista De Ciências Sociais*, 1(50), 213–230. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2019v1n50.40029>

TEIXEIRA, Augusto. 1963. “A SUDENE compreendida à luz dos efeitos da guerra fria: uma análise do jornal O Estado de S. Paulo”. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 6, n. 8, p. 63-68, 2011.

VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, [1987] 2009.

VERAS, Edmilson C. *A SUDENE e o desenvolvimento agrícola do Nordeste no período 1960-1980*. 1993. 337f.Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1993.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins. “Irrigando a Ditadura: facetas da modernização agrícola no Brasil (1964-1975)”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 30, e0209, maio/ago. 2020.

VILLELA, Jorge Mattar. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 294 p.

VILLELA, Jorge Mattar. *Ordem pública e segurança individual: política e polícia no sertão de Pernambuco*. São Carlos: EdUFSCar, 2011. 136 p.

VILLELA, Jorge. Confiscações, Lutas Anti-Confiscatórias e Antropologia Modal. In: VILLELA, J.; VIEIRA, S. de A. (org.). *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020.

VILLELA, Jorge Mattar. “Antropologia do Sertão de Pernambuco: Pajeú e Navio”. *R@U*, São Carlos, 2023, v. 15, ed. 2, p. 186-216.

VILELA, Sérgio. *Águas públicas, riquezas privadas: A política de irrigação para o Vale do São Francisco: Bebedouro e Nilo Coelho*. 1991. 239 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1991.

Documentos

Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco. (1988). Série Estudos Regionais, Vol. 19. Biblioteca Celso Furtado, Sudene, Recife.

Abordagem do problema e dos objetivos finais do Trabalho. (1981). Pasta: Barragem de Sobradinho. Documentos, Chesf e Decretos. Caixa Grandes Projetos. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra da Bahia, Salvador.

A Codevasf e o Programa de Irrigação do Nordeste (1986-1990). (1986). Codevasf - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Caixa Projetos. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Juazeiro.

Análise de Caminhar Juntos. (n/c). Trabalho de Gerardo Carvalho Frota. Seção Boletins. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Assembleia diocesana de trabalhadores rurais. Setembro de 1987. (1987). Arquivo da Comissão Pastoral da Terra, Juazeiro.

Boletim da Comissão Pastoral da Terra Nacional: Ilhas da Resistência. (1979). Seção Boletins. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Boletim Caminhar Juntos. Edição de dezembro de 1981. (1981). Seção Boletins. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Boletim Informativo do Sindicato Pilão Arcado. Edição de outubro e novembro de 1987. (1987). Caixa Grandes Projetos. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra da Bahia, Salvador.

Cópia da Carta de Dom Pedro Casaldália. (1971). Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Conclusões de Medellin. (1968). II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Conselho Episcopal da América Latina. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Conclusões de Puebla. (1979). III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Conselho Episcopal da América Latina. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Correspondência do Bispo Dom José Rodrigues, 17/01/1978. (1978). Caixa Grandes Projetos, Barragem. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra da Bahia, Salvador.

Correspondência do Bispo Dom José Rodrigues, 1985. Pasta Irrigação 1976-1987. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Correspondência do Bispo Dom José Rodrigues, 1986. Pasta Irrigação 1976-1987. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Correspondências das comunidades, 1980. Pasta Irrigação 1976-1987. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Correspondências das comunidades, 1981. Pasta Irrigação 1976-1987. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Correspondências das comunidades, 1982. Pasta Irrigação 1976-1987. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Correspondências das comunidades, 1984. Pasta Irrigação 1976-1987. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Correspondências das comunidades, 1989. Pasta Irrigação 1976-1987. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Documento do 1º de Maio, 1981. Caixa Sindicalismo. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra, Juazeiro.

Documento abaixo-assinado das comunidades de Juazeiro-BA. (1982). Arquivo da Comissão Pastoral da Terra da Bahia, Juazeiro.

Estava embutida a semente. (1981). Caminhar Juntos, dezembro de 1981. Caixa Assembleia dos Trabalhadores Rurais (reuniões). Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Juazeiro.

Folheto Vamos Participar. (1984). Caixa Assembleia dos Trabalhadores Rurais (reuniões). Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Juazeiro.

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste: Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. (1959). Biblioteca Celso Furtado. Sudene, Recife.

Informações Gerais dos Perímetros Irrigados da 3ª DR da Codevasf. (1986). Codevasf - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Luta pela justiça e direitos humanos no Vale do São Francisco. (1978). Caixa Grandes Projetos. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra da Bahia, Salvador.

Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento. (1994). Série Hidrologia. Biblioteca Celso Furtado. Sudene, Recife.

Mensagem do Bispo Dom José. (1984). Caixa Assembleia dos Trabalhadores Rurais (reuniões). Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Juazeiro.

Mudar ou manter os rumos? O caso Proine. José Artur Padilha. (1986). Pasta Irrigação 1976-1987. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Negação/afirmação dos interesses do pequeno produtor na execução de programas. (N/C). Caixa Projetos. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Juazeiro.

Pesquisa Sobradinho. (1982). Caixa Sobradinho. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Juazeiro.

Plano de ação da Codevasf 1979-1985. Volume I. (1979). Codevasf - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Caixa Codevasf. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Juazeiro.

Plano de ação da Codevasf 1979-1985. Volume II. (1979). Codevasf - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Caixa Codevasf. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Juazeiro.

Primeiro Relatório da Comissão Sudene e CVSF. (1961). Biblioteca Celso Furtado. Sudene, Recife.

Proposição N° 012/62 de 4 de julho de 1961. (1961). Biblioteca Celso Furtado. Recife, Recife.

Proposição N°58/64 de 21 de setembro de 1964. (1961). Biblioteca Celso Furtado. Recife, Recife.

Problemática atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco na área do Betume e no Baixo São Francisco. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilha das Flores. Pasta Irrigação 1976-1987. Acervo Dom José Rodrigues, Uneb de Juazeiro.

Projeto Nordesteão. (N/C). Caixa Projetos. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Juazeiro.

Regionalização Agrária do Nordeste. (1978). Série Estudos Regionais. Biblioteca Celso Furtado. Sudene, Recife.

Sondagem da CPT em Sobradinho. (1981). Caixa Sobradinho. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Juazeiro.

Sertão Norte (1989). Biblioteca Celso Furtado. Recife, Recife.

Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. Proposta para discussão. (1985). Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Juazeiro.

Anexos

Anexo I

Catálogo das doações da SUDENE (Acervo Cercos)		
Publicação	Dados	
P1	Título	A cisterna de placas: técnicas de construção.
	Autoria	Claire Bernat, Remy Courcier e Eric Pierre Sabourin
	Ano	1993
	Tipo	Livreto
	Páginas	71p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	628.11
	Título	A retomada da Sudene
	Autoria	

P2		
	Ano	Dez de 2009
	Tipo	Revista Valor Especial
	Páginas	
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	4
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P3	Título	A seca nordestina de 1998-1999: da crise econômica à calamidade social.
	Autoria	Renato Duarte
	Ano	1999
	Tipo	Livro
	Páginas	178 p.
	Detalhes	Coleção Sudene 40 anos
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	3
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Seminário Internacional "Celso Furtado, a SUDENE e o futuro do Nordeste Formiga, Marcos; Sachs, Ignacy
	Autoria	
	Ano	2000
	Tipo	Livro
	Páginas	357 p.
	Detalhes	

P4	(volume, número, edição)	
	Observações	Homenagem aos 80 anos de Celso Furtado e aos 40 anos de criação da Sudene
	Local	
	Cópias	4
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	338.1(812/814)
P5	Título	A Sudene no sistema federativo brasileiro:
		a ascensão e queda de uma instituição.
	Autoria	Luciléia Aparecida Colombo
	Ano	2015
	Tipo	Livro
	Páginas	332 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	4
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	978-85-67579-04-7
P6	Título	Ações do governo federal objetivando neutralizar
		nos efeitos das secas no Nordeste: período 1979-83
	Autoria	
	Ano	1983
	Tipo	
	Páginas	
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	O mesmo que o P 83
	Local	

	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	

P7	Título	Agregados Econômicos Regionais:
		Nordeste do Brasil 1965-98.
	Autoria	Sudene
	Ano	1999
	Tipo	
	Páginas	232p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	3
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	339 3811
P8	Título	Apelo a Nordestinidade:
		anais do I Fórum Nordeste 2030
	Autoria	Luiz Gonzaga Paes Ladin e Leonides Alves da Silva Filho
	Ano	2013
	Tipo	
	Páginas	84p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Área do Sistema Canavieiro
	Autoria	Manuel Correia de Andrade
	Ano	1988
	Tipo	Livro - Série Estudos Regionais
	Páginas	686p.
	Detalhes	Vol. 18

P9	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	0102-8707
P10	Título	Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas
	Autoria	Manuel Correia de Andrade
	Ano	1982
	Tipo	Livro - Série Estudos Regionais
	Páginas	497p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	Vol.7
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P11	Título	Artesanato: profissão e fé
	Autoria	Sudene
	Ano	out./dez. 1976.
	Tipo	Sudene Informa (revista trimenstral da Sudene)
	Páginas	34 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Avaliação do polonordeste e do projeto sertanejo
	Autoria	MINTER/SUDENE/BNB
	Ano	1985

P12	Tipo	Livro - Projeto Nordeste
	Páginas	314p.
	Detalhes	Vol.15
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	3
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	332.43.055.2(812/814)
	Título	Avaliação do programa de agroindústria e do proálcool

P13	Autoria	MINTER/SUDENE/BNB
	Ano	1985
	Tipo	Livro - Projeto Nordeste
	Páginas	238p.
	Detalhes	Vol.17
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	338.43.055.2 (812/814)
P14	Título	Base para a recriação da Sudene por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste
	Autoria	Ministério da integração Nacional
	Ano	2006
	Tipo	Livro - Documento de Base
	Páginas	72p.
	Detalhes	Vol.3
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Bibliografia cartográfica do Nordeste
	Autoria	
	Ano	1965
	Tipo	Catálogo cartográfico

P15	Páginas	209p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	016.526.8(812/815)
P16	Título	Boletim de Recursos Naturais
	Autoria	Sudene
	Ano	jan./dez., 1972.
	Tipo	Boletim
	Páginas	143p.
	Detalhes	v. 10, n. 1/2
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P17	Título	Boletim de Recursos Naturais
	Autoria	Sudene
	Ano	jul./dez., 1974
	Tipo	
	Páginas	120p.
	Detalhes	Vol. 12, N. 2
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	

P18	Título	Boletim de Recursos Naturais
	Autoria	Sudene
	Ano	jan./dez., 1975
	Tipo	Boletim
	Páginas	
	Detalhes	Vol. 13, N. 1/2
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Boletim de Recursos Naturais
	Autoria	Sudene

P19	Ano	jan./dez., 1976.
	Tipo	Boletim
	Páginas	92p.
	Detalhes	Vol. 14, N. 1/2
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P20	Título	Catálogo das cartas topográficas do Nordeste: escala 1:100.000
	Autoria	Sudene
	Ano	1980
	Tipo	Catálogo
	Páginas	
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	

	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	(812/814)
P21	Título	Catálogo das cartas topográficas do nordeste do Brasil escala 1:100.000
	Autoria	Sudene
	Ano	1997
	Tipo	Catálogo
	Páginas	275 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	3
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	017:623.643(812/814)
P22	Título	Catálogo das cartas topográficas do nordeste do Brasil escala 1:25.000.
	Autoria	Juçara Maria de Melo Fonseca
	Ano	2010
	Tipo	Livreto
	Páginas	93p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	4
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	017:625.643 (813.3/813.5)
P23	Título	Celso Furtado: biography and bibliography.
	Autoria	Sudene
	Ano	2010
	Tipo	Livreto
	Páginas	14p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	

	Local	
	Cópias	4
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P24	Título	Como investir na agroindústria
	Autoria	Sudene
	Ano	abr./jun. 1976.
	Tipo	Sudene Informa (revista trimenstral da Sudene)
	Páginas	
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Condel: memória do desenvolvimento nordestino.
	Autoria	Sudene
	Ano	2016
	Tipo	Livreto
P25	Páginas	4p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	5
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Cooperativismo em Sergipe
	Autoria	Sudene
	Ano	jul./ago.1974
	Tipo	Sudene Informa (revista trimenstral da Sudene)
	Páginas	31 p.

P26	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P27	Título	Dados pluviométricos mensais do Nordeste: Alagoas
	Autoria	José Eurico da Paz (coord)
	Ano	1990
	Tipo	Livro - Série Pluviometria
	Páginas	116 p.
	Detalhes	Vol. 7
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
P28	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.577.21(813.5)"44"
	Título	Dados pluviométricos mensais do Nordeste: Maranhão
	Autoria	José Eurico da Paz (coord)
	Ano	1990
	Tipo	Livro - Série Pluviometria
	Páginas	103 p.
	Detalhes	Vol. 1
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.577.21(812.1)"44"
	Título	Dados pluviométricos mensais do Nordeste: Minas Gerais
	Autoria	José Eurico da Paz (coord)
	Ano	1990
	Tipo	Livro - Série Pluviometria
	Páginas	91 p.

P29	Detalhes	Vol. 10
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.577.21(815.1)"44"
P30	Título	Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras
	Autoria	IPEA, Fundação João Pinheiro e PNUD
	Ano	2016
	Tipo	Livro
	Páginas	54p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	3
P31	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Diagnóstico energético do setor mineral da mesorregião do Seridó
	Autoria	
	Ano	2013
	Tipo	Relatório final - livreto
	Páginas	105p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2

	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P32	Título	Seminário Internacional sobre Globalização e Desenvolvimento Regional: Cenários para o Século XXI
	Autoria	Sudene
	Ano	1997
	Tipo	Livreto
	Páginas	106 p.
	Detalhes	Documentos básicos
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	338.1(812/814)
P33	Título	Estatística básica sobre população e emprego
	Autoria	Sudene
	Ano	1977
	Tipo	Livro - Série População e Emprego
	Páginas	96 p.
	Detalhes	Vol. 1
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	31.339.233 (812/814)
P34	Título	Estatística básica sobre população e emprego
	Autoria	Sudene
	Ano	1977
	Tipo	Livro - Série População e Emprego
	Páginas	113 p.
	Detalhes	Vol. 2
	(volume, número, edição)	

	Observações	
	Local	
	Cópias	3
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	31.339.233 (812/814)
P35	Título	Estatísticas do Nordeste 1: Nordeste em números
	Autoria	Sudene - Ministério da Integração Nacional
	Ano	2010
	Tipo	Livro
	Páginas	191p.
	Detalhes	Vol. 1
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	4
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	978-85-67579-01-6
P36	Título	Estatística do Nordeste 2: Nordeste em números
	Autoria	Sudene - Ministério da Integração Nacional
	Ano	2013
	Tipo	Livro
	Páginas	280 p.
	Detalhes	Vol. 2
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	4
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	978-85-67579-01-6
	Título	Estruturação de Propostas de Investimento em Infraestrutura modelo de cinco dimensões
	Autoria	Ministério da Economia, Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade e Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura
	Ano	2022
	Tipo	Livro
	Páginas	285 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	

P37	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P38	Título	Estudo e previsão da qualidade da água de açudes
		do nordeste semiárido brasileiro
	Autoria	Sudene
	Ano	1989
	Tipo	Livro - Série Hidrologia
	Páginas	93 p.
	Detalhes	Vol. 26
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	556.56:556.11 (812/814)
P39	Título	Estudos sobre lagostas no estado do Rio Grande do Norte
	Autoria	Sudene
	Ano	1984
	Tipo	Livro - Série Estudos de pesca
	Páginas	43 p.
	Detalhes	Vol. 11
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	0100-5057
	Título	Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia
	Autoria	Sônia de Oliveira Leão
	Ano	1987
	Tipo	Livro - Série Estudos Regionais
	Páginas	412p.

P40	Detalhes	Vol. 14
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	3
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	0102-8707
P41	Título	Formação bruta de capital fixo do setor público: nordeste do Brasil 1960-95
	Autoria	Sudene
	Ano	1997
	Tipo	Livro
	Páginas	134 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	330.146:336.5/6(812/814)
P42	Título	Formação bruta de capital fixo do setor público: nordeste do Brasil 1960-95
	Autoria	Sudene
	Ano	1997
	Tipo	Livro
	Páginas	134 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	330.146:336.5/8(812/814)
	Título	Geometria dos pequenos açudes
	Autoria	François Molle
	Ano	1994
	Tipo	Livro - Série Hidrologia
	Páginas	135 p.

P43	Detalhes	Vol. 29
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2

	ISSN/ISBN/CDU/CDD	556.55 (812/813)
P44	Título	Industrialização rural no Nordeste
	Autoria	MINTER/SUDENE/BNB
	Ano	1985
	Tipo	Livro - Projeto Nordeste
	Páginas	488p.
	Detalhes	Vol. 8
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	3
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	(812/814)
P45	Título	Informações sobre o projeto piloto de irrigação de Mandacaru
	Autoria	Gelson Medeiros de Barros
	Ano	1971
	Tipo	Texto/documento
	Páginas	36 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Infra-estrutura rural no Nordeste
	Autoria	MINTER/SUDENE/BNB

P46	Ano	1987
	Tipo	Livro - Projeto Nordeste
	Páginas	280p.
	Detalhes	Vol. 9
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	631.4 (812/814)
P47	Título	Isótopos ambientais aplicados a um estudo hidrogeológico do Nordeste brasileiro.
	Autoria	Ministério do Interior, Sudene
		Departamento de Recursos Naturais, Divisão de Recursos Minerais
	Ano	1979
	Tipo	Livro - Série Hidrogeologia
	Páginas	55 p.
	Detalhes	Vol. 58
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	556.31 (812/814)
P48	Título	Manual do pequeno açude
	Autoria	François Molle e Eric Cadier
	Ano	1992
	Tipo	Livro
	Páginas	521 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	556.55 (812/813) (035)

P49	Título	Marcos Históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento
	Autoria	François Molle
	Ano	1994
	Tipo	Livro - Série Hidrologia
	Páginas	193 p.
	Detalhes	Vol. 30
	(volume, numero, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	556.55 (812/813)
	Título	Na Paraíba, uma fábrica à sua espera

P50		
	Autoria	Sudene
	Ano	set/out de 1974
	Tipo	Sudene Informa (revista trimenstral da Sudene)
	Páginas	26 p.
	Detalhes	
	(volume, numero, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Nordeste cidadania e desenvolvimento - Esboço de uma política regional
	Autoria	Sudene
	Ano	1994
	Tipo	Livro
	Páginas	95 p.
	Detalhes	
	(volume, numero, edição)	

P51	Observações	
	Local	
	Cópias	4
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P52	Título	Nordeste: uma estratégia para vencer desafio da seca e acelerar o desenvolvimento
	Autoria	Sudene
	Ano	1999
	Tipo	Livro
	Páginas	169 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P53	Título	O nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão
	Autoria	Angela Nascimento e Marcos Costa Liam (org)
	Ano	2016
	Tipo	Livro
	Páginas	458 p.
	Detalhes	Vol. 2
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	978-85-67579-07-8
	Título	O projeto Pintadas: uma experiência de "pesquisa-desenvolvimento" no sertão baiano
	Autoria	Courcier, Rémy
	Ano	1993
	Tipo	Livro
	Páginas	131p.
	Detalhes	

P54	(volume, numero, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	85-7019-265-7
P55	Título	O subsistema urbano - regional de Aracaju
	Autoria	José Alexandre Filizola Diniz
	Ano	1987
	Tipo	Livro - Séries Estudos Regionais
	Páginas	345p.
	Detalhes	Vol.15
	(volume, numero, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	0102-8707
	Título	O subsistema urbano - regional de Feira de Santana
		Sylvio C. Bandeira de Melo e Silva, Barbara-Chistine M.

P56		Nentwig Silva e Sonia de Oliveira Leão
	Ano	1985
	Tipo	Livro - Séries Estudos Regionais
	Páginas	376p.
	Detalhes	
	(volume, numero, edição)	Vol.13
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	711.45;338.1(814.22)
	Título	O subsistema urbano - Ilhéus-Itabuna
	Autoria	Sylvio C. Bandeira de Melo e Silva, Barbara-Chistine M.
		Nentwig Silva e Sonia de Oliveira Leão
	Ano	1987
	Tipo	Livro - Séries Estudos Regionais
	Páginas	412p.

P57	Detalhes	Vol.16
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	0102-8707
P58	Título	O subsistema urbano - regional de Teresina
	Autoria	José Alexandre Filizola Diniz
	Ano	1987
	Tipo	Livro - Séries Estudos Regionais
	Páginas	
	Detalhes	Vol.17
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	0102-8707
P59	Título	Organização Institucional da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE
		Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Escritório no Brasil
	Autoria	ADENE
	Ano	2001
	Tipo	Documento
	Páginas	
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	

P60	Título	Pacto Nordeste: ações estratégias para um salto do desenvolvimento regional
	Autoria	Sudene
	Ano	1996
	Tipo	Documento síntese
	Páginas	26p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	338.1 (812/814)
P61	Título	Perdas por Evaporação e Infiltração em Pequenos Açudes
	Autoria	François Molle
	Ano	1989
	Tipo	Livro - Série Hidrologia
	Páginas	175 p.
	Detalhes	Vol.25
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	556.14:556.55 (812/813)
	Título	Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas
	Autoria	Ministério da Integração Nacional
	Ano	2017

P62	Tipo	Livro - Série População e Emprego
	Páginas	238 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	3
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	978-85-64478-59-6

P63	Título	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
		do Município de Salgueiro e seu entorno
	Autoria	
	Ano	2017
	Tipo	
	Páginas	73 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P64	Título	Plano de Desenvolvimento Sustentável
		área de influência do município de Bom Conselho
	Autoria	Sudene
	Ano	2016
	Tipo	Livreto
	Páginas	109 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	3
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste
		elementos para discussão
	Autoria	Sudene - Ministério da Integração Nacional
	Ano	2010
	Tipo	Livreto
	Páginas	33p.
	Detalhes	

P65	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	3
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P66	Título	Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional 2012
	Autoria	Sudene
	Ano	2012
	Tipo	
	Páginas	
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P67	Título	Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional 2014
	Autoria	Sudene
	Ano	2014
	Tipo	
	Páginas	
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	

P68	Título	Premio Nacional de Desenvolvimento Regional 2010
		homenagem a Celso Furtado
	Autoria	Sudene - Ministério da Integração Nacional
	Ano	2010
	Tipo	Livro
	Páginas	357p.

	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P69	Título	Projeções de populações das microrregiões e dos municípios do Nordeste 1985/2000
	Autoria	Sudene
	Ano	1989
	Tipo	Livro - Série População e Emprego
	Páginas	
	Detalhes	Vol.25
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Secas no nordeste 1979-1983
		o longo flagelo e as ações do governo
	Autoria	Sudene
	Ano	1983
	Tipo	Livreto

P70	Páginas	
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P71	Título	Semi-árido: água e sede por quê?
	Autoria	Izaías Vasconcelos de Andrade
	Ano	1996
	Tipo	Livreto
	Páginas	36 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	556.18 (812/184)
P72	Título	Síntese dos Trabalhos e Publicações Elaborados através da cooperação técnica Brasil/França
	Autoria	Benedito J.Z. Seraphim e Eric Cadier
	Ano	1994
	Tipo	Livro - Série Hidrologia
	Páginas	62 p.
	Detalhes	Vol.34
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	

P73	Título	Sudene - 35 anos: os caminhos do Desenvolvimento
	Autoria	Sudene
	Ano	dez de 1994
	Tipo	Sudene Informa (revista trimestral da Sudene)
	Páginas	15p.
	Detalhes	Edição comemorativa
	(volume, numero, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	2
P74	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Sudene: uma parceria de sucesso no Vale do São Francisco
	Autoria	Sudene
	Ano	1995
	Tipo	Livreto
	Páginas	46p. + Anexos
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	

	Observações	
	Local	
	Cópias	2
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	338.1 (282.281.5)
	Título	Tecnologia rural no Nordeste
	Autoria	MINTER/SUDENE/BNB
	Ano	1987
	Tipo	Livro - Projeto Nordeste
	Páginas	187p.
	Detalhes	Vol.10
	(volume, numero, edição)	

P75	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	631.4(812/814)
P76	Título	Viabilidade do setor informal: a demanda de pequenos serviços Recife
	Autoria	Clóvis Cavalcanti
	Ano	1983
	Tipo	Livro - População e Emprego
	Páginas	
	Detalhes	Vol.13, 2ª ed
	(volume, numero, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	331.024(813.41) 331.04
P77	Título	Viúvas da Seca
	Autoria	Daniel Aamot, Dantas Suassuna, Ismael Portela,
		Iarciana Portella e Telma Castelo Branco
	Ano	1999
	Tipo	Livro de imagens e poemas
	Páginas	106 p.
	Detalhes	Edição Rebento
	(volume, numero, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Perfil de empresas
	Autoria	Sem autor
	Ano	1985
	Tipo	Livro – Leilão de ações de empresas
	Páginas	135 p.

P78	Detalhes	cial do FINOR – Bolsa de Valores Minas - Espírito Santo – Brasília. Vitória (ES) – 22 de feve
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	Fortaleza
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	Sem informações
P79	Título	Incentivos Fiscais da Redução e do Reinvestimento do Imposto de Renda
	Autoria	Sem autoria/ Sudene
	Ano	1998
	Tipo	Cartilha
	Páginas	13 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P80	Título	Catálogo de publicações editadas pela Sudene 1959-1994
	Autoria	Sem autoria/ Sudene
	Ano	1994
	Tipo	Catálogo
	Páginas	309 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	

P81	Título	Desníveis Regionais no Brasil
	Autoria	Jorge Fernando de Santana
	Ano	1992
	Tipo	Datilografado
	Páginas	27 p.
	Detalhes	
	(volume, numero, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P82	Título	Pesquisa de mão-de-obra na Região Mineira da SUDENE
	Autoria	Ministério do Interior, Sudene
	Ano	1985
	Tipo	Livro
	Páginas	192 p.
	Detalhes	Série: Brasil. SUDENE. Recursos Humanos e Formação Profissional, 1
	(volume, numero, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	331.024(812/815.1-17)(079.5)
P83	Título	Ação do Governo Federal no combate às secas no Nordeste 1979-1983
	Autoria	Ministério do Interior, Sudene
	Ano	1983
	Tipo	Livro/ Datilografado
	Páginas	64 p.
	Detalhes	
	(volume, numero, edição)	
	Observações	

	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P84	Título	As secas do Nordeste (Uma abordagem histórica de causas e efeitos)
	Autoria	Ministério do Interior, Sudene
	Ano	1981
	Tipo	Livro
	Páginas	81 p. + anexos
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.577.38(812/814)
P85	Título	Governo Federal – Programa de Assistência às Vítimas da Seca no Nordeste – 1979
	Autoria	Ministério do Interior, Sudene
	Ano	Sem data
	Tipo	Folheto/ Folder
	Páginas	8 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Sudene vinte anos (1959-79)
	Autoria	Ministério do Interior, Sudene
	Ano	1980 [1979]
	Tipo	Livro
	Páginas	151 p.

P86	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Levantamento de reconhecimento semidetalhado da área do Planosol Solódico no

P87	Autoria	Estado do Rio Grandes do Norte
	Ano	1976
	Tipo	Livro
	Páginas	97 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	Série Recursos de Solos n° 5A
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	631.4(813.2)
P88	Título	Nova contribuição para o inventário florestal de Alagoas
	Autoria	Iavares, Sérgio et al.
	Ano	1975
	Tipo	Livro
	Páginas	114 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	Série Recursos Vegetais n° 1
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	634.0.5:582(813.5)
	Título	Inventário dos recursos hídricos da Bacia do Rio Espinharas – PB/RN
	Autoria	Ministério do Interior, Sudene

P89	Ano	1973
	Tipo	Livro
	Páginas	58 p.
	Detalhes	Série Hidrogeologia n° 43
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.491(282.4 Espinharas)
P90	Título	Hidrologia das secas: Nordeste do Brasil
	Autoria	Rebouças, Aldo da Cunha; Marinho, Maria Elizabeth
	Ano	1972
	Tipo	Livro
	Páginas	126 p.
	Detalhes	Série Hidrogeologia n° 41
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.495 (812/813)
P91	Título	Estudo hidrogeológico do Distrito Industrial de Itaqui – Maranhão
	Autoria	Rebouças, Aldo da Cunha; Silva, Adelbani Braz de
	Ano	1972
	Tipo	Livro
	Páginas	85 p.
	Detalhes	Série Hidrogeologia n° 39
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.495 (812.12 Itaqui)

P92	Título	Avaliação da execução do Plano Anual de Trabalho/73
	Autoria	Assessoria Técnica – Coordenação do Plano
	Ano	1973
	Tipo	Livreto
	Páginas	6 p. e Anexos
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	Circulação restrita
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	

	Título	Relatório Anual de 1972
	Autoria	Ministério do Interior, Sudene, Assessoria Técnica
	Ano	1973

P93	Tipo	Relatório
	Páginas	309 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	

P94	Título	Relatório Anual de 1970
	Autoria	Ministério do Interior, Sudene, Assessoria Técnica
	Ano	1971
	Tipo	Relatório
	Páginas	277 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	

	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P95	Título	A pilot flood forecasting service in the basin of the river Capibaribe
	Autoria	S. K. Ghose
	Ano	1971
	Tipo	Livro
	Páginas	Sem paginação
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	Sudene/ Grupo Executivo Misto de Meteorologia
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P96	Título	Relatório da atuação da Sudene no combate aos efeitos da estiagem no Nordeste – 1970
	Autoria	Gen. Evandro Moreira de Souza Lima
	Ano	1971
	Tipo	Relatório
	Páginas	19 p. + Anexos
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
	Título	Reconhecimento hidrogeológico da Planície de Morada Nova – CE
	Autoria	Rijo, João Manoel Filho Luiz
	Ano	1968
	Tipo	Livro/ Datilografado
	Páginas	129 p. + Anexo

P97	Detalhes	Série Hidrogeologia n° 18
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P98	Título	O processo histórico de desenvolvimento
	Autoria	Furtado, Celso
	Ano	1962
	Tipo	Datilografado
	Páginas	31 p.
	Detalhes	Exemplar precário, amarelado, miolo se desfazendo
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P99	Título	Coletânea de palestras do professor Marcos Formiga sobre o desenvolvimento regional na Superintendência da Sudene
	Autoria	
	Ano	1999
	Tipo	Impresso
	Páginas	65 p.
	Detalhes	

	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P100	Título	Boletim Conjuntural – Nordeste do Brasil
	Autoria	
	Ano	1997
	Tipo	Boletim
	Páginas	352 p.
	Detalhes	Nº 5, Nov., 1997
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	0101-5458
P101	Título	Catálogos das Cartas Topográficas do Nordeste do Brasil – Escala 1:100.000
	Autoria	
	Ano	1997
	Tipo	Livro
	Páginas	275 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	017:623.643(812/814)
	Título	Boletim Conjuntural – Região Mineira do Nordeste
	Autoria	

P102		
	Ano	1997
	Tipo	Boletim
	Páginas	137 p.
	Detalhes	Nº 1, Dez., 1997
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	33(815.1)
P103	Título	Análise da pluviometria e isoietas homogeneizadas do Nordeste brasileiro
	Autoria	Molinier, Michel et al.
	Ano	1994
	Tipo	Livro
	Páginas	58 p.
	Detalhes	Série Hidrologia, nº 32
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.577.21 (812/813)
P104	Título	Bacia hidrográfica representativa - Ibipeba-BA
	Autoria	Herbaud, Jacques Jean Marie et al.
	Ano	1989
	Tipo	Livro
	Páginas	215 p.
	Detalhes	Série Hidrologia, nº 27
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1

	ISSN/ISBN/CDU/CDD	556.028 (282.281 Ibipeba)
P105	Título	Bacia hidrográfica representativa – Juatama-CE
	Autoria	Herbaud, Jacques Jean Marie et al.
	Ano	1989
	Tipo	Livro
	Páginas	163 p.
	Detalhes	Série Hidrologia, n° 24
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	

	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.579 (282.281 Juatama)
P106	Título	Bacia hidrográfica representativa – Tauá-CE
	Autoria	Cavalcante, Nice Maria da Cunha et al.
	Ano	1990
	Tipo	Livro
	Páginas	326 p.
	Detalhes	Série Hidrologia, n° 28
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.579 (282.281 Tauá:813.1)
	Título	Dados pluviométricos mensais do Nordeste: Pernambuco
	Autoria	José Eurico da Paz (coord)
	Ano	1990
	Tipo	Livro - Série Pluviometria
	Páginas	363 p.

P107	Detalhes	Vol. 6
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.577.21(813.4)"44"
P108	Título	Dados pluviométricos mensais do Nordeste: Bahia (Vol. 1)
	Autoria	José Eurico da Paz (coord)
	Ano	1990
	Tipo	Livro - Série Pluviometria
	Páginas	Até a 274 p.
	Detalhes	Vol. 9
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
P109	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.577.21(813.8)"44"
	Título	Dados pluviométricos mensais do Nordeste: Bahia (Vol. 2)
	Autoria	José Eurico da Paz (coord)
	Ano	1990
	Tipo	Livro - Série Pluviometria
	Páginas	Até a 560 p.
	Detalhes	Vol. 9
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.577.21(813.8)"44"
	Título	Dados pluviométricos mensais do Nordeste: Bahia (Vol. 3)
	Autoria	José Eurico da Paz (coord)
	Ano	1990
	Tipo	Livro - Série Pluviometria
	Páginas	Até a 747 p.
	Detalhes	Vol. 9

P110	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.577.21(813.8)"44"
P111	Título	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste: desafios e possibilidades para o Nordeste do Século XXI
	Autoria	
	Ano	2006
	Tipo	Livro
	Páginas	181 p.
	Detalhes	Documento de Base nº 4
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
		Seca 1998/2000: Relatórios das Ações Desenvolvidas pelo Governo Federal na Área de

P112	Titulo	Atuação da SUDENE
	Autoria	
	Ano	2001
	Tipo	Livro
	Páginas	204 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551577

P113	Título	Cartilha do Poço-Peixe
	Autoria	
	Ano	1997
	Tipo	Cartilha
	Páginas	33 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	
P114	Título	Catálogo de pesquisas sobre assuntos de pesca no Nordeste (1961-1981)
	Autoria	Costa, Vandete Elias et al.
	Ano	1982
	Tipo	Catálogo
	Páginas	113 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	019:639.2(812/814)~1961/1981"
P115	Título	Série Estudos de Pesca, nº 8
	Autoria	
	Ano	1978
	Tipo	Periodico
	Páginas	60 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	Projeto de ostreicultura no Estuário do Rio São Lourenço, Estado de Pernambuco

	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	ISSN 0100-5057
P116	Título	Série Estudos de Pesca, n° 7
	Autoria	
	Ano	1978
	Tipo	Periódico
	Páginas	52 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	Vários artigos
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	ISSN 0100-5057
P117	Título	Série Estudos de Pesca, n° 6
	Autoria	
	Ano	1976
	Tipo	Periódico
	Páginas	67 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	Pesquisas dos Recursos Pesqueiros da Plataforma Continental Maranhense
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	ISSN 0100-5057
	Título	Série Estudos de Pesca, n° 2
	Autoria	

P118	Ano	1972 (?)
	Tipo	Periódico
	Páginas	Sem paginação
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	Vários artigos

	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	ISSN 0100-5057
P119	Título	Série Estudos de Pesca, n° 1
	Autoria	
	Ano	1972 (?)
	Tipo	Periódico
	Páginas	Sem paginação
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	Vários artigos
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	ISSN 0100-5057
P120	Título	Boletim População, Renda e Emprego no Nordeste
	Autoria	Sudene
	Ano	set/dez 1984
	Tipo	Boletim
	Páginas	339 p.
	Detalhes	Volume 3, n°3
	(volume, número, edição)	
	Observações	Vários artigos
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	0102-1044
P121	Título	Boletim População, Renda e Emprego no Nordeste
	Autoria	Sudene
	Ano	maio/ago 1984
	Tipo	Boletim
	Páginas	223 p.
	Detalhes	Volume 3, n°2
	(volume, número, edição)	
	Observações	Vários artigos
	Local	
	Cópias	1

	ISSN/ISBN/CDU/CDD	0102-1044
P122	Título	Áreas de exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco
	Autoria	Mário Lacerda de Melo (coord)
	Ano	1988
	Tipo	Livro
	Páginas	321 p.
	Detalhes	Volume 19
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	0102-8707
P123	Título	Avaliação do PROHIDRO e do Programa de Irrigação
	Autoria	IPLAN, BNB e Sudene
	Ano	1985
	Tipo	Livro - Série Projeto Nordeste
	Páginas	240 p.
	Detalhes	Volume 16
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	338.43.055.2 (812/814)
P124	Título	Regionalização agrária do Nordeste
	Autoria	Mário Lacerda de Melo (coord)
	Ano	1978
	Tipo	Livro - Série Estudos Regionais
	Páginas	225 p.
	Detalhes	Volume 3
	(volume, número, edição)	
	Observações	

	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	911.9:631/636 (812/814)
P125	Título	Sertão Norte
	Autoria	Marlene Maria da Silva e Diva M. de Andrade Lima
	Ano	1982
	Tipo	Livro - Série Estudos Regionais
	Páginas	293 p.
	Detalhes	Volume 6
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	913: 631/636 (812/814)
P126	Título	Camarão marinho: cultivo – captura – conservação – comercialização
	Autoria	Machado, Zeneudo Luna
	Ano	1988
	Tipo	Livro
	Páginas	250 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	639512
P127	Título	Geografia turística do Nordeste
	Autoria	Silva, José Carlos Regueira da; Araújo, Waldja Correia
	Ano	1987
	Tipo	Livro
	Páginas	232p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	Miolo descolando nas primeiras páginas

	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	338.486 (812/814)
P128	Título	Boletim sócio-econômico do Nordeste
	Autoria	
	Ano	1987
	Tipo	Livro/Boletim
	Páginas	159 p.
	Detalhes	Volume 1, Número 2
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	33 (812/814) (5)
P129	Título	Boletim sócio-econômico do Nordeste
	Autoria	
	Ano	1987
	Tipo	Livro/Boletim
	Páginas	210 p.
	Detalhes	Volume 1, Número 1
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	33 (812/814) (5)
	Título	Boletim sobre população, emprego e renda no Nordeste
	Autoria	
	Ano	1985
	Tipo	Livro/Boletim
	Páginas	98 p.

P130	Detalhes	v. 1, n. 1 (jan./abr.)
	(volume, número, edição)	
	Observações	

	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	0102-1044
P131	Título	Boletim sobre população, emprego e renda no Nordeste
	Autoria	
	Ano	1985
	Tipo	Livro/Boletim
	Páginas	277 p.
	Detalhes	v. 4, n. 2/3 (mai./dez.)
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	0102-1044
P132	Título	Desertificação no Nordeste
	Autoria	Reis, Jurandir Gondim
	Ano	1988
	Tipo	Livreto
	Páginas	40 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	577.4 (812/814)

P133	Título	IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e social do Nordeste (1969-1973)
	Autoria	
	Ano	1968
	Tipo	Livro
	Páginas	329 p. + Anexos
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	354.106.077.1 "1969/73"
		338.984.3 (812/814.2)
P134	Título	Levantamento exploratório – Reconhecimento de solos do Norte de minas gerais (Área de atuação da SUDENE)
	Autoria	
		Jacomine, P. K. I et al.
	Ano	1979
	Tipo	Livro
	Páginas	407 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	631.47815
P135	Título	O subsistema urbano-regional de Crato/ Juazeiro do Norte
	Autoria	Diniz, José Alexandre Felizola
	Ano	1989
	Tipo	Livro
	Páginas	326 p.
	Detalhes	Série Estudos Regionais 21
	(volume, número, edição)	
	Observações	

	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	913(813.12 Crato/Juazeiro do Norte)
P136	Título	Áreas agrícola subcosteiras do Nordeste Meridional
	Autoria	Diniz, José Alexandre Felizola
	Ano	1981
	Tipo	Livro
	Páginas	261 p. + mapas
	Detalhes	Série Estudos Regionais 5 (miolo danificado)
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1

	ISSN/ISBN/CDU/CDD	913:631/636 (812/814-13)
P137	Título	Seminário Internacional "Celso Furtado, a SUDENE e o futuro do Nordeste
	Autoria	Formiga, Marcos; Sachs, Ignacy
	Ano	2000
	Tipo	Livro
	Páginas	357 p.
	Detalhes	Homenagem aos 80 anos de Celso Furtado e aos 40 anos de criação da Sudene
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	338.1(812/814)
	Título	Gestão de pescarias costeiras e da maricultura
	Autoria	
	Ano	2011

P138	Tipo	
	Páginas	187 p.
	Detalhes	Anais da II Oficina de Trabalhos de Aquicultura e Pesca do Nordeste
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	978-85-65966-04-7
P139	Título	Metodologia para o planejamento das ações no combate aos efeitos da seca
	Autoria	Daniel A. Wilhite
	Ano	1999
	Tipo	Livro
	Páginas	91 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	551.577.35
P140	Título	Comércio internacional de produtos pesqueiros da Região Nordeste do Brasil: dados estatísticos
	Autoria	Oliveira, Jacilda Ferraz Maia de
	Ano	1998
	Tipo	Livreto
	Páginas	80 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	639.2(812/814)
	Título	Tecnologia de recursos pesqueiros: roteiro para aulas práticas

P141	Autoria	Machado, Zeneudo Luna
	Ano	1996
	Tipo	Livro
	Páginas	152 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
P142	ISSN/ISBN/CDU/CDD	664.94
	Título	Área mineira da Sudene: desenvolvimento e integração nacional
	Autoria	Sudene
	Ano	1995
	Tipo	Livro
	Páginas	55 p.
	Detalhes	
	(volume, número, edição)	
	Observações	
	Local	
	Cópias	1
	ISSN/ISBN/CDU/CDD	338.1(815.1)
	Título	

Anexo II - Lista de volumes dos Estudos Regionais

ANDRADE, Gilberto Osório de. *Alguns aspectos do quadro natural do Nordeste*. Recife: SUDENE, 1977. 75p. il. (Estudos Regionais, 2).

ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro* Recife: SUDENE PSU. 1988. 686p. il. (Estudos Regionais, 18). Bibliogr.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Áreas de domínio da pecuária extensiva e semiintensiva Bahia e Norte de Minas*. Recife: SUDENE CPR, 1982. 497p. Il. (Estudos Regionais, 7)

ANDRADE, Manuel Correia de. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. Recife: SUDENE. 1975. 67p. il. (Estudos Regionais, 1).

ANDRADE, Manuel Correia de. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. 2 ed. Recife: SUDENE. CPR, 1979. 142p. il. (Estudos Regionais, 1).

ANDRADE, Manuel Correia de. *Sertão Sul* Recife: SUDENE, 1984. 674p (Estudos Regionais, 11)

DINIZ, José Alexandre Filizola. *A área centro- ocidental do Nordeste* Recife: SUDENE, 1982. 229 p. (Estudos Regionais,8).

DINIZ, José Alexandre Filizola. *O subsistema urbano - regional de Aracaju* Recife: SUDENE 1987. 353p. il. (Estudos Regionais, 15).

DINIZ, José Alexandre Filizola. *O subsistema urbano - regional de Teresina*. Recife: UDENE, 1987. 259p. il. (Estudos Regionais, 17).

DINIZ, José Alexandre Filizola (coord.) *Áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste Meridional*. Recife: SUDENE. DAA, 1981. 260p. il. (Estudos Regionais, 5).

DINIZ, José Alexandre Filizola. (Coord.) *O subsistema urbano regional de Crato/Juazeiro do Norte*. Recife: SUDENE, 1989. 328p. il. (Estudos Regionais, 21).

LEÃO, Sônia de Oliveira. *Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia*. Recife: SUDENE, 1987. 412p. il. (Estudos Regionais, 14).

LINS, Rachel Caldas. *Áreas de exceção do agreste de Pernambuco*, Recife: SUDENE, 1989. 330p. il. (Estudos Regionais, 20).

MELO, Mário Lacerda de. *Os agrestes, estudo dos espaços nordestinos do sistema gado policultura de uso de recursos*, Recife: SUDENE, 1981 553p. il (Estudos Regionais,4).

MELO, Mário Lacerda de. *O meio-norte*. Recife: SUDENE. CPR 1983 475p. il. (EstudosRegionais, 9).

MELO, Mário Lacerda de. *Regionalização agrária do Nordeste*. Recife: SUDENE, 1978255p. il. (Estudos Regionais, 3).

MELO, Mário Lacerda de. (Coord). *Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*. Recife: SUDENE. PSU, 1988. 321p. il. (Estudos Regionais, 19).

SILVA, Marlene Maria. *O norte cearense*. Recife: SUDENE. CPR, 1985 303p. Il. (Estudos Regionais, 12)

SILVA, Marlene Maria da, LIMA, Diva M. de Andrade. *Sertão norte área do sistema gado - algodão*, Recife: SUDENE. CPR, 1982. 344p. il (Estudos Regionais, 6).

SILVA, Sylvio C. Bandeira de Melo e, SILVA, Barbara Christine M. Nentwig, LEÃO, Sônia de Oliveira. *O subsistema urbano regional de Feira de Santana*, Recife: SUDENE, 1985. 376p. il. (Estudos Regionais, 13).

SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara Christine M Nentwig; LEÃO, Sônia de Oliveira. *O subsistema urbano - regional de Ilhéus - Itabuna*. Recife: SUDENE, 1987. 430p. il. (Estudos Regionais, 16).